

HELENA FREITAS
PAULO AMARAL
ALEXANDRE RAMIRES
FÁTIMA SALES
Coordenação

Missão Botânica

Angola

(1927 - 1937)



Coimbra • Imprensa da Universidade • 2005

(Página deixada propositadamente em branco)

HELENA FREITAS
PAULO AMARAL
ALEXANDRE RAMIRES
FÁTIMA SALES
Coordenação

Missão Botânica

•

Angola 1927-1937



Coimbra • Imprensa da Universidade

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra

EDIÇÃO DE IMAGEM
Paulo Amaral
Alexandre Ramires

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PAGINAÇÃO
António Resende
[Universidade de Coimbra]

EXECUÇÃO GRÁFICA
Imprensa de Coimbra, Lda.
Largo de S. Salvador, 1-3
3000-372 Coimbra

FOTO DA CAPA
Mulher indígena.
Os traços brancos sobre o corpo são sinal de luto
por morte do sobra a quem ela pertencia.
Posto do Nordeste (Lunda), Julho 1927

ISBN
972-8704-41-0

ISBN DIGITAL
978-989-26-0363-6

DOI
<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0363-6>

DEPÓSITO LEGAL
223714/05

© Fevereiro 2005, Imprensa da Universidade de Coimbra

OBRA PUBLICADA COM O PATROCÍNIO DE:
SOCIEDADE BROTERIANA

ÍNDICE

HELENA FREITAS E PAULO AMARAL	
Nota Introdutória	7
LUIZ DE ABREU CARTARIO	
Biografia	9
FÁTIMA SALES	
Carrisso: implicações no desenvolvimento da Botânica	21
J. PAIVA	
Valor e impacto científico das explorações botânicas a Angola organizadas por L. W. Carrisso	37
SANDRA XAVIER	
<i>Numa estreita vereda aberta na floresta</i> : botânica, iconografia, território.	77
NUNO PORTO	
Luiz Carrisso e depois: museus, 'ciências coloniais' e a 'ocupação científica' das colónias	127

(Página deixada propositadamente em branco)



1. Luiz Carriso, 1926

(Página deixada propositadamente em branco)

Helena Freitas

Presidente da Comissão Executiva do Departamento de Botânica

Paulo Amaral

Organização

NOTA INTRODUTÓRIA

O reconhecimento do Departamento de Botânica, enquanto instituição de referência no domínio da produção e divulgação do conhecimento científico, é indissociável da preservação dos registos da sua memória. Do seu importante acervo iconográfico, destaca-se a riqueza das colecções fotográficas, as quais testemunham a enorme relevância que a fotografia foi tendo para a ciência botânica ao longo do tempo, sendo, a história da evolução dos seus suportes, inseparável do desenvolvimento científico-tecnológico. Desta relação umbilical resulta um inesgotável campo de matérias a estudar, aberta aos especialistas e a todos aqueles que tiverem interesse por estes assuntos. Ao colocarmos a fotografia no centro da produção do conhecimento científico, pretende-se gerar um debate que sustenta o valor epistemológico de um arquivo de imagem.

Esta exposição sobre a vida e obra de Luiz Carrisso e as suas expedições botânicas a África, pela natureza e dimensão do espólio identificado, constituiu também a oportunidade para divulgar os primeiros trabalhos conducentes à organização e preservação do arquivo de imagens do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra. Um agradecimento muito especial aos funcionários do Departamento de Botânica e a toda a equipa que organizou este evento com tanto empenho e profissionalismo. Acreditamos que os resultados atingidos se devem à conjugação dos esforços de todos num objectivo comum: a valorização da vida cultural desta instituição.

(Página deixada propositadamente em branco)

Luíz de Abreu Cartario
Investigador em Genealogia

BIOGRAFIA (*)

Família Carrisso

Subsídios genealógicos

Cosme Gonçalves Carrisso, filho de Flório Gonçalves Carrisso e de Jacinta de Oliveira Pereira, das Alhadas de Baixo recebeu na Igreja de S. Pedro das Alhadas Ana Gonçalves Carvalheira, filha de António Fernandes Bugalho e de Francisca Gonçalves Carvalheira, do casal de Santo Amaro da Amoreira, no dia 11 de Fevereiro de 1822.⁽¹⁾

Inácio, nascido a 17 de Novembro de 1822 e baptizado a 26 do mesmo mês⁽²⁾ foi o primogénito dos quatro irmãos Ana, Margarida e Joaquim Gonçalves Carrisso. Os padrinhos Inácio Fernandes Coelho e sua irmã Dona Maria Justina Fernandes Coelho⁽³⁾ da vila da Figueira, foram determinantes para o desenvolvimento social e financeiro de toda a família.

Senhores de grande respeitabilidade os Fernandes Coelho exerceram lugar de destaque em todo o contexto da época.

Manuel Fernandes Coelho,⁽⁴⁾ filho de João Fernandes Afonso e de Ana Coelho, naturais do concelho de Monção e casado na Figueira com Dona

(*) Dedicamos este capítulo à memória da mulher de Luiz Wittnich Carrisso, Senhora Dona Ana Maria Wittnich Carrisso. Figueirense ilustre, figura ímpar da sociedade da sua época, pelos seus elevados dotes morais e cativante simpatia, deixou um lugar insubstituível na nossa cidade. Completam-se, no próximo dia 12 de Maio, vinte e cinco anos sobre o desaparecimento.

(1) A. U. C. *Casamentos*, Alhadas, Ano de 1822, pág. 43 v.º

(2) A. U. C. *Baptismos*, Alhadas, Ano de 1822. pág. 113.

(3) D. Maria Justina vem a casar com José Joyce, administrador de tabacos.

(4) *Notas de um Figueirense*, Dr. José Jardim. Gazeta da Figueira.

Ana Rita Mascarenhas, filha de Manuel António Mascarenhas, cirurgião das Alhadas e do Partido da Figueira e de Aurélia da Rocha, naturais da freguesia das Alhadas, foi o fundador desta família.

Residiu na Praça do Comércio, onde nasceram os seus sete filhos.

Comerciante, vereador em 1824 e vice-cônsul de Espanha.

Inácio Fernandes Coelho (1791-1858) preparou-se cuidadosamente para suceder a seu Pai.

Liberal convicto como seus irmãos, dos quais destacaremos António Fernandes Coelho (1807-1886), Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, Conselheiro de Estado, Ministro de D. Maria II e Manuel Fernandes Coelho de Mascarenhas (1806-1843) vereador, administrador dos consulados, recebedor da alfândega, negociante e fundador da Assembleia Figueirense.

Os interesses comerciais da família centravam-se no Estanco Real, com o privilégio da venda de tabaco, embora exercessem igualmente o negócio de exportação de vinhos actividade a que igualmente se dedicaram muitos dos seus contemporâneos, e que obrigou Inácio Fernandes Coelho a ausentar-se para o Brasil durante alguns anos.

É este o cenário encontrado pelo jovem Inácio Augusto Carrisso quando chega à Figueira. Segundo nos conta José da Silva Fonseca no artigo «*Uma página do passado / O velho mercado da Praça da Ribeira*»⁽⁵⁾... «a uma casa alta, esguia à esquina da rua de S. Julião seguia-se outra mais baixa de aspecto antigo, a toda a largura loja, primeiro andar com vãos de janelas, de vergas curvas moldadas, peitoril em pedra assentos de pedra na parte interna do vão, frontal de duas janelas do mesmo tipo na parte superior. Ao centro, entre as duas janelas do primeiro andar uma tabuleta de madeira de forma elíptica, com as armas reais. Era o *Estanco Real* e habitação da família de Manuel Fernandes Coelho»...

Ali se realizavam as «*tertúlias*» figueirenses de então. Política, negócios, novidades, os últimos escândalos, eram calmamente comentados e digeridos à luz «*do tradicional candeeiro de metal, de três bicos, iluminado a azeite*»...

Após a morte do Padrinho, Inácio Augusto Carrisso assume a gerência dos negócios. As instalações do Estanco, transitaram posteriormente para

⁽⁵⁾ Vide Album Figueirense, Ano II - n.º 4 - Set. 1935, pág. 98.

o edifício contíguo, propriedade de João António Alves, cunhado de Inácio Fernandes Coelho, onde teve continuidade até ao século XX.

A sua ampla visão comercial, aliada a um enorme espírito empreendedor tornam-no digno de admiração. A exportação de vinhos, aliada à indústria de tanoaria dar-lhe-ão lugar de destaque na plêiade dos negociantes figueirenses.

Precedido de convenção antenupcial de bens,⁽⁶⁾ vem a casar na freguesia de Santa Isabel a 16 de Junho de 1879⁽⁷⁾ com Dona Leopoldina Wittnich, natural de Lisboa onde nasceu na rua de S. Boaventura, freguesia das Mercês, a 6 de Julho de 1846⁽⁸⁾, filha de João Frederico Wittnich, negociante da Praça de Lisboa, baptizado em Amesterdão, Holanda e casado na freguesia da Encarnação⁽⁹⁾ a 16 de Setembro de 1828 com Dona Madalena Neumier, natural de Alt Breissach, Baden, Alemanha.

Neta paterna de João Henrique Wittnich, natural de Franckfurt e de Margarida Oculine, natural de Westfália e recebidos em Amesterdão.

Neta materna de António Neumier e de Teresa Neumier, naturais e recebidos em Alt Breissach, Baden.

Regressados à Figueira da Foz, residiram na rua Formosa, actual rua Fernandes Coelho, onde nasceram os três primeiros filhos:

1 - António Wittnich Carrisso

Nasceu em 4 de Abril de 1880, sendo baptizado em 15 de Maio.⁽¹⁰⁾

Foram padrinhos o Conselheiro António Fernandes Coelho e sua mulher Dona Catarina Emília Franco Fernandes Coelho.

Seguiu carreira comercial na cidade da Baía, onde faleceu em Junho de 1913, solteiro e sem descendência.

⁽⁶⁾ A. U. C. *Inventário Orfanológico Inácio Augusto Carrisso*, 1893, Comarca da Figueira da Foz, maço 83, 1.º ofício, Escrivão Duarte.

⁽⁷⁾ A. N. T. T., Lisboa, freguesia de Santa Isabel, *Casamentos* 19 - fol. 158, verso. Foram padrinhos Joaquim António Simões, negociante, da Figueira, e Ricardo Henrique Wittnich, adjunto da secção de Geologia da Comissão Geodésica do Reino, solteiro (irmão da noiva), residente na rua de Santa Isabel n.º 108.

⁽⁸⁾ A. N. T. T., Lisboa, freguesia das Mercês, B 12 - F. 86, verso. Padrinhos: Miguel José Rodrigues Feital e Dona Leopoldina Neuparth.

⁽⁹⁾ A. N. T. T., Lisboa, freguesia da Encarnação, *Casamentos* 19, fol. 138. Padrinhos: Eduardo Neuparth, menino e Henrique Ahrens, negociante, de Lisboa.

⁽¹⁰⁾ A. U. C., São Julião, *Bapúsmos*, Ano 1880, assento n.º 44, fol. 13 e 13 verso.

2 - Joaquim Frederico Wittnich Carrisso

Nasceu em 28 de Outubro de 1881 e baptizado em 30 de Novembro⁽¹¹⁾. Foram padrinhos Joaquim Gonçalves Carrisso, solteiro, negociante da Figueira da Foz e Dona Madalena Neumier Wittnich, avó materna, representada por sua filha Dona Helena Wittnich, solteira, moradora na Figueira da Foz.

Residiu durante alguns anos nesta cidade, onde ocupou o lugar de sócio-gerente da firma Inácio Augusto Carrisso, Sucessores.

Posteriormente fixou-se em Lisboa onde exerceu idêntico cargo na firma Herold & C.^a Ld.^a.

Casou em capela armada na casa de Dona Catarina Fernandes Coelho (actual Quinta das Olaias) no dia 18 de Julho de 1906⁽¹²⁾ com Dona Virgínia de Matos Franco, natural de Lisboa. Testemunharam o acto Dona Guilhermina Fernandes Coelho Simões, e seu genro Dr. António de Macedo Papança, conde de Monsaraz, Joaquim Gonçalves Carrisso e Dona Helena Wittnich.

Faleceu na rua do Século (Lisboa), a 26 de Novembro de 1933.

Pai de:

2 — a) António Franco Wittnich Carrisso

Nasceu na Figueira da Foz em 28 de Maio de 1908.

Engenheiro electrotécnico (Instituto Superior Técnico), Professor Cate-drático de Electrotecnia Geral e Máquinas Eléctricas, no I.S.T. e professor do Instituto Superior de Agronomia.

Casou com Dona Ana Ahrens de Novaes, natural de Setúbal

Com descendência.

2 — b) Dona Maria Helena Franco Wittnich Carrisso

Nasceu na Figueira da Foz a 26 de Novembro de 1911.

Faleceu na Holanda a 27 de Janeiro de 1975.

Casou em Lisboa a 12 de Agosto de 1931 com Rui Gustavo Couceiro da Costa, (1901-1955), Doutor em Ciências Físico-Químicas (U. C.), Se-

⁽¹¹⁾ A. U. C. , São Julião, *Baptismos*, Ano 1881, assento n.º 129.

⁽¹²⁾ Gazeta da Figueira, 21/07/1906.

cretário/Interino do Instituto Botânico, Director do Laboratório Químico e dos Centros de Estudo de Química e Rádio-Química da Universidade de Coimbra.

Com descendência.

3 - Carlos Wittnich Carrisso

Nasceu em 3 de Agosto de 1883 e foi baptizado a 4 de Outubro.⁽¹³⁾

Foram padrinhos António Luiz Wittnich Carrisso, irmão de baptizado e Dona Helena Wittnich, solteira, tia materna.

Dedicou-se à actividade comercial, tendo sido o último elemento da família ligado à administração do Estanco. Residiu na casa da rua Eng.º Silva, onde faleceu a 23 de Maio de 1976, solteiro e sem descendência.

4 - Luiz Wittnich Carrisso

Nasceu a 14 de Fevereiro de 1886 na rua Eng.º Silva, sendo baptizado a 10 de Abril.⁽¹⁴⁾

Foram padrinhos Joaquim Frederico Wittnich Carrisso, irmão de baptizado e Dona Emília Wittnich, tia materna, solteira, moradora na rua de Santa Isabel (Lisboa), representada por sua irmã Dona Helena Wittnich, solteira, residente na Figueira.

Inácio Augusto Carrisso vem a falecer no dia 3 de Setembro de 1893, pelas 9 horas da manhã.⁽¹⁵⁾

A 20 de Setembro do mesmo ano, aberto o inventário orfanológico,⁽¹⁶⁾ constituiu-se o Conselho de Família:

Pela parte paterna:

Joaquim Gonçalves Carrisso, tio paterno, da Figueira.

Rafael Lopes, tio/avô paterno, casado com Margarida Gonçalves Carrisso, morador nas Alhadas.

⁽¹³⁾ A. U. C., São Julião. *Bapúsmos*, 1883, assento n.º 130, pág. 50 e 50 v.º

⁽¹⁴⁾ A. U. C., São Julião. *Bapúsmos*, 1886, assento n.º 46.

⁽¹⁵⁾ A. U. C., São Julião. *Óbitos*, 1893, assento n.º 68, pág. 11, verso.

⁽¹⁶⁾ A. U. C., *Inventário Orfanológico Inácio Augusto Carrisso*, 1893, Comarca da Figueira da Foz, maço 83, 1.º of., Escrivão Duarte.

Inácio Lopes de Oliveira, primo paterno, morador na Figueira.

Inácio Augusto Lopes, primo paterno, igualmente morador na Figueira.

Pela parte materna:

Joaquim António Simões, da Figueira

Francisco Correia da Cruz, da Figueira, indicados pela Cabeça de Casal por não ter parentes a residir na Comarca.

Da relação de bens, móveis e imóveis, descrita no valor de 49.869\$285, destacamos:

- Uma morada de casas com quintal e mais pertenças sita na rua Eng.º Silva;
- Um prédio composto de casas, armazém, quintal e pátios na rua do Príncipe (actual rua da República);
- Cinco prédios rústicos nas freguesias da Ferreira e das Alhadadas;
- A existência do estabelecimento de tabacos da Praça do Comércio, do armazém de vinhos e da tanoaria;
- Papéis de crédito: vinte e cinco acções do Banco de Portugal; trinta e sete acções da *Companhia de Gaz e Electricidade de Lisboa*, vinte e cinco acções da *Companhia de Reboques Figueirenses*, e cinquenta obrigações da *Companhia Geral de Crédito Português*.
- Dívidas activas no valor de 23.833\$401.

Assume a gerência da casa Joaquim Gonçalves Carrisso,⁽¹⁷⁾ sendo constituída a firma Inácio Augusto Carrisso, Sucessor, de que era representante e responsável sua cunhada, Dona Leopoldina.

Contando apenas 53 anos de idade, esta senhora falece a 22 de Dezembro de 1899, na casa da rua Eng.º Silva.

⁽¹⁷⁾ Nasceu na freguesia das Alhadadas em 20-1-1829. (Conf. A. U. C., Alhadadas, B7, fl. 40), e faleceu solteiro, na Figueira da Foz, a 15 de Julho de 1916. (Conf. A. H. M., *Cemitérios*. Registo de Inumações no Cemitério Setentrional, 1898-1963, fl. 62 v.º e 63). Auxiliar precioso de seu irmão Inácio e continuador da actividade comercial da sociedade. No seu testamento (Conf. A. H. M., *Testamentos*. Livro de Registos de Testamentos, 1916, n.º 105, fls. 21 a 27), para além de vários legados, institui herdeiros os sobrinhos, filhos de suas irmãs Ana, Margarida e de seu irmão Inácio.

É aberto novo inventário⁽¹⁸⁾, constituído o mesmo Conselho de Família e nomeado tutor dos menores seu tio Joaquim Gonçalves Carrisso.

Com o capital social de 75.961\$548 é constituída nova sociedade entre os quatro filhos, passando a denominar-se *Inácio Augusto Carrisso, Sucessores*, administrada pelo tutor dos menores.

Esta vem a manter-se durante alguns anos, embora o capital social tenha vindo a ser sucessivamente reduzido, dado o enfraquecimento sofrido pela exportação de vinhos, actividade principal a que se dedicava

Luiz Wittnich Carrisso

Os primeiros anos

A casa da rua Eng.º Silva, onde passa a infância, era dotada do máximo conforto.⁽¹⁹⁾ Sua Mãe, Senhora de vasta cultura, dedica-se de alma e coração à educação dos quatro filhos.

Apesar do desaparecimento do Pai, a fluente situação financeira herdada não modifica minimamente o modo de vida do pequeno Luiz e seus irmãos.

Com pouca diferença de idade, companheiro de brincadeiras, aluno atento de Dona Leopoldina Carrisso nas aulas de alemão, Alberto de Monsaraz (1889-1959), 2.º Conde de Monsaraz,⁽²⁰⁾ filho de António de Macedo Papança, Bacharel em Direito, U. C., Deputado do Partido Progressista, 1.º Visconde (17-01-1874) e 1.º Conde de Monsaraz (03-01-1890), Par do Reino (1898) e de sua mulher D. Amélia Fernandes Coelho Simões, foi um dos amigos mais próximos.

⁽¹⁹⁾ A. U. C., *Inventário Orfanológico Inácio Augusto Carrisso*, 1893, Comarca da Figueira da Foz, maço 83, 1.º of., Escrivão Duarte. Relação dos bens mobiliários dados à descrição no inventário.

⁽²⁰⁾ Usou o título por autorização de D. Manuel II no exílio, e teve alvará do Conselho de Nobreza de 9-6-1946. Vide *Nobreza de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1984, pág. 17 e 18.

⁽¹⁸⁾ A. U. C., *Inventário Orfanológico de Dona Leopoldina W. Carrisso*, 1900, Comarca da Figueira da Foz, maço 90, 1.º of., Escrivão Duarte (apenso ao de seu marido Inácio Augusto Carrisso).

Concluídos os estudos secundários no Colégio-Liceu Figueirense, dirigido pelo Dr. José Luís Mendes Pinheiro, matricula-se na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra em 1904. Por esta época, o Conde de Monsaraz transfere residência para Coimbra, a fim de acompanhar mais de perto a educação de Alberto⁽²¹⁾ e de Luiz Carrisso. Tornaram-se célebres os serões literários realizados na sua casa da rua dos Militares, n.º 8, por onde passou toda a erudita Coimbra da época e se tornou notada a brilhante inteligência do futuro Botânico.

Concluída a licenciatura com alta classificação, doutorou-se na Faculdade de Filosofia Natural (Secção de Ciências Histórico-Naturais) a 22 de Junho de 1911, com a dissertação «Materiaes para o estudo do Plancton na costa portuguesa», tendo sido aprovado com 20 valores. Escolheu como padrinho o seu grande amigo Conde de Monsaraz.

Foi nomeado assistente do Grupo de Ciências Biológicas a 17 de Janeiro de 1912.

Seis anos mais tarde, a 3 de Abril de 1918, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências; poucos meses depois assumiu a Direcção de Jardim Botânico de Coimbra, após a Jubilação do Professor Júlio Henriques.

A Figueira da Foz e Luiz Carrisso

A juventude científica de Luiz Carrisso desenvolveu-se na Figueira da Foz, muito próxima do Museu Municipal.

Em 1898 o Dr. António dos Santos Rocha (1853-1910), de parceria com figuras ilustres do panorama científico nacional, funda a Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz.⁽²²⁾ Os primeiros trabalhos aparecem publicados na conceituada *Revista Portugália*.

A 28 de Outubro de 1900 surge o *Boletim da Sociedade Arqueológica*, onde em 1908 é apresentado o primeiro trabalho arqueológico de Luiz Carrisso, de parceria com Santos Rocha, denominado *Estação cupro-lithica da Loriga*.

⁽²¹⁾ Matriculou-se na Faculdade de Direito em 1906, concluindo a licenciatura em 1915, fruto da conturbada política da época.

⁽²²⁾ Museu Municipal Dr. Santos Rocha, 1999, Catálogo da Sociedade Arqueológica da Figueira 1898-1910.

Em 7 de Março de 1909 é publicada outra comunicação *Estudo anthropologico sobre alguns restos humanos da Caverna dos Alqueves*.

É de salientar a atenção dispensada ao jovem estudante por Santos Rocha que observando os seus dotes intelectuais, o vem a nomear Director Substituto do Museu Municipal em 9 de Setembro de 1908. Dois meses após a morte do eminente arqueólogo, em 25 de Maio de 1910 passa a exercer o lugar de Director do Museu Municipal, cargo que ocupará durante cerca de vinte anos.

A sua actividade centralizou-se em especial no estudo e inventário do núcleo antropológico recolhido pelo Mestre.

Para além de intelectual, Luiz Carrisso era igualmente dotado de espírito profundamente empreendedor e muito preocupado com o desenvolvimento da sua terra. Em 1917,⁽²³⁾ toma de arrendamento à Câmara Municipal os terrenos junto ao Forte de Santa Catarina. De parceria com alguns dos seus amigos mais próximos funda o Ténis Club. Este espaço, outrora amontoado de lixos, torna-se um dos centros de reunião mais elegantes da cidade.

Entre os anos de 1923-1928 foi Administrador Delegado da Comissão de Iniciativa de Turismo da Figueira da Foz, à qual se devem grandes melhoramentos na praia, zonas circundantes, Buarcos e Cabo Mondego. A projectada instalação de um campo de golfe na Serra da Boa Viagem não teve, contudo, realização.

Atento ao desenvolvimento cultural, disponibiliza-se a fazer a Conferência Inaugural da Delegacia da Universidade Livre da Figueira, realizada em 5 de Abril de 1929 e denominada «Como se viajava dantes e como se viaja hoje em África».

O êxito alcançado leva a Direcção a endereçar novo convite para uma segunda conferência realizada em 15 de Maio do mesmo ano, subordinada ao tema «Coisas de Angola», que igualmente foi muito apreciada.

A 10 de Junho de 1929, Luiz Carrisso, recentemente nomeado Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, foi aprovado, por unanimidade, Sócio Efectivo da Universidade Livre da Figueira.⁽²⁴⁾

⁽²³⁾ Figueirense, n.º 1843, 1 de Julho de 1937, p. 2.

⁽²⁴⁾ Livro de Actas da Delegação da Universidade Livre da Figueira da Foz, ano de 1929.

Luiz e Ana Wittnich Carrisso

Educado e culto, Luiz Carrisso era igualmente dotado de grande simpatia e bondade. A sua grande distinção sobressaía, em especial, para com as Senhoras, a quem dispensava as maiores deferências.

A 10 de Janeiro de 1912 casa com D. Ana Maria da Costa Pereira de Sousa,⁽²⁵⁾ nascida a 22 de Setembro de 1892, na rua do Príncipe (actual rua da República), filha de Manuel José de Sousa⁽²⁶⁾ (1860-1918), negociante, sócio da Firma Manuel José de Sousa & Filhos e de sua mulher D. Ana da Costa Pereira.

Neta paterna de Manuel José de Sousa, bacharel em Direito (U. C.), Chefe do Partido Regenerador na Figueira, Deputado pelo Círculo da Figueira (1858-1868), Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz (1872-1876), Procurador à Junta Geral do Distrito, Provedor da Santa Casa da Misericórdia, Presidente da Associação Comercial, e Vice-Cônsul de Espanha, sócio da Firma Manuel José de Sousa & Filhos, e de D. Maria Joana da Conceição.

Neta materna de Joaquim Manuel da Costa Pereira, negociante e proprietário e de sua mulher D. Delfina Cândida da Costa.

Descendente de antigas e consideradas famílias figueirenses, D. Ana Maria era, naturalmente, uma das Senhoras mais requintadas do seu tempo. Dotada de invulgar cultura, foi infatigável colaboradora de seu marido, cuja obra científica auxiliou a desenvolver.

Luiz e Ana Wittnich Carrisso viveram rodeados de vasto círculo de Amigos, recebendo e comparecendo em todas as reuniões elegantes. Dos mais próximos recordamos seus primos Dr. António de Azevedo e família, D. Maria Luiza Pereira dos Santos e D. Maria Luiza de Barros e Souza, sua sobrinha Maria da Graça⁽²⁷⁾, os Viscondes de Montargil, os Gonçalves Mendes, os Mello Corrêa e tantos outros Figueirenses cativados pela sua enorme simpatia e distinção. Companheiros inseparáveis nas viagens cien-

⁽²⁵⁾ A. U. C., São Julião, *Baptismos* 1892, Assento 9, fls. 3 e 3 v.º

⁽²⁶⁾ Museu Municipal Dr. Santos Rocha, 1999, Catálogo da Sociedade Arqueológica da Figueira, 1898-1910, p. 100.

⁽²⁷⁾ D. Maria da Graça da Costa Pereira de Souza, filha de Manuel da Costa Pereira de Souza, casada com o Prof. Doutor Sebastião Silva Dias.

tíficas realizadas a África, tudo souberam ultrapassar, menos a lamentável morte, em pleno deserto de Moçâmedes, a 14 de Junho de 1937.

Os últimos anos de Ana W. Carrisso

Entre recordações foram passadas as quatro décadas seguintes.

Vencida a amargura e renovada a alma, ressurgiu na cidade a Sua esbelta figura.

A todos, por igual, soube dar atenção, em especial aos mais novos com quem particularmente simpatizava. As inúmeras iniciativas a que desde sempre esteve ligada, mantiveram-se presentes no Seu espírito superior. Conservou-se inalteravelmente elegante até ao final da vida.

Em 1964 recebeu a Medalha de Ouro do Automóvel Clube de Portugal, associando-se nessa homenagem a Companhia de Seguros «O Trabalho». Completava 50 anos de condução.

Outra ilustre Figueirense, Dona Elisa de Mello Mendes Ferreira de Mello, Viscondessa de Montargil, sua Amiga de sempre, foi também alvo da mesma distinção.

Por meados dos anos setenta a doença privou-nos da Sua agradável companhia.

Faleceu no dia 12 de Maio de 1980, com noventa e sete anos de idade,⁽²⁸⁾ sem descendência.

Agradecimentos

Divisão de Acção Cultural, Museu, Biblioteca e Arquivos. Câmara Municipal da Figueira da Foz.

Exm.^{os} Senhores Eng.^o Nuno Ferreira de Melo (Montargil) e sua Mulher Dona Alice Ferreira de Melo.

Exm.^o Senhor Dr. Lourenço Correia de Matos.

⁽²⁸⁾ A. U. C., São Julião, *Baptismos*, fls. 3 e 3 v.º.

Referências bibliográficas

- Album Figueirense : mensário regionalista*. Figueira da Foz, 1935.
- Anuário da Nobreza de Portugal*. Vol. 3. Lisboa : Instituto Português de Heráldica, 1985.
- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - *Cemitérios*. Registo de Inumações no Cemitério Setentrional-1898-1963.
- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - *Testamentos*. Livro de registo de testamentos. 1916.
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO - *Baptismos 12*. Mercês, Lisboa.
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO - *Casamentos 19*. Encarnação, Lisboa.
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO - *Casamentos 19*. Santa Isabel, Lisboa.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - *Baptismos 7*. Alhadas.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - *Baptismos 11 e 12*. São Julião.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - *Casamentos 1*. Alhadas.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - *Inventário Orfanológico Inácio Augusto Carriso*. Figueira da Foz, 1893.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - *Inventário Orfanológico Leopoldina W. Carriso*. Figueira da Foz, 1900.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - *Óbitos*. São Julião, 1893.
- CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - *Centenário do Nascimento Luiz Wittnich Carriso*. Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, 1986.
- CASCÃO, Rui de Ascensão Ferreira - *Figueira da Foz e Buarcos -1861-1910 : Permanência e mudança em duas comunidades do litoral*. Figueira da Foz, 1998.
- CORRÊA, Manuel de Mello - *Sangue Velho, Sangue Novo*. Lisboa : Instituto Português de Heráldica, 1988.
- 20 FERNANDES, Abílio - *Evocação da vida e obra do Prof. Doutor Luiz Wittnich Carriso*. Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1986. (Cadernos Municipais, 19).
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa : Editorial Enciclopédia, 1960.
- Nobreza de Portugal e do Brasil*. Dir. Doutor Afonso Eduardo Martins Zuquete. Lisboa, 1961.
- Sociedade Arqueológica da Figueira, 1898-1910: Centenário*. Figueira da Foz : Museu Municipal Dr. Santos Rocha, 1999.

Fátima Sales

Presidente da Sociedade Broteriana

Departamento de Botânica da FCTUC

CARRISSO: IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DA BOTÂNICA

Luiz Wittnich Carrisso nasceu na Figueira da Foz a 14 de Fevereiro de 1886, filho de Ignácio Augusto Carrisso e Leopoldina Wittnich, de origem holandesa. Faleceu repentinamente de síncope cardíaca aos 51 anos a 14 de Junho de 1937 no deserto do Namibe (previamente *Moçâmedes* e *Mossamedes*), em Angola, no final da sua terceira expedição científica a este país. Por esta altura Carrisso tinha uma longa história de homem das ciências e homem público; era há 19 anos Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e Director do Instituto Botânico Júlio Henriques. Estava acompanhado por sua esposa, Ana Maria de Sousa Wittnich Carrisso, Francisco da Assunção Mendonça (naturalista do Instituto Botânico de Coimbra), Jara de Carvalho (assistente do Instituto Botânico de Coimbra), Francisco de Sousa (colector do Instituto Botânico de Coimbra), Arthur Wallis Exell (naturalista do British Museum, Londres) e esposa e John Gossweiller (botânico suíço ao serviço de Portugal em Angola). As suas expedições a Angola eram o início de dois sonhos. Um, estudar a flora de Angola em profundidade. O outro, descreveu-o ele próprio após a sua segunda expedição, aquando da sua conferência *Ocupação Científica das Colónias Portuguesas* na 1.^a Exposição Colonial Portuguesa no Porto em 1934:

«...a colonização tem de ser feita cientificamente, dando a esta palavra o seu significado mais vasto... a criação de um instituto de investigação científica colonial... Com o decorrer do tempo, e o progressivo desenvolvimento destes serviços, alargar-se-iam os quadros dos institutos interessados, creando-se, assim, um importante corpo de investigadores... A organização do nosso museu colonial seria o coroamento dêste plano. Não temos hoje, nem material, nem pessoal para êsse empreendimento: mas dentro dalguns anos, estou certo de que isso seria possível, desde que lançássemos já mãos à obra.

O nosso museu colonial! Confrange-se-me o coração, quando vejo a nossa pobreza, e faço o confronto com o que sucede nos outros países...».

Colonialista fervoroso aplicou-se a dar a conhecer, de diversas formas, o «país de além-mar». Não parece, contudo, estarmos perante um homem arrogante do seu império. É referido em jornais da época (O Figueirense, Correio da Manhã, Diário de Coimbra) como pessoa querida e respeitada e no seu funeral participaram pessoas de todas as classes, desde as mais humildes às mais elevadas. Carrisso era, isso sim, um naturalista empreendedor e curioso que se irritava com a passividade portuguesa. Apercebia-se do manancial de informação que estava à beira do conforto desfrutado por uma classe culta, lânguida, de horizontes só até à beira-mar, classe culta que do império viu o óbvio ouro do Brasil e pouco mais.

Esta última conferência (*Ocupação Científica das Colónias Portuguesas*) revela um Carrisso impaciente (e singularmente intemporal...) para com um país morno, de brandas ambições. A sua atitude crítica pode estar curiosamente relacionada com o telegrama de condolências mais curto que a Universidade de Coimbra recebeu pela sua morte — o de Salazar: 26 palavras, das quais 5 são Universidade, professor, doutor, Luiz e Carrisso. Perante uma larga audiência, Carrisso é claro: «Se em muitos dos seus aspectos a Exposição [1.^a Exposição Colonial Portuguesa] nos permite cantar vitória, outros há em que devemos confessar o nosso atrazo. Assim acontece, particularmente, com a investigação científica colonial. Honrado com um convite, para tratar deste assunto, como complemento à Exposição, dele me vou ocupar, e não faltarei ao que devo à minha Pátria, e a mim próprio, ocultando a verdade com fantasias sempre agradáveis de dizer e de ouvir. Qual é o nosso activo? Alguma coisa temos feito, seria faltar à verdade não o reconhecer. Mas o que fizemos pertence a um passado que começa já a ser remoto... dia a dia temos conhecimento de expedições estrangeiras que percorrem as terras portuguesas de além-mar, recolhendo cuidadosamente aquilo que desprezamos... perante a falência da iniciativa portuguesa, as iniciativas estrangeiras se multiplicam, corrigindo assim, mas de uma forma desprestigiante para nós, a nossa incúria em cuidar do que é nosso ... Não fui pessimista, nem o sou, toda a minha vida o atesta. Mas não vejo qualquer vantagem em encobrir a verdade, ainda que ela seja desagradável. E essa verdade é que, em matéria de investigação científica colonial estamos numa fase de grande atrazo, senão de decadência.

Continuaremos nós a contemplar as glórias do passado sem repararmos nas exigências do tempo presente?»

Carrisso foi um homem com muitas facetas, algumas, pelo menos aparentemente, contraditórias: fascinado por África e a sua diversidade que tanto queria estudar; surdo às vozes para a independência que já se faziam ouvir pelo mundo. Foi um homem do seu tempo. A sua postura colonialista era paternalista e cristã como a de outros seus contemporâneos tais como a do missionário, médico e músico suíço Albert Schweitzer (1875-1965). Mas acima de tudo, Carrisso revela-se uma pessoa que pensava por si própria.

Quem o conheceu referiu que Carrisso era um homem trabalhador «de invulgar espírito organizador e de excepcionais capacidades realizadoras» (Fernandes, 1939). Certamente que o era. Pela obra que deixou é obvio que era intelectualmente dotado. Mas, a não ser que trabalhasse muito e fosse muito metódico, onde iria ele buscar tempo para todas as actividades a que se dedicou como homem público (isto num tempo sem *emails* e *Microsoft Word*...) para além da sua dedicação à botânica?! Carrisso foi Presidente da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, Secretário da Faculdade de Ciências, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Vice-Reitor da Universidade, foi delegado do governo português à Conferência Internacional para a Protecção da Fauna e Flora da África em Londres (1931) — para não falar dos seus afazeres no «Tennis-Club» da Figueira da Foz, etc., etc...

A vida de Carrisso como botânico terá tido óptimos auspícios nas mãos competentes de Ruy Telles Palhinha (1871-1957) nas aulas de Ciências Naturais de liceu, em Lisboa. Ficaram amigos para sempre. Aos 22 anos licenciou-se com 19 valores na Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra. Foi, pois, aluno de Júlio Henriques. Aos 25 anos doutorou-se na Faculdade de Filosofia Natural com a tese «*Materiais para o estudo do plâncton na costa portuguesa — fascículo I*» da qual foi examinador Júlio Henriques; a 'lição de escolha' do seu doutoramento foi «*Estado actual dos conhecimentos acerca dos restos fósseis de Neanderthal, Spy e Krapina*» da qual foi examinador Eusébio Tamagnini. Aos 26 anos foi nomeado assistente do grupo de Ciências Biológicas da então já Faculdade de Ciências tendo apresentado para esse concurso o trabalho «*Materiais para o estudo do plâncton na costa portuguesa — fascículo II*». Nos 6 anos

seguintes Carrisso esteve imerso em docência. Júlio Henriques estava nos seus anos 70 e dedicava-se essencialmente ‘à menina dos seus olhos’, ou seja, o Herbário. Na sequência do jubileu de Júlio Henriques em 1918 Carrisso foi nomeado professor catedrático e, no mesmo ano, com 32 anos, foi nomeado o 15.º director do Jardim Botânico. Cerca de um ano depois Aurélio Quintanilha foi para Coimbra e partilhou com ele a tarefa da docência o que lhe permitiu passar o ano de 1920 na Suíça no laboratório de Robert Chodat.

Alívio. Alívio infinito e entusiasmo deve ter sido o que Carrisso sentiu ao ir para a Suíça. Um ano exclusivamente dedicado à investigação — e num dos melhores laboratórios europeus da época! Terá regressado de mente apaziguada e cheio de energia. Duas publicações são o resultado dessa investigação que não teve oportunidade de retomar (Chodat & Carrisso, 1920; Chodat avec la collab. de Carrisso, 1920). Carrisso não podia ter escolhido melhor para alargar os seus horizontes do que trabalhar com Chodat. Provavelmente os seus contactos com o famoso suíço resultavam do interesse comum em algas. Mas Chodat trabalhou, a bem dizer, em tudo o que lhe passava pelas mãos! Florística, citologia, algas, genética, fungos, etc. e em mirmecofilia [relação entre formigas e outros organismos]! Assim, Carrisso investigou, durante um ano, as relações entre o género *Cordia* (Borraginaceae) do Paraguai e os ninhos que as formigas fazem nos troncos destas árvores.

Provavelmente o próprio Carrisso teria dividido a sua carreira em quatro períodos: algologia, «incubação», «organização» e África, tendo o último decorrido entremeado com o anterior.

Como licenciado pela escola de Júlio Henriques, Carrisso tinha formação clássica lineana essencialmente em plantas vasculares, mas em breve mostrou a sua individualidade e encontrou o seu próprio caminho. Sendo um homem da beira-mar foi exactamente o mar a sua primeira atracção: o fitoplâncton da baía de Buarcos que colhia num barco à vela e estudava num pequeno laboratório que instalou em sua própria casa na Figueira da Foz. Terá sido um período da sua vida bastante solitário (Carvalho, 1939) o que parece contrastar com o resto da sua carreira. O aspecto mais inovador do seu trabalho foi a ênfase que deu aos aspectos ecológicos dos grupos que estudou: Flagelliae, Dinoflagelliae, Cystoflagelliae e Bacillariales. A classificação que mais se aproxima desta é a da obra *Süsswasserflora* (da

Alemanha, Áustria e Suíça) editada pelo seu contemporâneo Adolf Pascher (1881-1945), alemão que trabalhou grande parte da sua vida na Universidade de Praga. Os aspectos ecológicos certamente que terão resultado do seu estudo da obra do alemão Franz Schütt (1892). Carrisso podia ser um jovem investigador perdido no extremo sudoeste da Europa mas, nem por isso deixava de ser cosmopolita! Este trabalho promissor teve um fim dramático quando foi nomeado para o cargo de assistente e foi totalmente submergido pela docência. Terá este sido um período algo desanimador para o jovem botânico? Ao início brilhante de uma carreira como investigador seguiu-se o ensino numa instituição em decadência, comandada por um líder que fora brilhante na força da idade mas, agora, já cansado para lidar com as consequências da Primeira Guerra — e provavelmente sem se aperceber disso. Não, não penso que esse tempo tenha sido desanimador para Carrisso! Enquanto o Mestre dispunha de toda a autoridade o assistente teria delineado um plano para acudir a todos os aspectos do Jardim Botânico que estavam a precisar de um balão de oxigénio — e todos os aspectos precisavam de oxigénio desde a docência, ao jardim, aos laboratórios, passando pela biblioteca, a Sociedade Broteriana, o Herbário, a troca de sementes e o próprio edifício. Este terá sido o seu período de «incubação».

Ao ocupar o cargo de director do Jardim Botânico Carrisso estava só perante uma enorme tarefa pois, a pior das desgraças que tinha caído sobre a instituição tinha sido a erosão de pessoal o qual se foi reformando à medida que Júlio Henriques envelhecia. O que se seguiu nas mãos do homem empreendedor que era Carrisso deve ter sido como um fogo de artifício que durou 19 anos!

Carrisso era um homem metódico. Primeiro havia que pôr a casa em ordem! O principal problema era o escasso pessoal; o outro era a escassa dotação (como os problemas se repetem!). Carrisso dividiu o já então Instituto Jardim Botânico Júlio Henriques em 3 secções: Laboratório, Herbário e Jardim. A responsabilidade do Laboratório e algumas das aulas entregou com toda a confiança ao novo colaborador que aceitou o seu convite para ir para Coimbra, Aurélio Quintanilha. A este se juntaram mais tarde Abílio Fernandes, A. Taborda de Moraes e J. Barros Neves. Foram instaladas salas de esterilização, culturas de algas e outras, câmara de fotografia e micrografia. Foram desenvolvidas as áreas de citologia, anatomia, micologia e genética.

O Herbário constituía um problema mais delicado, porque Carrisso não desejava ferir a susceptibilidade do Mestre. Em 1921 convidou para o lugar de assistente e jardineiro chefe o licenciado Francisco d'Ascensão Mendonça. Carrisso organizou as coisas de modo a que Mendonça fosse, gradualmente, substituindo Júlio Henriques nas suas funções de naturalista e, definitivamente, quando este faleceu. Deu início a uma colecção de criptogamia e a uma algoteca. Organizou várias herborizações em Portugal. Desenvolveu a colaboração com amadores, alguns antigos alunos, que regularmente enviavam material de outros países africanos (à altura, colónias portuguesas).

A solução para o Jardim não terá sido a contento de Carrisso, pois ficou à sua responsabilidade directa e tirava-lhe horas de sono... Mas reconstruiu as estufas e construiu uma para plantas aquáticas tropicais. Contudo, as maiores ralações terão sido as que teve por causa do edifício propriamente dito quando parte das instalações, já exíguas, foram retiradas ao Instituto a favor do Liceu José Falcão. Carrisso chegou mesmo a pedir a demissão.

A Sociedade Broteriana estava muito desmotivada à data da morte de Júlio Henriques. Contudo, era óbvia a sua importância para o enriquecimento, quer do Herbário, quer da Biblioteca. Carrisso alargou o âmbito do Boletim com artigos sobre citologia e genética vegetal dando início em 1922 à 2.^a série do mesmo. Iniciou em 1930 as Memórias e em 1935 o Anuário da Sociedade. Como resultado destes investimentos as trocas com revistas científicas estrangeiras subiram exponencialmente.

As aulas práticas eram dadas nos laboratórios e no Herbário. Carrisso foi descrito por vários (Fernandes, 1939; Silva Dias, 1986) como um pedagogo moderno. Adivinha-se o professor inspirador que terá sido com a visão global que demonstrou ter do mundo e da vida. Vejamos: no seu doutoramento prestou especial atenção às características ambientais das águas da baía de Buarcos; os temas que escolheu ensinar: Ecologia, Fitogeografia e Botânica Sistemática; em África interessou-se pelo todo, a botânica, a agricultura, a etnografia, a qualidade de vida. Além do mais, ele próprio deu várias conferências e convidou vários professores estrangeiros a expor aspectos recentes da botânica.

Como resultado de todo este investimento em qualidade a produção científica durante o seu tempo como director envolveu 9 investigadores e foram publicados 62 artigos (Fernandes, 1939).

Então, o mar chamou-o mais uma vez. Mas agora apenas como meio para chegar a África. Foi realizar «os sonhos».

As suas actividades em África duraram 10 anos e a semente terá sido um comentário fortuito, mas cheio de significado, de um botânico do Royal Botanic Gardens Kew a quem Carrisso se dirigiu sobre Moçambique. A resposta continha as seguintes palavras: «*There is probably no part of Africa of which the flora has been so little investigated as Portuguese East Africa*» (Correia, 1939). Estas palavras devem ter sido como um rastilho no homem de horizontes largos, pensamento claro e determinado que era Carrisso. A sua capacidade em dar solução a situações impossíveis já tinha sido demonstrada e cimentada com a revolução que em 9 anos tinha produzido em Coimbra. Fazer explorações científicas em África era só mais uma missão impossível. Na realidade, em Portugal ninguém estava interessado, nem em investigação, nem em África. Um investigador era um excêntrico e África era uma desconfortável maçada!

Inicialmente Carrisso pensou em Moçambique. Mas os escolhos encontrados na organização de uma expedição foram tais, que acabou por se decidir por Angola, já que tinha relações de amizade com o Secretário Provincial da Agricultura nesta província, Torres Garcia, seu antigo discípulo.

A 1 de Junho de 1927 Carrisso e Mendonça partiram para a primeira Missão Botânica a Angola. A verba era pouca e, portanto, a organização foi modesta contando apenas com simples material para herborizações e equipamento fotográfico. Viajaram em condições difíceis como era, aliás, costume na época em África e está patente em várias memórias fotográficas. Adivinha-se a emoção com que, tão longe da sua Figueira e da vegetação familiar da Serra da Boa Viagem, Carrisso (e Mendonça) terá ouvido o familiar linguarejar português! Mais de metade do tempo passaram-no na zona remota do noroeste de Angola, mas também visitam o deserto do Namibe (*Moçâmedes*) (Carrisso, 1929-30) — o que o há-de ver morrer 10 anos mais tarde... Mendonça (1929-30) descreveu mais tarde o habitat extremo de *Welwitschia mirabilis* Hook. f.: uma zona onde a flora tem um carácter xerófilo extremo com algumas acácias baixas de copa horizontal plana, chuvas extremamente raras mas nevoeiros nocturnos muito densos, solo xistoso arcaico.

Foram ainda a Cabinda e ao *Congo Belga*. Chegaram a Lisboa a 13 de Dezembro do mesmo ano com grande quantidade de material.

Totalmente enfeitiçado (quantos o não ficam??) por África, Carrisso regressou a Portugal desta feita com duas missões: uma, voltar a África e continuar o estudo das vastidões perdidas em mistério; outra, como tão bem expressou Abílio Fernandes (1939), levar a cabo a «evangelização colonial da metrópole». As suas palestras sobre África eram colonialistas, sim, mas também informativas e entremeadas com momentos de humor.

No ano seguinte, em 1928, publicou no *Boletim da Agência Geral das Colónias* dois grandes projectos: um, nunca se concretizou (não dependia apenas de Carrisso...); o outro tratava da «Missão Académica a Angola» que teve lugar de imediato, em 1929. A expedição foi pensada com um grande sentido pedagógico, como uma grande aula prática de campo. Nela participaram 22 pessoas entre professores universitários de todo o país, alunos universitários dos últimos anos, Mendonça, Carrisso e Ana Maria, sua esposa (ao lado de um grande homem está, geralmente, uma grande mulher...). A experiência científica e pessoal deve ter sido qualquer coisa de único na vida daquelas pessoas tendo-se estabelecido uma ligação profunda entre os membros da expedição. Partiram de Lisboa a 10 de Agosto, percorreram 6.000 km em Angola onde estudaram a flora, a fauna, as potencialidades económicas, as condições de vida social e os problemas locais (Carrisso, 1928). A viagem fez-se, primeiro de barco, ao longo da costa, depois utilizando o sistema ferroviário e depois por estrada — uma aventura de fazer doer os ossos, mas que teve os seus momentos de smoking! Carrisso não resiste a mostrar ao grupo o fascínio do deserto a sul. De regresso passaram por São Tomé onde admiraram a sua vegetação tropical.

Durante estas duas explorações científicas a Angola foi colhido muito material vegetal. Durante 3 anos Carrisso e Mendonça prepararam um *Sylogue Florae Angolensis* [sumário de colecção de exemplares] do material colhido. Ao trabalhar nesse material, arquivá-lo, determiná-lo e tentar lidar com a sua nomenclatura foi reconhecida a necessidade de, como recomenda a boa metodologia taxonómica, compará-lo com a maior quantidade de material possível e estudar a bibliografia relevante. Uma vez mais Carrisso não aceita um *não* do destino. Não havia grandes colecções de África em Coimbra; não havia ainda uma grande biblioteca; como colaborador contava apenas com Mendonça. Carrisso sabia perfeitamente que as melhores colecções e conhecimentos sobre a flora de Angola estavam em Londres, no British Museum. Finalmente conseguiu que fosse estabelecida a cola-

boração oficial entre o Conselho da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e o British Museum para a elaboração da obra *Conspectus Flora Angolensis*, obra de âmbito incomparavelmente maior do que o preliminar *Syllogue*. Em 1934 convidou Exell (naturalista experimentado em trabalho de campo e de herbário) para tomar conhecimento dos trabalhos já iniciados em Coimbra. Convidou também Gossweiler com o mesmo objectivo. Organizou a visita de Mendonça aos herbários de Londres e Berlim-Dahlem tornando-o num naturalista cosmopolita. Paralelamente, Mendonça preparou um estudo das tribos Maydaceae e Andropogoneae (Poaceae) de Angola onde seguiu o tratamento taxonómico de Stapf na *Flora of Tropical East Africa*, vol 9. A publicação envolve 38 géneros e 97 espécies com algumas citações bibliográficas e de material de herbário, dados sobre ecologia e distribuição geográfica. A importância desta família em Angola, principalmente no sul determinou o empenho de Mendonça neste trabalho.

Gradualmente o *Syllogue* foi absorvido pelo primeiro fascículo do primeiro volume da obra *Conspectus Flora Angolensis* o qual foi, mais tarde, encadernado com o segundo fascículo.

Conspectus Flora Angolensis (Consp. Fl. Angol.)

Elaborado pelo Instituto Botânico de Coimbra com a colaboração do Museu Britânico (British Museum).

Fundado por L. Wittnich Carrisso (†).

Volume 1: Ranunculaceae - Aquifoliaceae por A. W. Exell & F. A. Mendonça (Flacourtiaceae por H. Sleumer, Diptercarpaceae por H. Bancroft).

Publicado em 2 fascículos:

Fascículo 1 – pp ix-xxiv [Prefácio por Carrisso em português e inglês; Introdução por Mendonça em português e inglês], pp 1-176 (30 de Janeiro de 1937).

Fascículo 2 – pp i-viii [fotografia de Carrisso com assinatura, Sumário, Lista das 21 gravuras, 26 Nomes novos deste volume, 4 ilustrações, Mapa pequeno de Angola com distritos da divisão administrativa de 1927], pp 177-422 (20 de Agosto de 1951). Gravuras 21; pp 1-348: chaves, sinonímia, distribuição, ecologia; pp 349-376: Agenda e Corrigenda/Addenda and Corrigenda; pp 377-400: Sinopse das famílias tratadas; pp 401-422: Índice

dos nomes botânicos; Mapa desdobrável de Angola com distritos da divisão administrativa de 1927, 1:6.000.000.

Bertrand (Irmãos), L.^{da}, Lisboa.

O *Conspectus* propriamente dito (pp 1-348) inclui 57 famílias que seguem, no geral, a ordem de Bentham & Hooker, *Genera Plantarum*. As chaves para as famílias foram deixadas para quando todo o trabalho estivesse terminado na totalidade, embora haja uma sinopse descritiva das famílias. Dentro de cada família há uma chave dicotômica para identificação dos géneros, no total de 238; dentro de cada género há uma chave dicotômica para a identificação de cada espécie as quais são em grande número; *taxa* inferiores à espécie são colocados em sinonímia. Para cada espécie é referido o autor, local de publicação do protologo, bibliografia relevante; sinonímia e respectiva bibliografia por ordem cronológica; distribuição geográfica por distritos indicando o Herbário onde está depositado o respectivo exemplar; hábito e ecologia; distribuição geográfica mundial. Na figura 1 estão as páginas 190 e 191 do *Consp. Fl. Angol. 1* onde consta a espécie *Melhania carrissoi* de Exell e Mendonça dedicada a Carrisso; um dos tipos foi colhido por Carrisso & Sousa em Junho de 1937 no Morro das Paralelas (chama-se a atenção para o ano, mês e local da colheita!).

Para que o *Consp. Fl. Angol.* fosse/seja uma Flora apenas lhe falta a descrição dos géneros e das espécies. Esse «apenas» deve-se ao facto de o *Conspectus* ter sido uma obra absolutamente pioneira na Botânica em Portugal, quer pelo volume e complexidade do trabalho envolvido, quer pela colaboração internacional que não era costume no país. Aquando da elaboração da *Flora Zambesiaca* (Flora que engloba Moçambique, Malawi, Zâmbia, Zimbabué, Botswana e Caprivi Streep, ou seja, os países da bacia hidrográfica do rio Zambeze) em que ainda hoje colaboram Portugal e a Grã-Bretanha foi frisado que «... tinha começado em 1937, por iniciativa do falecido Prof. Carrisso, uma obra regional de natureza florística concernente o território português de Angola — *Conspectus Flora Angolensis*. Esta obra continuava a velha tradição de colaboração anglo-portuguesa e facilitou as negociações para um trabalho conjunto sobre a flora da Federação das Rodésias e Niassalândia e o seu vizinho oriental, Moçambique» (Dandy & Taylor, 1960).

Passaram-se quase 7 anos na elaboração deste primeiro fascículo do volume 1 do *Consp. Fl. Angol.* Durante este tempo tornou-se óbvio que

2. *Melhania velutina* Forsk., Fl. Aegypt. - Arab.: 64 (1775). — Gossweiler & Mendonça, Cart. Fitogeogr. Angol.: 160 (1939).

Melhania ferruginea A. Rich., Tent. Fl. Abyss.: 74 (1846). — Hiern, Cat. Afr. Pl. Welw. I: 88 (1896). — K. Schum. in Engl. Mon. Afr. Pflanz. - Fam. - Gatt. V. Stercul.: 14, t. 1, f. C (1900).
Melhania acuminata Mast. in Oliv., Fl. Trop. Afr. I: 231 (1868). — K. Schum. in Warb., Kunene - Samb. - Exped. Baum: 301 (1909).

CUBANGO: Cavanga, margens do rio Cubango, Baum 418 (BD; BM; Coi; K).

MOSSÂMEDES: Humbia, alt. 1000 m., Exell & Mendonça 2053 (BM; Coi; Lis.C); entre Mossâmedes e Serra da Cheia, alt. 200 m., Gomes & Sousa s. n. (Coi).

HUÍLA: Vila Pereira d'Éca, 1150 m., Exell & Mendonça 2839 (BM; Coi); Chibemba, Pearson 2442 (K); Vila Pereira d'Éca, A. Paxell - Cotton 991 (BM), 1028 (BM); margens do rio Monimo, Welwitsch 4741 (BM; Lis.U).

HÁBITO E ECOLOGIA: subarbusto de 0.5 m. do mato xerófilo. Fl. IV-VI, XI, fr. V-VI.

DISTR. GEOGR.: Arábia, África tropical oriental, Congo Belga, Rodésia e sul de Angola.

NOM. VERNAC.: Oxineomba (cuanhama).

3. *Melhania Forbesii* Planch. ex Mast. in Oliv., Fl. Trop. Afr. I: 231 (1868). — Hiern, Cat. Afr. Pl. Welw. I: 88 (1896). — K. Schum. in Engl. Mon. Afr. Pflanz. - Fam. - Gatt. V, Stercul.: 12 (1900). — Exell in Journ. of Bot. LXV, Suppl. Polypet.: 42 (1927).

LUANDA: Caeuaco, Gossweiler 1504 (BM; Coi); Caxito, rio Bengo, Gossweiler 7529 (BM; Lis.JC; Lis.U); Ambriz, Monteiro s. n. (K); Quiexue, Welwitsch 4742 (BM; Lis.U), 4743 (BD; BM; Coi; K; Lis.U), col. carp. 286 (BM; Lis.U), 288 (BM; Lis.U).

CUANZA NORTE: Cabiri, Gossweiler 8329 (BM; K).

CUANZA SUL: Quissama, Caxombo, Gossweiler 8349 (P), 8360 (BD; BM; K; P).

HÁBITO E ECOLOGIA: erva anual ou vivaz do mato aberto xerófilo. Fl. e fr. XII, II, IV-VI.

DISTR. GEOGR.: Moçambique, Niassalanda, Rodésia, Angola e África austro-occidental.

4. *Melhania Carrissoi* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., Sér. 2, XIII: 310 (1939). — Gossweiler & Mendonça, Cart. Fitogeogr. Angol.: 197 (1939).

MOSSÂMEDES: Pedras Salvadoras, Carrisso & Sousa 348 (BM, tipo; Coi; Lis.C); Morro das Paraletas, Carrisso & Sousa 354

(BM; Coi; Lis.C); Montemor, Km. 74 do Caminho de Ferro de Mossâmedes, alt. c. 500 m., Exell & Mendonça 2192 (BM; Coi).

HÁBITO E ECOLOGIA: subarbusto de 1 m. do mato xerófilo espinhoso, e do deserto. Fl. V, VI; fr. VI.

DISTR. GEOGR.: no sul de Angola.

3. MELOCHIA L.

Flores em cimeiras terminais ... 1. *corchorifolia*.
Flores em cimeiras breves ou glomérulos axilares ... 2. *melissifolia*.

1. *Melochia corchorifolia* L., Sp. Pl. I: 675 (1753). — Hiern, Cat. Afr. Pl. Welw. I: 90 (1896). — K. Schum. in Engl. Mon. Afr. Pflanz. - Fam. - Gatt. V, Stercul.: 41, t. 3, f. G (1900).

LUANDA: Luanda, Gossweiler 302 (BD; BM; K).
CUANZA NORTE: Cazengo, Camondai, Vila Salazar, Gossweiler 5841 (BM; Lis.JC); Isolo, próx. do rio Bougo, Welwitsch 4716 (BM; Lis.U), col. carp. 268 (BM; Lis.U); Libongo, margens do rio Lifune, Welwitsch 4717 (BD; BM; Coi; K; Lis.U).

HÁBITO E ECOLOGIA: erva anual ou vivaz dos lugares húmidos. Fl. IX, fr. IX, XII, IV.

DISTR. GEOGR.: nas regiões tropicais do Velho Mundo.

2. *Melochia melissifolia* Benth. in Hook., Journ. of Bot. IV: 124 (1841).

Melochia bracteosa F. Hoffm., Beitr. Pl. Centr. Ost-Afr.: 13 (1880).
Melochia melissifolia var. *bracteosa* (F. Hoffm.) K. Schum. in Engl. Mon. Afr. Pflanz. - Fam. - Gatt. V, Stercul.: 43 (1900). — Exell in Journ. of Bot. LXV, Suppl. Polypet.: 42 (1927).

Melochia crotola K. Br. ex Hiern, Cat. Afr. Pl. Welw. I: 90 (1896).

Melochia Welwitschii Hiern, loc. cit.: 91 (1896).

Melochia melissifolia var. *Welwitschii* (Hiern) K. Schum. in Engl. Mon. Afr. Pflanz. - Fam. - Gatt. V, Stercul.: 43 (1900).

Melochia melissifolia var. *brachyphylla* K. Schum., loc. cit.

ZAIRE: Sumba, Peco, Gossweiler 8714 (BD; BM; K).
CONGO: S. Salvador, Caminho de Tunis, Büttner 89 (BD).
LUANDA: Ambriz, pantano de Mossul, Welwitsch 4715 (BM; Coi; K; Lis.U).

CUANZA NORTE: Pungo Andongo, Welwitsch 4718 (BM; Lis.U); Vila Salazar, Welwitsch 4719 (BD; BM, tipo de *M. Welwitschii*; Coi; K; Lis.U).

MALANGE: sem localidade, Mechow 491 (BD, tipo de *M. melissifolia* var. *brachyphylla*).

FIGURA 1 - *Conspectus Flora Angolensis* (Consp. Fl. Angol.), páginas 190 e 191. Elaborado pelo Instituto Botânico de Coimbra com a colaboração do Museu Britânico (British Museum). Fundado por L. Wittnich Carrisso. Volume I: fasc. II (1951): Ranunculaceae-Aquifoliaceae por A.W. Exell & F. A. Mendonça (Flacourtiaceae por H. Sleumer, Dipterocarpaceae por H. Bancroft)

as expedições florísticas a Angola não se podiam dar por terminadas. Preparou-se, então, a terceira missão. Entre dizer e fazer foi uma distância enorme. Esses anos são descritos pelo seu primeiro Mestre, Palhinha (1938): «De 1930 jusqu'à 1936 je l'ai vu animé et découragé; animé quand il avait la promesse d'obtenir les fonds nécessaires; découragé quand il reconnaissait l'impossibilité de les avoir; mais, travailleur infatigable, apôtre inlassable, il a fait le rôle de Sisyphe pendent six ans, toujours montant la raide côte, ayant sur lui le poids énorme de son désir, pour la redescendre voyant l'inutilité de ses efforts...».

Do ponto de vista científico esta terceira expedição foi a melhor organizada e a mais frutuosa do ponto de vista botânico. Havia mais experiência e melhor conhecimento da área a explorar; os anos de estudo da flora tornaram os objectivos mais precisos; a equipa tinha o número ideal de botânicos experientes.

Em Fevereiro de 1937, poucos dias depois de publicado o primeiro fascículo do *Conspectus Flora Angolensis*, Carrisso e os seus companheiros de Coimbra partiram de Lisboa rumo a Luanda. Lá juntaram-se a Exell, sua esposa e Gossweiler e iniciaram uma viagem em que colheram cerca de 25.000 exemplares de herbário. Esses exemplares têm sido um contributo precioso para a elaboração do *Conspectus* (ainda hoje inacabado) e outros estudos florísticos sobre Angola.

No total, as três viagens somaram cerca de 30.000 km, mais do que os 28.000 km da rede de estradas de Angola à altura. O material de herbário colhido durante estas expedições foi juntar-se às colecções do alemão Friedrich Welwitsch (1806-1861) e Gossweiler constituindo o todo material de referência de uma parte muito interessante de África. De facto, Angola estende-se dos paralelos 5° (incluindo Cabinda)-18° S e dos meridianos 12°-24° E, ou seja, cobre uma variedade enorme de habitats, da floresta tropical ao deserto, da orla marítima, passando pela longa escarpa até ao vasto planalto interior o qual, no seu extremo este, vê passar o rio Zambeze. Espécies novas descritas de Angola têm muitas vezes distribuição ou em todo o sul da África ou na África central — daí a grande importância destas colecções históricas.

Carrisso foi mais um homem de acção, um explorador, um condutor de homens e eventos, do que um investigador de laboratório ou de herbário. Não deixou muitos artigos científicos escritos pelo seu próprio punho; mas

ficou memória de várias conferências vibrantes e sempre, sempre frontais na apreciação que fazia da sociedade portuguesa. A acção esteve presente desde cedo na sua vida, velejando na baía de Buarcos.

Segunda-feira, 14 de Junho de 1937. O deserto de Moçâmedes (Namibe) pela terceira vez. Expedição a 102 km a sul da cidade de Moçâmedes (Namibe). Acampamento a 2 km do Morro das Paralelas. A expedição subia o morro e colhia plantas. Carrisso sentiu-se mal e foi rodeado por Ana Maria e Jara de Carvalho. A expedição regressou aos veículos, Carrisso pelo seu pé, sem ajuda, já se sentindo melhor. À beira da tenda, um cajado numa mão, um molhe de plantas na outra, enquanto lhe preparavam a cama de campanha acabou por concordar que fosse chamado um médico a Moçâmedes (Namibe). Deitou-se e ajeitou-se na cama (Cristão, 1937).

Quem matou Carrisso? O seu coração cansado de tantos trabalhos? A sua personalidade irrequieta? O Portugal lânguido que tantas vezes o terá frustrado?

Não teve filhos. Escreveu livros. Plantou árvores. Semeou ideias, ideias, ideias.

Como corolário das suas actividades em Angola o nome de L. W. Carrisso foi celebrado por vários botânicos em várias espécies novas para a ciência descritas de África, bem como um género.

Espécies:

ACANTHACEAE: *Monechma carrissoi* Benoist in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 24: 30 (1950) – descrita de Afr. Lusit. Or., ou seja, Moçambique.

ALOACEAE: *Haworthia carrissoi* Resende in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 15: 161 (1941) – descrita da província do Cabo na África do Sul.

CAPPARACEAE: *Ritchiea carrissoi* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot. ser. 2, 11: 47 (1936) – descrita de Angola.

COMPOSITAE: *Bothriocline carrissoi* R. Wech. in Bull. Jard. Bot. Belg., 51 (1-2): 112 (1981) – descrita de Angola.

DIPTEROCARPACEAE: *Monotes carrissoanus* H. H. Bancr. in Journ. Bot., Lond., 77: 110 (1939); & in Bol. Soc. Brot. 1938-9, ser. 2, 13: 356 (1939) – descrita de Angola.

FAGACEAE: *Quercus x carrissoana* A. Camus, Les Chenes, Monogr. Gen. Quercus, Atlas, 2. Expl. Pl. (Encycl. Econ. Sylv. 7) 59 (1935) – descrita de Marrocos.

LEGUMINOSAE: *Guibourtia carrissoana* (Exell) J. Léonard in Bull. Jard. Bot. Brux. 19: 404 (1949) cujo basiónimo é: *Copaifera carrissoana* Exell ex Gossw. & Mendonça, Carta Fitogeogr. Angola, 149 (1939), in adnot., *nomen*; Exell in Bol. Soc. Brot. 1938-9, ser. 2, 13: 323 (1939) – descrita de Angola.

Crotalaria carrissoana Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., Lisboa, ser. 2, 19: 44 (1960) – descrita de Angola.

MELASTOMATACEAE: *Dissotis carrissoi* A. Fern. & R. Fern. in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 28: 193 (1954) – descrita de Angola.

POLYGALACEAE: *Heterosamara carrissoana* (Exell & Mendonça) Paiva in Fontqueria, 50: 129 (1998) cujo basiónimo é: *Polygala carrissoana* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot. 1938-9, ser. 2, 13: 307 (1939) – descrita de Angola.

PORTULACACEAE: *Ceraria carrissoana* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot. 1938-9, ser. 2, 13: 309 (1939) – descrita de Angola.

Portulaca carrissoana (Exell & Mendonça) Nyananyo in Taxon, 35 (3): 592 (1986) cujo basiónimo é: *Sedopsis carrissoana* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot. 1938-9, ser. 2, 13: 308 (1939) – descrita de Angola.

RUBIACEAE: *Coffea carrissoi* A. Chev. in Rev. Bot. Appliq., 19: 401 (1939) – descrita de Angola.

STERCULIACEAE: *Melhanianthus carrissoi* Exell & Mendonça in Carrisso, Consp. Fl. Angol. 1: 190 (1939); & in Bol. Soc. Brot. 1938-9, ser. 2, 13: 310 (1939) – descrita de Angola.

TILIACEAE: *Grewia carrissoi* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot. 1938-9, ser. 2, 13: 318 (1939) – descrita de Angola.

VITACEAE: *Cissus carrissoi* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 26: 227 (1952) – descrita de Angola.

Género:

LEGUMINOSAE: *Carrissoa angolensis* Baker f. in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 8: 108 (1933) – descrita de Angola (provavelmente próxima ou = *Eriosema*).

Outros nomes foram:

COMPOSITAE: *Rhaponticoides carrissoi* (Rothm.) M. V. Agab. & Greuter in Willdenowia 33 (1): 60 (2003) cujo basiónimo é: *Centaurea carrissoi* Rothm. in Bol. Soc. Brot. ser. 2, 13: 281 (1939) – descrita de Portugal.

LABIATAE: *Sideritis carrissoana* Font Quer in Brotéria, ser. Bot., 22: 95 (1926) – descrita de híbrido de origem cultivada no Jardim Botânico de Barcelona (*S. glauca* x *S. granatensis*).

Referências bibliográficas

- CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - *Centenário do Nascimento Luiz Wittnich Carrisso*. Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, 1986.
- CARRISSO, L. W. - A missão botânica da Universidade de Coimbra à colónia de Angola, em 1927. *Bol. Soc. Brot.* ser. 2, 6 (1929-30) p. 309-312.
- (1928). Investigação científica colonial. *Bol. Soc. Geogr.* Lisboa. ser. 46, 7-8: 151.
- CARVALHO, A. F. - Prof. Luiz Carrisso. *Bol. Soc. Brot.* 13, ser. 2 (1939) p. XI-XVI.
- CHODAT, R. & CARRISSO, L. - Une nouvelle théorie de la myrmécophilie. *Compt. Rend. Séances Soc. Phys. Genève*, 37 (1) (1920), p. 9-12.
- CHODAT, R., avec la collab. de L. CARRISSO, - B. La myrmécophilie des *Cordia* de la section *Gerascanthus*. In: CHODAT, R. avec la collab. de W. Vischer R. La végétation du Paraguay: résultats scientifiques d'une mission botanique suisse au Paraguay, *Bull. Soc. Bot. Genève*, ser. 2, 12 (6-9) (1920), p. 172-200.
- CORREIA, M. - Alguns passos da acção colonial do Prof. Doutor Luiz Carrisso. *Bol. Soc. Brot.* ser. 2, 13: (1939), p. XVII-XXXI.
- DANDY, J. E. ; TAYLOR, G. - Prefácio. In: EXELL, A. W. ; WILD, H. eds, *Fl. Zamb.* 1 (1960), p. 7.
- DIÁRIO DE COIMBRA de 11 de Julho de 1937.
- FERNANDES, A. - Notícia sobre a vida e a obra do Prof. Luiz Wittnich Carrisso. *Bol. Soc. Brot.* ser. 2, 13 (1939), p. 4-44.
- MENDONÇA, F. A. - O habitat da *Welwitschia mirabilis*. *Bol. Soc. Brot.* ser. 2, 6 (1929-30), p. 320-321.
- Agrostologia de Angola. I - *Maydeae* e *Andropogonae*. *Bol. Soc. Brot.* ser. 2, 10 (1935), p. 3-42.
- PALHINHA, R. T. - Luiz Wittnich Carrisso (1886-1937). *Bull. Soc. Bot. France.* 85 (1938), p. 31- 34.
- SCHÜTT, F. - *Analytische Plankton-Studien*. Leipzig, 1892.

(Página deixada propositadamente em branco)

J. Paiva

Biólogo

**VALOR E IMPACTO CIENTÍFICO DAS EXPLORAÇÕES BOTÂNICAS
A ANGOLA ORGANIZADAS POR L. W. CARRISSO**

Na altura em que o Prof. Dr. Luiz Wittnich Carrisso (1886-1937) era Director (1918-1937) do Museu, Laboratório e Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, o que se conhecia da flora de Angola era fundamentalmente baseado nas excelentes colecções (cerca de 8000 peças de material botânico, correspondendo a mais de 5000 espécies) que o médico-naturalista austríaco, Dr. Friedrich Welwitsch (1806-1872), efectuara em Angola de Setembro de 1853 a Dezembro de 1860, a cargo do Estado Português. Por essa altura, também já havia muito material colhido pelo técnico agrícola suíço Hans (John) Gossweiler (1873-1952), contratado pelo Governo de Angola desde 1899, mas que não estava (nem está ainda) tão exaustivamente estudado [A. W. Exell, Mr. John Gossweiler's plants from Angola and Portuguese Congo: Dicotyledones, 1 & 2 (1926-1933)] como o material colhido por Welwitsch [W. P. Hiern, Catalogue of Welwitsch's African Plants, 1, 1 (1896), 1, 2 (1898), 3 (1898), 4 (1900); A. B. Rendle 2, 1 (1899); W. Carruthers & al. 2, 2 (1901)]. No entanto, Gossweiler colheu muito mais material em Angola do que qualquer outro colector [cerca de 15000 números, contando os não numerados (n.º 1, colhido em 1900 em Namibe - n.º 14680 herborizado em 1950 em Dois Irmãos, localidade também do distrito de Namibe] e percorreu uma área muito mais vasta do que Welwitsch, o que não admira, pois as vias de comunicação e os meios de transporte no século XX eram muitíssimo melhores do que nos meados do século XIX, quando o botânico austriaco herborizou em Angola. Além disso, Welwitsch colheu em Angola durante cerca de 7 anos (1853-1860), enquanto que Gossweiler trabalhou em Angola cerca de meio século (desde 1899 até 1951).

É bom esclarecer que no Herbário de Coimbra não havia, nessa época, material de Angola apenas herborizado por Welwitsch e por Gossweiler.

Havia bastante material de Angola colhido por colonos, funcionários, missionários, oficiais do exército, professores do ensino primário e do ensino secundário, médicos, farmacêuticos, etc., que ou tinham sido alunos da Universidade de Coimbra ou tinham algum relacionamento com esta Universidade. Porém, não eram colecções tão vastas, nem de tanta qualidade como a de Welwitsch e a de Gossweiler.

Na Universidade de Coimbra, desde muito cedo, houve interesse em estudar e avaliar o Património Cultural e Científico das Colónias. As conhecidas «Viagens Filosóficas» do Século XVIII às Colónias da América, África e Ásia são disso testemunho. Infelizmente, todo o material de herbário (10 herbários com 2855 espécimes) colhido nessas Campanhas chefiadas por Alexandre Rodrigues Ferreira (Brasil), Manuel Galvão da Silva (Índia e Moçambique), Joaquim José da Silva (Angola) e João da Silva Feijó (Cabo Verde), foi levado para o Muséum National d'Histoire Naturelle de Paris, em 1808, por Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1722-1844), durante a 1.ª Invasão Francesa comandada pelo General Jean Andoche Junot (1771-1813). Esses espécimes estão, actualmente, incorporados nos Herbários do Muséum National d'Histoire Naturelle de Paris, muitos deles incorrectamente incorporados, pois há material colhido em África no seio do herbário americano e vice-versa. Isto porque a maioria dos exemplares que foram de Portugal não estavam convenientemente etiquetados ou até não tinham quaisquer dados, pois os chefes das «Viagens Filosóficas» tinham enviado os espécimes para o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, separados dos relatórios das respectivas viagens e dados de colheita, que foram enviados para a Secretaria do Ministério da Marinha e do Ultramar. Talvez por incúria de Domingos Vandelli (1735-1816), Director, na época (1791-1816), do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, as caixas com o material de herbário não tinham sido abertas ainda e, portanto, não se tinha averiguado que faltavam muitos dados de colheita. Por outro lado, também se tem que admitir que o material tenha sido misturado durante a viagem de Lisboa para Paris, pois o transporte não tinha tanta segurança e tão boas condições como as actuais.

Esses estudos iniciados com as «Viagens Filosóficas» tiveram sempre continuidade na Universidade de Coimbra. Foi assim que Félix de Avellar Brotero (1744-1828), além de ter elaborado a célebre Flora Lusitânica (1804), a primeira flora de Portugal, enquanto Director do Botânico (1779-1811) e, mais tarde, depois de deixar Coimbra, a *Phytographia Lusitaniae*

selectior [(1816); 2 (1827)], por não estar satisfeito com o trabalho da *Flora Lusitânica*, também se preocupou com a arborização do Arquipélago de Cabo Verde, que nós tínhamos desarborizado, tal como outros colonizadores fizeram noutras ilhas. Charles Darwin (1809-1882) notara-o quando passou pela primeira vez (segunda metade de Janeiro de 1832) pelo Arquipélago de Cabo Verde (Porto da Praia, Ilha de Santiago) na sua célebre viagem científica de circum-navegação (1831-1836): «Na época do descobrimento da ilha, os arredores do porto da Praia eram sombreados por numerosas árvores, cuja destruição, ordenada com tanta indiferença, causou aqui, como em Santa Helena e em algumas das ilhas Canárias, uma esterilidade quase absoluta». Após a recuperação económica e da estabilidade política perdidas durante as lutas com os invasores franceses e, mais tarde, com a guerra civil entre absolutistas e liberais, intensificaram-se, novamente, os estudos do Património Natural das Colónias. Aliás, nessa altura, por disposição dos Estatutos da Universidade de Coimbra, incumbia aos professores de História Natural fazer o estudo não só da Metrópole como também das Colónias.

Logo que Júlio Henriques (1838-1928) começou a ensinar Botânica (1866, substituto extraordinário da Faculdade de Filosofia) e se tornou, depois, Director do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (1873-1918), reiniciaram-se os estudos e explorações botânicas das Colónias. Foi assim, que Júlio Henriques elaborou estudos extraordinariamente relevantes, como o cultivo nas estufas do Jardim Botânico de Coimbra de plantas da quina (*Cinchona* spp.) da América tropical, que depois introduziu nas Colónias, particularmente na ilha de São Tomé, após ensaios noutras Colónias (Cabo Verde, Angola e Moçambique) e nas Ilhas Adjacentes, para assim tentar combater a malária, doença extraordinariamente mortífera. Os contactos que Júlio Henriques estabeleceu com os colonos e governantes de São Tomé e Príncipe, por causa do cultivo das plantas da quina, levaram-no a interessar-se pela flora da Colónia. Começou por mandar o Jardineiro-chefe Adolfo Frederico Moller (1842-1920) colher plantas para aquelas ilhas (1885-1892), para, mais tarde (1903), ir ele próprio estudar a flora deste Arquipélago.

Desta maneira, não admira que o Professor Dr. Luiz Wittnich Carrisso tenha continuado essa «tradição» e interesse pelos estudos da flora das Colónias e que, seguramente, o seu mestre (Júlio Henriques) lhe inculcira.

Na sua primeira exploração botânica a Angola (1927) foi acompanhado pelo Naturalista da Universidade de Coimbra, Francisco de Ascensão Mendonça (1889-1992) e colheram nos distritos de Luanda, Cuanza Norte, Malanje, Lunda, Moxico, Benguela, Huíla e Namibe, 657 números (n.º 1, 23.06.1927 - n.º 657, 2.10.1927), além de cerca de uma dezena de exemplares não numerados. Para a terceira expedição, (1937) Carrisso foi acompanhado de pessoal do Jardim Botânico de Coimbra, o já referido Naturalista Francisco de Ascensão Mendonça, o assistente Manuel Jara de Carvalho e o colector Francisco de Sousa, do botânico inglês do British Museum (Natural History) Londres, Arthur Wallis Exell, do técnico suíço, funcionário de Angola, John Gosseweiler e de alguns acompanhantes não botânicos, como as esposas do professor Carrisso (Ana Maria) e a do Dr. Exell (Mildred). Esta expedição, melhor organizada, teve muito maior êxito, tendo sido colhidos muitos mais exemplares de herbário, cerca de 5030 números e cerca de 25000 exemplares. *Carrisso & Sousa* colheram 354 números [n.º 1 (14.03.1937) - n.º 354 (14.06.1937) ; Carrisso faleceu durante esta expedição no dia 14 de Junho de 1937] na região de Benguela e Namibe; *Exell & Mendonça* colheram 3217 números [n.º 1 (14.03.1937) - n.º 3217 (15.07.1937)] em todos os distritos com excepção do distrito do Congo, e Gosseweiler com 1416 números colhidos nos distritos da Lunda, Moxico, Huíla e Namibe, mais alguns exemplares não numerados de cada uma das colecções. Além de material de herbário foi colhido muito mais material botânico (frutos, sementes, material fito-etnográfico, etc.) que não só se encontra depositado no Museu do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra, como existem plantas vivas no Jardim resultantes de diásporos colhidos nessas expedições, como também um grande número de fotografias, algumas das quais são, actualmente, extremamente importantes por serem documentos históricos demonstrativos das alterações na Natureza angolana, particularmente resultantes de acções antrópicas.

Estas expedições botânicas levadas a efeito pelo Prof. Dr. Luiz Wittnich Carrisso tiveram, e ainda têm, como veremos adiante, uma enorme relevância para o conhecimento científico da fitodiversidade angolana.

Assim, Luiz Carrisso, com a colaboração de Ascensão Mendonça iniciou a elaboração de uma "Sylloge Florae Angolensis" (resumo da colectânea de espécimes) que, mais tarde, depois de conversações com Arthur Exell, foi decidido publicarem uma obra muito mais vasta e, portanto, muito mais

útil, de colaboração entre o Instituto Botânico da Universidade de Coimbra e o Natural History Museum do British Museum de Londres, o *Conspectus Florae Angolensis*, que Carrisso só viu publicado o primeiro fascículo a 30 de Janeiro de 1937.

Desta obra foram já publicados: 1, 1 (1937); 1, 2 (1951); 2, 1 (1954); 2, 2 (1956); 3, 1 (1962); 3, 2 (1966); 4 (1970); Pteridiphyta (1977); Fam. 70 Crassulaceae (1982); Fam. Bignoniaceae (1993).

Com esta obra, embora ainda incompleta, já foram publicadas 2642 espécies e 682 géneros de uma grande parte (122) das famílias de plantas vasculares de Angola. Das Pteridófitas (1977) foram publicadas 165 espécies pertencentes a 65 géneros de 26 famílias, do filo **Psilotophyta** as Psilotaceae; do filo **Lycophyta** as Isoetaceae, Lycopodiaceae e Selaginellaceae; do filo **Sphenophyta** as Equisetaceae; do filo **Pterophyta** as Adiantaceae, Aspidiaceae, Aspleniaceae, Athyriaceae, Azollaceae, Blechnaceae, Cyatheaceae, Davalliaceae, Dennstaedtiaceae, Gleicheniaceae, Hymenophyllaceae, Lindsaeaceae, Lomariopsidaceae, Marsileaceae, Marattiaceae, Ophioglossaceae, Osmundaceae, Polypodiaceae, Schizaeaceae, Thelypteridaceae e Vitariaceae. Das Angiospérmicas (filo **Magnoliophyta**), foram publicadas 2477 espécies pertencentes a 617 géneros de 96 famílias de Dicotiledóneas (classe **Magnoliopsida**): Aizoaceae (1970); Alangiaceae (1970); Anacardiaceae (1954); Annonaceae (1937); Aquifoliaceae (1951); Araliaceae (1970); Balanitaceae (1951); Balsaminaceae (1956); Barringtoniaceae (1970); Begoniaceae (1970); Bignoniaceae (1970); Bixaceae (1937); Bombacaceae (1937); Burseraceae (1951); Cabombaceae (1937); Cactaceae (1970); Capparidaceae (1937); Caricaceae (1970); Caryophyllaceae (1937); Celastraceae (1954); Chailletiaceae (1951); Chrysobalanaceae (1970); Cochlospermaceae (1937); Combretaceae (1970); Connaraceae (1954); Crassulaceae (1982); Cruciferae (1937); Ctenolophoraceae (1951); Cucurbitaceae (1970); Dilleniaceae (1937); Dipterocarpaceae (1937); Droseraceae (1970); Elatinaceae (1937); Erythroxylaceae (1951); Flacourtiaceae (1937); Fumariaceae (1937); Geraniaceae (1951); Guttiferae (1937); Haloragaceae (1970); Hamamelidaceae (1970); Hugoniaceae (1951); Humiriaceae (1951); Hypericaceae (1937); Icacinaceae (1951); Irvingiaceae (1951); Ixonanthaceae (1951); Leguminosae [Cesalpinoideae (1956), Mimosoideae (1956), Papilionoideae (Tribos Galegeae, Genisteeae, Loteeae e Trifolieae, 1962; Tribos Dalbergieae, Hedysareae, Phaseoleae, Sophoreae, e Vicieae, 1966)]; Linaceae (1951); Lythraceae (1970); Malpighiaceae (1951);

Malvaceae (1937-1951); Melastomataceae (1970); Meliaceae (1951); Melianthaceae (1954); Menispermaceae (1937); Montiniaceae (1970); Moringaceae (1954); Myrothamnaceae (1970); Myrtaceae (1970); Nectaropetalaceae (1951); Nymphaeaceae (1937); Ochnaceae (1951); Olacaceae (1951); Oliniaceae (1970); Onagraceae (1970); Opiliaceae (1951); Oxalidaceae (1951); Pandaceae (1954); Papavaraceae (1937); Passifloraceae (1970); Pentadiplandraceae (1951); Pittosporaceae (1937); Polygalaceae (1937); Portulacaceae (1937); Ranunculaceae (1937); Rhamnaceae (1954); Rhizophoraceae (1970); Rosaceae (1970); Rutaceae (1951); Samydaceae (1970); Sapindaceae (1954); Scytropetalaceae (1951); Simarubaceae (1951); Sterculiaceae (1951); Umbelliferae (1970); Tamaricaceae (1937); Ternstroemiaceae (1937); Tiliaceae (1951); Trapaceae (1970); Tropaeolaceae (1951); Turneraceae (1970); Vahliaceae (1970); Violaceae (1937); Vitaceae (1954); Zygophyllaceae (1951).

Com os estudos necessários para a elaboração do *Conspectus Florae Angolensis* foram descritas muitas espécies novas baseadas no material colhido durante as duas Explorações Botânicas a Angola (1927 e 1937), organizadas pelo Prof. Luiz Carrisso. Além destas, foram ainda descritas outras espécies resultantes de outros trabalhos sobre famílias ainda não publicadas nesta obra.

Desta maneira, o Herbário do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra, além de ter sido bastante enriquecido com os exemplares colhidos nessas duas Expedições, ficou também extraordinariamente valorizado com um grande número de tipos fito-taxonomicos.

Elaboramos uma lista desses *taxa* que, muito provavelmente, não está completa, faltando algumas espécies que nos terão escapado nas pesquisas que efectuámos. Alguns deles celebram o nome de Carrisso (figura 2).



FIGURA 2 - Exemplar de *Carrissoa angolensis* Baker f., colhido em Angola, próximo de Vila Henrique de Carvalho, em 1939, por S. N. Ribeiro. Carrissoa é um género da família Leguminosae dedicado a Luiz Carrisso. Exemplar pertencente ao herbário do Departamento de Botânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Taxa novos [um género (*Carrissoa*), várias espécies ou subespécies, algumas variedades e, até, uma forma] descritos com base no material colhido durante as Expedições de 1927 e 1937

- Abutilon membranifolium* Baker f. in Journ. Bot., Lond., Malvaceae
77: 17 (1939). Tipo: Angola, Huíla, Unguéria, *Exell & Mendonça* 2483 (BM, holo.; COI, iso.).
- Abutilon mendoncae* Baker f. in Journ. Bot., Lond., 77: Malvaceae
18 (1939). Tipo: Angola, Namibe, Km. 70 do Caminho de Ferro, *Exell & Mendonça* 2179 (BM, holo.; COI, iso.).
- Adenodolichos exellii* Torre in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 39: Leguminosae
216, tab. 15 (1965). Tipo: Angola, Lunda, Minungo, Papilionoideae
Chassengue, *Exell & Mendonça* 420 (BM, holo.).
- Adenolobus mossamedensis* Torre & Hillc. in Bol. Soc. Leguminosae
Brot., ser. 2, 29: 37, tab. 3 (1955). Tipo: Angola, Caesalpinoideae
Namibe, deserto de Namibe, vale do Coroca, *Carrisso & Sousa* 237 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.).
- Aeschynomene maximistipulata* Torre in Bol. Soc. Brot., Leguminosae
ser. 2, 39: 208, tab. 3 (1965). Tipo: Angola, Lunda, Papilionoideae
Chassengue, *Exell & Mendonça* 394 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.).
- Barleria elliptica* Benoist in Bol. Soc. Brot. ser. 2, 24: 16 Acanthaceae
(1950). Tipo: Angola, Cuanza Sul, Vila Nova do Sales, *Exell & Mendonça* 3180 (BM, iso.; COI, holo.).
- Barleria exellii* Benoist in Bol. Soc. Brot. ser. 2, 24: 19 Acanthaceae
(1950). Tipo: Angola, Namibe, Montemor, Km. 74 do Caminho de Ferro, *Exell & Mendonça* 2127 (BM, iso.; COI, holo.); Angola, Namibe, entre Namibe e o rio Mucungo, *Exell & Mendonça* 2288 (BM, para.; COI, para.).

- Bauhinia exellii* Torre & Hillc. in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 29: 35, tab. 2 (1955). Tipo: Angola, Lunda, rio Chiumbe, Dala, *Exell & Mendonça* 1461 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.). Leguminosae
Caesalpinioideae
- Bauhinia mendoncae* Torre & Hillc. in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 29: 36 (1955). Tipo: Angola, Moxico, Vila Luso, *Exell & Mendonça* 1629 (BM, holo.; COI, iso.); Angola, Lunda, entre Vila Henrique de Carvalho e Dala, rio Luachimo, *Exell & Mendonça* 1017 (BM, para.; COI, para.); Angola, Lunda, Dala, Biula, rio Chigi, *Exell & Mendonça* 1188 (BM, para.; COI, para.); Angola, Lunda, Dala, Biula, rio Chigi, *Exell & Mendonça* 1195 (BM, para.; COI, para.); Angola, Lunda, Dala, Luma-Cassai, *Exell & Mendonça* 1225 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.); Angola, Moxico, Vila Luso, *Exell & Mendonça* 577 (BM, para.; COI, para.). Leguminosae
Caesalpinioideae
- Bothriocline carrissoi* Wech. in Bull. Jard. Bot. Nat. Belg., 51 (1/2): 112 (1981). Tipo: Angola, Huíla, entre Vila Arriaga e Sá da Bandeira, Quiumbe, *Exell & Mendonça* 2515 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.); Angola, Huíla, Humba, *Carrisso & Sousa* 210 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.). Compositae
- Carrissoa* Baker f. in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 8: 108 (1933). Tipo: Angola, Lunda, Saurimo, Camissongo, *Carrisso & Mendonça* 196 (BM, desenho.; COI, holo.). Leguminosae
Papilionoideae
- Carrissoa angolensis* Baker f. in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 8: 109 (1933). Tipo: Angola, Lunda, Saurimo, Camissongo, *Carrisso & Mendonça* 196 (BM, desenho.; COI, holo.). Leguminosae
Papilionoideae
- Cassia huillensis* Welw. ex Mendonça & Torre in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 29: 32, tab. 1, fig. E (1955). Tipo: Angola, Huíla, entre Sá da Bandeira e Humpata, *Exell*

& *Mendonça* 1971 (BM, para.; COI, para.); Angola, Huíla, Gambos, Quilemba, *Exell & Mendonça* 2538 (BM, para.; COI, para.).

Ceraria carrisoana Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 13: 309 (1939). Tipo: Angola, Namibe, Km 70 do Caminho de Ferro, *Exell & Mendonça* 2171 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.); Angola, Namibe, Montemor, Km 74 do Caminho de Ferro, *Exell & Mendonça* 2107 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.). **Portulaceae**

Cissus carrissoi Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 26: 227, tab. 6 (1952). Tipo: Angola, Lunda, Vila Henrique de Carvalho, rio Manguiji, *Exell & Mendonça* 434 (BM, holo.; COI, iso.) [= *Cyphostemma carrissoi* (Exell & Mendonça) Desc.]. **Vitaceae**

Cissus huillensis Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 26: 229, tab. 8, fig. B (1952). Tipo: Angola, Huíla, morros de Cualeque, *Exell & Mendonça* 2708 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.) [= *Cyphostemma huillensis* (Exell & Mendonça) Desc.]. **Vitaceae**

Cissus marionae Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 26: 230, tab. 9 (1952). Tipo: Angola, Huíla, Dala, *Exell & Mendonça* 1407 (COI, para.) [= *Cyphostemma subciliatum* (Baker) Desc.]. **Vitaceae**

46

Cissus ruacanensis Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 26: 229, tab. 8, fig. A (1952). Tipo: Angola, Huíla, rio Cunene, Ruacaná, *Exell & Mendonça* 2769 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.) [= *Cyphostemma ruacanensis* (Exell & Mendonça) Desc.]. **Vitaceae**

Cissus uter Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 26: 231, tab. 11, fig. A (1952). Tipo: Angola, Namibe, Km. 70 do Caminho de Ferro, *Exell & Mendonça* **Vitaceae**

- 2182 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.) [= *Cyphostemma uter* (Exell & Mendonça) Desc.].
- Coffea carrissoi* A. Chev. in Rev. Bot. Appliq., 19: 401 (1939). Tipo: Angola, Malanje, Quela, Carrisso & Mendonça 82 (BM, iso.; COI, holo.). **Rubiaceae**
- Copaifera carrissoana* M. A. Exell in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 13: 323 (1939). Tipo: Angola, Luanda, Bemba, Exell & Mendonça 2269 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.) [= *Guibourtia carrisoana* (M. A. Exell) J. Léonard]. **Leguminosae**
Caesalpinioideae
- Corchorus angolensis* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 25: 103 (1951). Tipo: Angola, Huíla, Uarguéria, Exell & Mendonça 29 (BM, holo.; COI, iso.). **Tiliaceae**
- Crotalaria alemanniana* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 34, tab. 13 (1960). Tipo: Angola, Benguela, entre Nova Lisboa e Vila Teixeira da Silva, Exell & Mendonça 1845 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.); Angola, Benguela, entre Nova Lisboa e Vila Teixeira da Silva, Exell & Mendonça 1835 (BM, para.; COI, para.). **Leguminosae**
Papilionoideae
- Crotalaria barnabassii* Dinter ex Baker f. var. *cunenensis* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 41, tab. 20 (1960). Tipo: Angola, Namibe, Km 34 do Caminho de Ferro, Montemor, Exell & Mendonça 2191 (BM, para.; COI, para.); Angola, Namibe, Posta da Tampa, Exell & Mendonça 2386 (BM, para.; COI, para.) [= *Crotalaria ulbrichiana* Harms]. **Leguminosae**
Papilionoideae
- Crotalaria carrissoana* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 44, tab. 23 (1960). Tipo: Angola, Moxico, rio Cassai, estrada para o Dundo, Exell & Mendonça 1487 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.). **Leguminosae**
Papilionoideae

- Crotalaria florida* Welw. ex Baker var. *richardsiana* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 34, tab. XII (1960). Tipo: Angola, Lunda, entre Vila Henrique de Carvalho e Caminombo, *Exell & Mendonça* 991 (BM, iso.; COI, holo.). Leguminosae
Papilionoideae
- Crotalaria luteo-violacea* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 31, tab. IX (1960). Tipo: Angola, Lunda, Biula, rio Chicoso, *Exell & Mendonça* 1306 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.). Leguminosae
Papilionoideae
- Crotalaria mendoncae* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 45, tab. 22 (1960). Tipo: Angola, Moxico, entre Cachipoque e Munhango, *Exell & Mendonça* 1786 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.); Angola, Moxico, Vila Luso, *Exell & Mendonça* 1511 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.). Leguminosae
Papilionoideae
- Crotalaria newtoniana* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 30 (1960). Tipo: Angola, Huíla, Serra da Chela, escarpa da Humbia, *Exell & Mendonça* 2047 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.); Angola, Huíla, Quilengues, *Exell & Mendonça* 2511 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.). Leguminosae
Papilionoideae
- Crotalaria paracistoides* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 27, tab. 6 (1960). Tipo: Angola, Benguela, entre Nova Lisboa e Vila Teixeira da Silva, *Exell & Mendonça* 1815 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.). Leguminosae
Papilionoideae
- Crotalaria pittardiana* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 41 (1960). Tipo: Angola, Benguela, Caconda, *Exell & Mendonça* 3029 (BM, para.; COI, para.). Leguminosae
Papilionoideae
- Crotalaria pterospartioides* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 24, tab. 2 (1960). Tipo: Angola, Leguminosae
Papilionoideae

Lunda Chassengue, *Exell & Mendonça* 487 (BM, iso.; COI, holo.).

- Crotalaria spathulato-foliolata* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 33, tab. 9 (1960). Tipo: Angola, Lunda, Luma-Cassai, *Exell & Mendonça* 1276 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.); Angola, Lunda, Dala, *Exell & Mendonça* 1126 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.). Leguminosae
Papilionoideae
- Crotalaria subumbellata* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 32, tab. 10 (1960). Tipo: Angola, Moxico, Vila Luso, rio Luena, *Exell & Mendonça* 1624 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.) [= *Crotalaria acuminatissima* Baker f.]. Leguminosae
Papilionoideae
- Crotalaria tetraptera* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 39, tab. 1, fig B-B₃ (1960). Tipo: Angola, Lunda, Chassengue, *Exell & Mendonça* 292 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.). Leguminosae
Papilionoideae
- Crotalaria welwitschii* Baker var. *sousae* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 26, tab. 4 (1960). Tipo: Angola, Benguela, Nova Lisboa, *Carrisso & Sousa* 88 (COI, holo.). Leguminosae
Papilionoideae
- Crotalaria xassenguensis* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., sér. 2, 19: 28 (1960). Tipo: Angola, Lunda, Vila Henrique de Carvalho, *Exell & Mendonça* 755 (BM, para.; COI, para.). Leguminosae
Papilionoideae
- Cryptosepalum crassiusculum* P. A. Duvign. in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 29: 85 (1955). Tipo: Angola, Benguela, entre Nova Lisboa e Bimbe, *Exell & Mendonça* 3055 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.); Angola, Benguela, entre Nova Lisboa e Bimbe, *Exell & Mendonça* 3061 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.). Leguminosae
Caesalpinioideae

- Dissotis benguellensis* A. Fern. & R. Fern. var. *parviflora* Melatomataceae
 A. Fern. & R. Fern. in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 28: 197,
 tab. 16 & 17 (1954). Tipo: Angola, Benguela, entre
 Robert Williams e Calenga, *Exell & Mendonça* 3051
 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.).
- Dissotis carrissoi* A. Fern. & R. Fern. in Bol. Soc. Brot., Melatomataceae
 ser. 2, 28: 193, tab. 14 (1954). Tipo: Angola, Cuanza
 Sul, entre Bimbe e Sanga, *Exell & Mendonça* 3071
 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.).
- Dissotis cordifolia* A. Fern. & R. Fern. in Bol. Soc. Brot., Melatomataceae
 ser. 2, 28: 187, tab. 8 (1954). Tipo: Angola, Lunda,
 Vila Henrique de Carvalho, *Exell & Mendonça* 567
 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.); Angola, Lunda, Vila
 Henrique de Carvalho, *Exell & Mendonça* 685 (BM,
 para.; COI, para.; LISC, para.).
- Dissotis debilis* (Sond.) Triana var. *prostrata* A. Fern. & Melatomataceae
 R. Fern. in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 28: 181, tab. 1
 (1954). Tipo: Angola, Lunda, Saurimo, Vila Henrique
 de Carvalho, pr. rio Luachimo *Exell & Mendonça* 720
 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.).
- Dolichos mendoncae* Torre in Bol. Soc. Brot., ser. 2, Leguminosae
 39: 214, tab. 13, fig. A¹-E¹ (1965). Tipo: Angola, Papilionoideae
 Lunda, Saurimo, rio Luachimo, entre Vila Henrique
 de Carvalho e Dala, *Exell & Mendonça* 1009 (COI,
 holo.).
- Droogmansia dorae* Torre var. *carrissoi* Torre in Bol. Leguminosae
 Soc. Brot., ser. 2, 39: 211, tab. 6, 7 (1965). Tipo: Papilionoideae
 Angola, Lunda, entre Luma-Cassai e Biúla, *Carrisso &*
Mendonça 397a (BM, iso.; COI, holo.); Angola,
 Lunda, Luma-Cassai, margens do rio Cassai, *Carrisso*
& Mendonça 353 (BM, para.; COI, para.).

- Drosera compacta* Exell & Laundon in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 29: 44, tab. 7 (1955). Tipo: Angola, Lunda, Saurimo, rio Luachimo, entre Vila Henrique de Carvalho e Dala, *Exell & Mendonça* 1030 (BM, holo.; COI, iso.) [= *Drosera bequaertii* Taton]. **Droseraceae**
- Drosera elongata* Exell & Laundon in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 29: 42, tab. 6 (1955). Tipo: Angola, Lunda, Luma-Cassai, *Exell & Mendonça* 1268 (BM, holo.; COI, iso.). **Droseraceae**
- Eriosema albo-griseum* Baker f. subsp. *huillense* Torre in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 39: 229 (1965). Tipo: Angola, Huíla, Humpata, Posto Zootécnico, *Exell & Mendonça* 3013 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.); Angola, Huíla, Gambos, Quilemba, *Exell & Mendonça* 2538 (BM, para.; COI, para.). **Leguminosae**
Papilionoideae
- Geissaspis mendonçae* Baker f. in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 8: 105 (1933). Tipo: Angola, Lunda, Saurimo, *Carrisso & Mendonça* 190 (BM, holo.; COI, iso.) [= *Humularia mendoncae* (Baker f.) J. Duvign.]. **Leguminosae**
Papilionoideae
- Grewia argentea* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 13: 318 (1939). Tipo: Angola, Namibe, Serra da Chela, pr. Humbia, *Exell & Mendonça* 2066 (B, iso.; BM, holo.; COI, iso.; LISU, iso.). **Tiliaceae**
- Grewia carrissoi* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 13: 318 (1939). Tipo: Angola, Namibe, Morro Preto, *Carrisso & Sousa* 2066 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.). **Tiliaceae**
- Grewia cerocarpa* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 13: 319 (1939). Tipo: Angola, Namibe, Vila Arriaga, *Exell & Mendonça* 2922 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.). **Tiliaceae**

- Grewia hierniana* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 13: 320 (1939). Tipo: Angola, Huíla, pr. Humbe, *Exell & Mendonça* 2691 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.; LISU, para.). Tiliaceae
- Grewia mossamedensis* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 13: 317 (1939). Tipo: Angola, Namibe, rio Mucungo, pr. Namibe, *Exell & Mendonça* 2269 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.); Angola, Huíla, Vila Pereira d'Eça, *Exell & Mendonça* 2829 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.). Tiliaceae
- Heeria mildredae* Meikle in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 26: 288, tab. 7 (1952). Tipo: Angola, Lunda, Vila Henrique de Carvalho, *Exell & Mendonça* 840 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.) [= *Ozoroa mildredae* (Meikle) R. Fern. & A. Fern.]. Anacardiaceae
- Hibiscus exellii* Baker f. in Journ. Bot., Lond., 77: 18 (1939). Tipo: Angola, Huíla, entre Humpata e o Posto Zootécnico, *Exell & Mendonça* 1992 (BM, holo.; COI, iso.). Malvaceae
- Hibiscus malangensis* Baker f. in Journ. Bot., Lond., 77: 22 (1939). Tipo: Angola, Malange, rio Cuango, pr. de Chassengue, *Exell & Mendonça* 274 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.). Malvaceae
- 52 *Hibiscus moxicoensis* Baker f. in Journ. Bot., Lond., 77: 21 (1939). Tipo: Angola, Moxico, rio Luena, Vila Luso, *Exell & Mendonça* 1599 (BM, holo.; COI, iso.). Malvaceae
- Hibiscus nigricaulis* Baker f. in Journ. Bot., Lond., 77: 19 (1939). Tipo: Angola, Bié, entre Coemba e o rio Cuanza, *Exell & Mendonça* 1759 (BM, holo.; COI, iso.). Malvaceae

- Hibiscus rubriflorus* Baker f. in Journ. Bot., Lond., 77: 18 (1939). Tipo: Angola, Namibe, Km. 50-60 do Caminho de Ferro de Namibe, *Exell & Mendonça* 2138 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.). Malvaceae
- Hibiscus selesiensis* Baker f. in Journ. Bot., Lond., 77: 19 (1939). Tipo: Angola, Cuanza Sul, Vila Nova do Seles, *Exell & Mendonça* 3185 (BM, holo.; COI, iso.). Malvaceae
- Humularia magnistipulata* Torre in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 39: 209, tab. 4 (1965). Tipo: Angola, Lunda, Minungo, Chassengue, *Exell & Mendonça* 343 (BM, iso.; COI, iso.; LISC, holo.). Leguminosae
Papilionoideae
- Impatiens exellii* G. M. Schulze in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 29: 6 (1955). Tipo: Angola, Lunda, rio Chiumbe, Cataratas de Dala, *Exell & Mendonça* 1069 (BM, holo.; COI, iso.); Angola, Lunda, rio Chiumbe, Cataratas de Dala, *Carrisso & Mendonça* 566 (BM, para.; COI, para.) [= *Impatiens briartii* De Wild. & T. Durand]. Balsaminaceae
- Impatiens mendoncae* G. M. Schulze in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 29: 7 (1955). Tipo: Angola, Lunda, rio Chinege, *Exell & Mendonça* 784 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.; LISU, iso.); Angola, Lunda, Vila Henrique de Carvalho, *Exell & Mendonça* 554 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.); Angola, Lunda, Vila Henrique de Carvalho, *Exell & Mendonça* 565 (BM, para.; COI, para.); Angola, Lunda, rio Luachimo, pr. Vila Henrique de Carvalho, *Exell & Mendonça* 713 (BM, para.; COI, para.); Angola, Lunda, rio Muriege, *Exell & Mendonça* 854 (BM, para.; COI, para.). Balsaminaceae
- Indigofera exellii* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., ser. 2, 19: 50, tab. 29, fig. D-D₃ (1960). Tipo: Angola, Huíla, Ruacaná, *Exell & Mendonça* 2724 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.). Leguminosae
Papilionoideae

- Indigofera guerrana* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., ser. 2, 19: 61, tab. 39 (1960). Tipo: Angola, Namibe, Pico do Azevedo, *Exell & Mendonça* 2366 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.). Leguminosae
Papilionoideae
- Indigofera mendesii* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., ser. 2, 19: 55, tab. 36 (1960). Tipo: Angola, Huíla, Humpata, *Exell & Mendonça* 1981 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.). Leguminosae
Papilionoideae
- Justicia dalaensis* Benoist in Bol. Soc. Brot. ser. 2, 24: 28 (1950). Tipo: Angola, Lunda, Dala, *Exell & Mendonça* 1150 (BM, sin.; COI, sin.); Angola, Lunda, Dala, Luma-Cassai, rio Cuchi, *Exell & Mendonça* 1375 (BM, sin.; COI, sin.). Acanthaceae
- Kalanchoe exellii* Raym.-Hamet in Bol. Soc. Brot. ser. 2, 37: 19, tab. 2 (1963). Tipo: Angola, Cuanza Sul, Capir, *Exell & Mendonça* 3160 (BM, holo.). Crassulaceae
- Maytenus angolensis* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 26: 224, tab. 1, fig. B (1952). Tipo: Huíla, Unguéria, *Exell & Mendonça* 2455 (BM, para.; COI, para.) [= *Maytenus heterophylla* (Eckl. & Zeyh.) N. Robson subsp. *heterophylla*]. Celastraceae
- Maytenus edgari* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 26: 223, tab. 1, fig. A (1952). Tipo: Lunda, rio Chiumbe, Dala, *Exell & Mendonça* 1084a (BM, para.; COI, para.; LISC, para.), *Exell & Mendonça* 1142 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.) [= *Maytenus buchananii* (Loes.) R. Wilczek]. Celastraceae
- Melhania carrissoi* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 13: 310 (1939). Tipo: Angola, Namibe, Pedras Salvadoras, *Carrisso & Sousa* 348 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.); Angola, Namibe, Morro das Parale-

las, *Carrisso & Sousa* 354 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.); Angola, Namibe, Montemor, Km. 74 do Caminho de Ferro, *Exell & Mendonça* 2192 (BM, para.; COI, para.).

- Memecylon huillense* A. Fern. & R. Fern. in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 34: 86, tab. 24 & tab. 25 (1960). Tipo: Angola, Huíla, Lubango, Leba, *Exell & Mendonça* 2948 (COI, holo.; LISC, iso.; SRGH, iso.). Melastomataceae
- Monechma carrissoi* Benoist in Bol. Soc. Brot. ser. 2, 24: 30 (1950). Tipo: Angola, Benguela, Nova Lisboa, *Carrisso & Sousa* 113 (BM, iso.; COI, holo.); Angola, Benguela, estrada de Nova Lisboa para Caconda, *Carrisso & Sousa* 33 (BM, para.; COI, para.). Acanthaceae
- Monotes carrissoanus* H. H. Bancr. in Journ. Bot., Lond., 77: 110 (1939). Tipo: Angola, Moxico, entre Caxicoque e Munhango, *Exell & Mendonça* 1788 (BM, holo.; COI, iso.). Dipterocarpaceae
- Nesaea angolensis* A. Fern. & M. A. Diniz in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 29: 95, tab. 10 (1955). Tipo: Angola, Huíla, Curoca, Ruacaná, *Exell & Mendonça* 2748 (BM, iso.; COI, holo.). Lythraceae
- Peucedanum lundense* Cannon in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 44: 99, tab. 1 (1970). Tipo: Angola, Huíla, Curoca, Ruacaná, *Exell & Mendonça* 2748 (BM, iso.; COI, holo.). Umbelliferae
- Polygala carrissoana* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 13: 307 (1939). Tipo: Angola, Lunda, pr. Vila Henrique de Carvalho, *Exell & Mendonça* 983 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.; M, iso.). [= *Heterosamara carrissoana* (Exell & Mendonça) Paiva] Polygalaceae

- Polygala mendoncae* E. Petit in Bull. Jard. Bot. État 26: 259 (1956). Tipo: Angola, entre Chassengue e Cacolo, *Exell & Mendonça* 492 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.). Polygalaceae
- Polygala luenensis* Paiva in Portugal Acta Biol., ser. B, Sist., 9 (1/2) 175, tab. 2, fig. 9 (1967). Tipo: Angola, Moxico, rio Luena, *Exell & Mendonça* 1594 (COI, holo.; LISC, iso.). Lythraceae
- Rotala tetragonocalyx* A. Fern. & M. A. Diniz in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 29: 88, tab. 2 (1955). Tipo: Angola, Huíla, Cuamato, Humbe, rio Cunene, *Exell & Mendonça* 2834 (BM, iso.; COI, holo.; EA, iso.; LISC, iso.) [= *Rotala fluitans* Pohnert]. Anacardiaceae
- Rhus humpatensis* Meikle in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 26: 284, tab. 3 (1952). Tipo: Angola, Huíla, Humpata, *Carrisso & Mendonça* 609 (BM, iso.; COI, holo.). Anacardiaceae
- Rhus mendoncae* Meikle in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 26: 284, tab. 2 (1952). Tipo: Angola, Benguela, rio Cuito, pr. Quipeio, *Exell & Mendonça* 1877 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.); Angola, Huíla, Humpata, Estação Agronómica, *Exell & Mendonça* 2581 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.) [= *Rhus anchietae* Ficalho ex Hiern]. Leguminosae
Papilionoideae
- Rhynchosia biballensis* Torre in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 39: 224, tab. 21 (1965). Tipo: Angola, Namibe, Bibala, Humbia, *Exell & Mendonça* 2069 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.); Angola, Namibe, Bibala, entre Vila Arriaga e o Km. 74, *Exell & Mendonça* 2096 (COI, para.). Leguminosae
Papilionoideae
- Rhynchosia exellii* Torre in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 39: 222, tab. 18, fig. A¹-E¹ (1965). Tipo: Angola, Benguela, Caála, pr. Quipeio, *Exell & Mendonça* 1886 (BM, iso.; COI, iso.; LISC, holo.). Leguminosae
Papilionoideae

- Rhynchosia mendoncae* Torre in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 39: 219, tab. 17, fig. A¹-F¹ (1965). Tipo: Angola, Cuanza Sul, entre Bimbe e Sanga, *Exell & Mendonça* 3067 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.). Leguminosae
Papilionoideae
- Ritchiea carrissoi* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 11: 47 (1936). Tipo: Angola, Dundo margens do rio Lubilache, *Carrisso & Mendonça* 137 (BM, holo.; COI, iso.). Capparaceae
- Sclerochiton sousae* Benoist in Bol. Soc. Brot. ser. 2, 24: 24 (1950). Tipo: Angola, Lunda, Dando, rio Luachimo, *Carrisso & Sousa* 28 (BM, iso.; COI, holo.). Acanthaceae
- Sedopsis carrissoana* Exell & Mendonça in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 13: 308 (1939). Tipo: Angola, Huíla, rio Cunene, Ruacaná, *Exell & Mendonça* 2716 (BM, holo.; COI, iso.; K, iso.; LISC, iso.) [= *Portulaca carrissoana* (Exell & Mendonça) Nyananyo]. Portulacaceae
- Selaginella volubilis* Alston in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 30: 25 (1956). Tipo: Angola, Lunda, Vila Henrique de Carvalho, *Carrisso & Mendonça* 115 (BM, para.; COI, para.). Selaginellaceae
- Tephrosia oxygona* Welw. ex Baker var. *obcordata* Torre in Mem. Junta Invest. Ultram., ser. 2, 19: 64 (1960). Tipo: Angola, Namibe, entre Carvalhão e Cumilunga, *Exell & Mendonça* 2245 (BM, iso.; COI, holo.; LISC, iso.); Angola, Namibe, Carvalhão, *Carrisso & Sousa* 277 (BM, para.; COI, para.; LISC, para.). Leguminosae
Papilionoideae
- Tephrosia dasyphylla* Welw. ex Baker subsp. *amplissima* Brummitt in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 41: 380 (1967). Tipo: Angola, Lunda, Dala, Biula, rio Chiji, *Exell & Mendonça* 1178 (BM, para.; COI, para.). Leguminosae
Papilionoideae

- Tryphostemma caerulescens* A. Fern. & R. Fern. in Bol. Soc. Brot., ser. 2, 32: 85 (1958). Tipo: Angola, Lunda, entre Casage e Dala, Carrisso & Mendonça 294 (BM, holo.) [= *Basananthe baumii* (Harms) De Wild. var. *caerulescens* (A. Fern. & R. Fern.) De Wild.]. **Passifloraceae**
- Uvaria cuanzensis* Paiva in Mem. Soc. Brot. 19: 13, tab. 3 & 4 (1966). Tipo: Angola, Malanje, rio Cuanza, cataratas do Condo, Exell & Mendonça 139 (COI, para.). **Annonaceae**
- Elephantopus mendoncae* Phillipson in Journ. Bot., Lond., 76: 304 (1938). Tipo: Angola, Bié, entre Coemba e o rio Cuanza, Exell & Mendonça 1734 (BM, holo.; COI, iso.; LISC, iso.). **Compositae**
- Vernonia poskeana* Vatke & Hildebr. var. *chlorolepis* (Steetz) Hoffm. forma *albiflora* Mendonça, Contrib. Conhec. Fl. Angola, 1 Compositae: 8 (1943). Tipo: Angola, Huíla, entre Sá da Bandeira e Humpata, Exell & Mendonça 1996 (COI, sin.); Angola, Huíla, entre Sá da Bandeira e Humpata, Exell & Mendonça 2017 (COI, sin.) [= *Vernonia poskeana* Vatke & Hildebr. subsp. *botswanaica* G. V. Pope]. **Compositae**
- Xylopiya mendoncae* Exell in Journ. Bot. 72: 280 (1934). Tipo: Angola, Lunda, Vila Henrique de Carvalho, Carriso & Mendonça 506 (BM, holo.; COI, iso.) [= *Xylopiya tomentosa* Exell]. **Annonaceae**

Referências bibliográficas

(Indica-se apenas a bibliografia básica fundamental, visto que as referências fito-taxonômica estão indicadas no texto da maneira que é usual em trabalhos de taxonomia)

- CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - Centenário do Nascimento Luiz Wittnich Carrisso. Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, 1986.
- DARWIN, C. - *Journal of the voyage of the Beagle*. Facsimile Royal Geogr. Soc. London, 1994.
- FERNANDES, A. - Notícia sobre a vida e a obra do Prof. Luiz Wittnich Carrisso. - *Bol. Soc. Brot.* ser. 2, 13 (1939), p. 4-44.
- FERNANDES, A. - Bibliografia mais relevante sobre botânica pura e aplicada referente aos países africanos de expressão portuguesa. *Public. II Centen. Acad. Ciênc. Lisboa*, 1982, 290 p.
- FERNANDES, A. - Lembrando alguns funcionários do Museu, Laboratório e Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. *Anu. Soc. Brot.* 49 (1983), p. 17-27.
- FERNANDES, A. - Lembrando alguns funcionários do Museu, Laboratório e Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. *Anu. Soc. Brot.* 50 (1984), 9-35.
- FERNANDES, A. - História da Botânica em Portugal até finais do século XIX. - *História e desenvolvimento da Ciência em Portugal, 2.* - *Public. II Centen. Acad. Ciênc. Lisboa*, (1986), p. 851-916.
- FERNANDES, A. - *A Universidade de Coimbra e o estudo da flora e da vegetação dos países africanos de língua oficial portuguesa*. Universidade de Coimbra, 1993, p. 1-170.
- MENDONÇA, F. A. - Agrostologia de Angola. I - *Maydeae e Andropogonae*. *Bol. Soc. Brot.* ser. 2, 10 (1935), p. 3-42.
- MENDONÇA, F. A. - Contribuições para o conhecimento da Flora de Angola. *Compositae.*, 1, 1: I-XI (1943), p. 1-167.



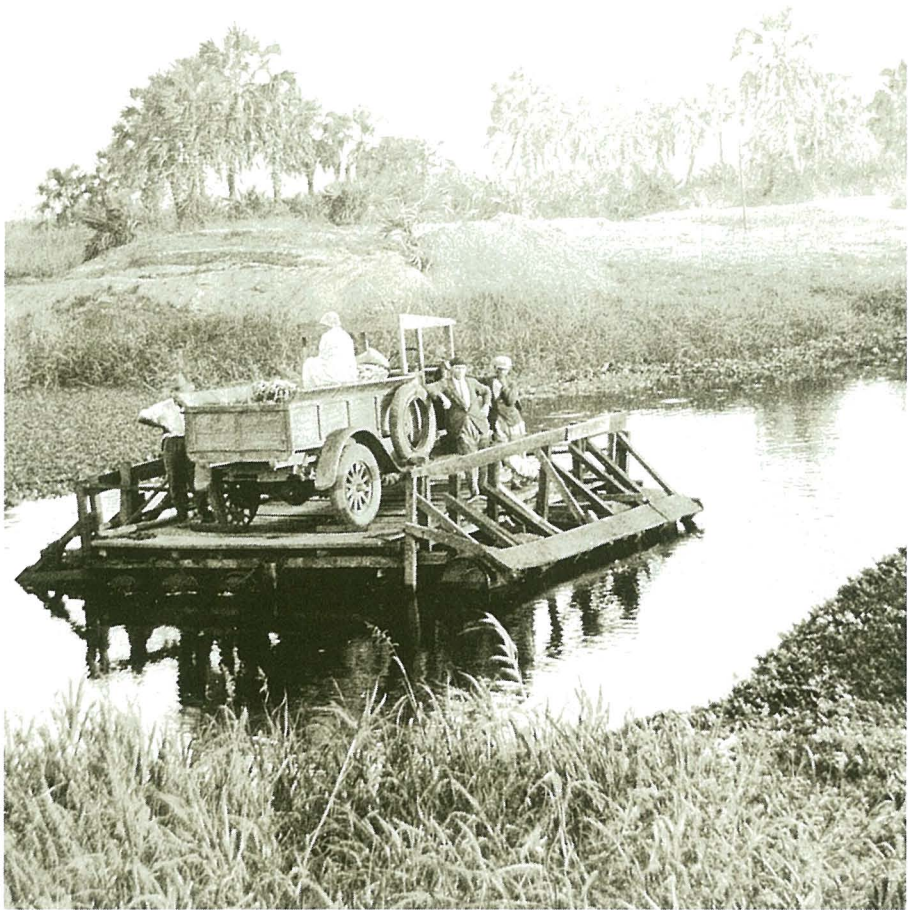
2. Sem legenda



3. *Sem legenda*



4. Junto da estrada de Luanda ao lago Panquila.
Automóvel atravessando o capim. Mendonça.
No último plano embondeiros. 1927



5. Jangada no lago Panquila, na estrada de Luanda.
Sobre as águas, associação de aroidas: no último
plano malebeiras. Junho 1927



6. A casa de John Gossweiler em Catete. Da direita para a esq.
Mota Furtado, Torres Garcia, Gossweiler, Médico José
da Silva Neves. Junho 1927



*7. Mendonça junto a embondeiro
Junho 1927*



8. Posto do Canzar (Lunda). Uma Queimada.
Julho 1927



9. Luiz Carriso. 1927



10. Duque de Bragança. Cataratas do Lucala.
Julho 1927



11. Dundo (Lunda). Travessia do rio Chicapa, junto ao posto do mesmo nome. Julho 1927



12. Dundo (Lunda). No interior do Muchito do rio Chicapa,
perto do posto do mesmo nome. Julho 1927



*13. Dundo (Lunda). No interior do Muchito do rio Chicapa,
perto do posto do mesmo nome. Julho 1927*



*14. De Malange para o Quela. Uma paragem na estrada,
junto à horta de um colono. Julho 1927*



*15. Dundo (Lunda). Marco na linha da fronteira.
Julho 1927*



16. Estrada de Meconda ao Luaco (Lunda). Nas chanas do
rio Tchiconha. Agosto 1927



17. *Luma-Cassai* (Lunda). Árvore, cuja copa foi em grande parte parasitada pelo arbusto semi-parasita *Loranthus* sp. Agosto 1927



18. Deserto de Moçâmedes. Estação da *Welwitschia mirabilis* Hook, perto da Pedra Negra. Outubro 1927

Sandra Xavier
Antropóloga

NUMA ESTREITA VEREDA ABERTA NA FLORESTA:
BOTÂNICA, ICONOGRAFIA, TERRITÓRIO

Como sabemos, o modernismo procurou separar arte, ciência e política. Como diz John Urry (1990: 84): «O modernismo envolve uma ‘diferenciação estrutural’, o desenvolvimento em separado de uma série de esferas normativas e institucionais, a economia, a família, o estado, a ciência, a moralidade e a estética. (...) Cada esfera desenvolve as suas próprias convenções e modos de avaliação». Este processo, marcado por um desejo absoluto de pureza, de não mistura, de não contaminação, tornaria cada esfera autocentrada e autónoma, independente de todas as outras. A arte só poderia ser explicada através da arte, a política pela política e a ciência pela própria ciência.

Este esforço de autonomia marcou, como é óbvio, a história da ciência escrita no período moderno. Os relatos científicos eram retrospectivamente avaliados pelos pares em função das regras internas ao campo científico e independentemente do seu contexto socio-político. Nas últimas décadas a história da ciência deixou de ser feita exclusivamente por cientistas. Temos cada vez mais antropólogos, historiadores e sociólogos que se dedicam aos estudos de ciência. E já que iremos falar de botânica e de viagens de naturalistas gostaria de referir aqui um exemplo. *Visions of Empire: voyages, botany and representations of nature*, publicado em 1996, agrega contribuições da história, da história da arte e da ciência, da filosofia, dos estudos literários e da antropologia em torno da análise do trabalho de história natural de Joseph Banks, que no final do século XVIII integrou as viagens científicas de Cook ao Pacífico. David Philip Miller, um dos editores desta publicação, defende que o fundo cultural que sustenta as representações da natureza do século XVIII extravasa as fronteiras disciplinares e conceptuais actuais (1996: 2). Poderíamos então dizer que a ciência e, em particular, a botânica no século XVIII ainda não haviam alcançado a autonomia e a pure-

za que o modernismo reclama. Mas o que dizer quando estas fronteiras disciplinares também não permitem compreender as representações da natureza elaboradas no século XX? E quando os actuais estudos de ciência demonstram que mesmo no século XX e no apogeu do modernismo existem claras e insuspeitas continuidades entre arte, ciência e política? Poderemos talvez dizer com Bruno Latour: *Nous n'avons jamais été modernes*.

O que nos surpreende nos textos e imagens de Luiz Wittnich Carrisso é que os propósitos políticos e económicos da ciência não se encontram dissimulados por práticas e discursos de autonomia e pureza mas, ao contrário, são aberta e claramente declarados. Um dos propósitos políticos da investigação científica repetidamente enfatizado por Luiz Carrisso é o da colonização das terras portuguesas em África. Carrisso teve a oportunidade de afirmar por diversas vezes, em textos e conferências, o seu projecto colonial. Neste, a ciência desempenhava um papel fundamental. Numa publicação significativamente intitulada *Ocupação Científica das Colónias Portuguesas*, resultante de uma conferência integrada no contexto da Exposição Colonial de 1934 realizada no Porto (que como sabemos preparou o caminho para a grande manifestação da ideologia colonial do Estado Novo em 1940 na Exposição do Mundo Português), Carrisso declara:

Colonizar, nas condições actuais da vida mundial, é uma operação extremamente complexa e delicada. É uma operação — digamos o termo próprio — científica, e que tem de ser conduzida cientificamente, com todas as cautelas (1934: 9).

E mais à frente:

É necessário e urgente que o professorado superior, e de um modo geral todas as actividades científicas da Nação sejam chamadas a colaborar na grande obra da expansão colonial portuguesa (idem: 22).

Já em 1932 Carrisso defendia que o processo de colonização deveria ser sobretudo desenvolvido por quadros superiores e com base numa sólida investigação científica, num texto que comenta a sua segunda expedição a Angola — A Missão Académica de 1929 — cujo objectivo principal correspondeu precisamente «a uma propaganda intensa das colónias, como campo de trabalho, nos meios académicos portugueses» (1932a: 17):

Angola o que precisa é de elementos que dirijam e que organizem; para o resto lá está a mão de obra indígena, que, convenientemente dirigida e poupada, ainda chega, e bem, para as necessidades de um largo futuro. Necessitamos de cabeças, e não de braços, eis, na sua perfeita nudez, o que os angolanos devem afixar, em grandes letreiros, nos seus cais de desembarque.

(...)

É, pois aos jovens diplomados das nossas escolas que deve caber o papel de pioneiros na nossa expansão ultramarina (...) É a eles que se deve dirigir, principalmente a propaganda colonial. É necessário dizer-lhes que o sertão africano poderá ser a nova terra de promessa, se estiverem dispostos a lutar, e se se rodearem dos indispensáveis elementos de trabalho (idem: 18-19).

E mais à frente.

É, pois, necessário e urgente chamar à actividade colonial todos os valores mentais portugueses. É preciso que as Universidades e as Escolas Superiores de Portugal, além da sua formação restrita de formadores de diplomados, alarguem os limites da sua actividade, e se ponham em contacto com as variadas manifestações da vida colonial, colaborando intensamente no estudo e na resolução dos problemas respectivos (idem: 21-22).

A dimensão prática e útil da ciência enquanto instrumento que permite resolver problemas é salientada. Esta dimensão é muito clara quando falamos da ciência botânica, pela sua possível aplicação à exploração agrícola do solo. É assim que se explica que a primeira viagem de Carrisso a Angola — a Missão Botânica de 1927 — tenha sido apoiada pelo Secretário Provincial da Agricultura em Angola, que, como refere Abílio Fernandes (1939: 27-28), esperava que a investigação de Carrisso viesse em grande medida beneficiar a exploração agrícola da colónia. Esta dimensão prática da botânica permite a transformação do uso do solo, logo, a criação de um nova ordem de ocupação do espaço e, assim, alimenta o projecto de conquista e expansão territorial. Ou seja, a botânica, através da sua aplicação à agricultura, apresenta-se como um instrumento por excelência de colonização. Carrisso, na missão de 1929, visitou várias fazendas e explorações

agro-pecuárias, na companhia do Director Geral dos Serviços de Agricultura da Colónia, e a propósito dos serviços veterinários das regiões pecuárias do Sul, comenta:

E não deixa de ser curioso observar como o gentio, tendo reconhecido os benefícios que resultam da assistência veterinária, não só aceita os conselhos dos técnicos, mas ainda solicita os seus serviços. É a melhor prova da forma, tão inteligente como hábil, como os médicos veterinários angolanos têm sabido exercer a sua missão. Além de promoverem, pelo processo mais eficaz, o aumento da riqueza pecuária, têm sido os melhores agentes da ocupação pacífica das regiões do Cuanhama e Cuamato, cuja terra ainda não absorveu todo o sangue que a ensopou ainda há bem poucos anos (1932a : 14; sublinhado meu).

A ciência enquanto campo auxiliar do progresso socio-económico (com todas as conotações cultural e historicamente situáveis que a palavra adquiriu) substituiu as armas no processo de ocupação do território.

Esta relação entre ciência e território reflecte-se na perspectiva holista que Carrisso adoptou para dar a ver os lugares que visitou na sua viagem. Carrisso não descreveu apenas a flora angolana, nem se limitou à investigação no campo restrito da botânica. Ele procurou inserir os diferentes temas vegetais que viu, colheu e descreveu no seu contexto. Localizou sempre as espécies que referia nos lugares onde as encontrava, e estes eram descritos não apenas através do idioma da botânica ou mesmo das ciências naturais, mas sim numa perspectiva mais ampla. Interessava também a Carrisso perceber como é que os lugares naturais eram vividos e utilizados pelo homem. Dedicou-se por isso a observar e a descrever alguns hábitos indígenas para além da sua, já descrita, curiosidade pelos marcos da presença colonial portuguesa. O fascínio que as terras africanas exerceram sobre Carrisso não pode então ser reduzido a uma curiosidade científica. É o que nos diz também Abílio Fernandes:

Esta primeira viagem foi o baptismo colonial do Dr. Carrisso que, uma vez em contacto com a terra angolana, se não limitou a ser cientista que se ocupa exclusivamente dos assuntos da sua especialidade. Ante os seus olhos deslumbrados, Angola surgiu tal como ele nunca

a sonhara: vasta e feracíssima região, cheia de encantos e riquezas, magnífico campo onde a iniciativa bem orientada dos novos estaria sem dúvida votada a um êxito seguro. Sobre a alegria que a verificação deste facto tinha despertado no seu coração de patriota, pairava, no entanto, uma pesada nuvem: os portugueses metropolitanos não conheciam suficientemente o seu magnífico Império. E foi então que no espírito lhe surgiu a sua grandiosa ideia colonial, ideia pela qual lutou e à qual sacrificou a própria vida (1939: 28).

O projecto colonial é para Carrisso antes de mais uma missão patriótica. Tal como o Estado Novo, ele fez assentar a identidade nacional na ideia de um império ultramarino. Diz-nos Carrisso (1934: 8): «Os portugueses compreenderam mais uma vez que a expansão colonial constitui a base essencial da nacionalidade. Compreenderam que, abandonando o campo colonial em que trabalham há séculos, lavravam a sua própria sentença de morte como nação realmente independente». O fomento da investigação científica em Angola tem portanto, ao mesmo tempo que um propósito colonial, um propósito nacionalista e revela uma profunda dedicação à causa nacional (ver Carrisso 1932a e 1934). Colonialismo e nacionalismo estão com Carrisso indissociavelmente ligados. São eles os dois principais objectivos políticos do seu trabalho de investigação científica. E os dois encontram-se associados à definição de um território. Território este que a própria ciência botânica ajuda a conhecer, transformar e ocupar⁽¹⁾.

Podemos inclusive pensar a colonização como um processo através do qual se procura estender a Nação às colónias. Estas são, como vimos atrás, apresentadas como terras férteis e fecundas mas também como terras inexploradas, não aproveitadas. Cabe então à nação nelas implantar a ordem social que irá permitir fazer uso de todos os seus recursos. Este processo de colonização, de inscrição da ordem nacional em terras distantes, é simultaneamente pensado como um processo de civilização daqueles que nelas vivem — os indígenas. Carrisso considera que neste processo civilizacional a religião católica, através da missionaçõ, tem um papel fun-

⁽¹⁾ Também Linnæus defendeu que a História Natural poderia contribuir para a definição da identidade nacional e autarcia da Suíça (ver Koerner 1996).

damental. Vemos se entrelaçarem nacionalismo e catolicismo (tal como no Estado Novo). Defende assim Carrisso:

Precisamos de missionários portugueses, de muitos missionários portugueses, ardendo em fé e repassados de espírito de sacrifício. Não podemos, nem devemos, fechar a porta às missões estrangeiras; mas devemos dar àqueles que representam a secular tradição portuguesa os indispensáveis recursos para podermos exercer a sua nobilíssima função. Só assim se evitará o espectáculo confrangedor de vermos nas mãos de estrangeiros, que nenhuma afinidades têm com o nosso espírito e com a nossa raça, completamente indiferentes às nossas aspirações nacionais, o mais poderoso instrumento de civilização e de aperfeiçoamento moral de que se utilizam as nações coloniais (1932a: 13).

As terras africanas são terras ricas mas inóspitas, férteis mas perigosas porque não civilizadas, ordenadas, ocupadas. É uma missão nacional fazê-lo. E esta missão é tanto mais heróica quanto difícil e perigosa o for. E é tanto mais difícil quanto mais hostis, bravias e selváticas forem as terras africanas. Carrisso apresenta o empreendimento colonial como uma epopeia heróica que enche de orgulho os portugueses: «Levada a efeito com uma tenacidade admirável, sem meios de acção, num clima hostil e depauperante, contra o qual não havia defesas, a obra que os nossos avós realizaram é de facto formidável, e deve-nos encher de orgulho» (1928: 8).

Ciência e Poder: «centros de cálculo» e «ciclo de acumulação»

Estes são em linhas gerais alguns dos pontos a destacar do projecto políticos de Luiz Carrisso. Poderíamos talvez dizer que a sua investigação científica tinha sobretudo objectivos políticos e que Carrisso antes de ser cientista era acima de tudo um homem político, capaz de mover recursos, influências, de organizar expedições⁽²⁾. Esta seria no entanto uma leitura

⁽²⁾ Ainda hoje botânicos conceituados que poderíamos talvez inserir na linha de descendência de Carrisso, como o Jorge Paiva que hoje trabalha no mesmo departamento da Universidade de Coimbra no qual Carrisso trabalhou, têm dificuldade em atribuir mérito científico às investigações de Carrisso.

reduzida de Carrisso que para lá de político e cientista era, como veremos, também um esteta. Maximino Correia que o acompanhou na sua segunda expedição a Angola descreve-o como um organizador persistente, um cientista inteligente e como alguém que, dotado de uma sensibilidade requintada, detinha uma «verdadeira alma de artista» (1937: 6-7). Classificar Carrisso como político seria também defender uma concepção moderna de ciência, separando-a radicalmente das suas implicações socio-política.

Joseph Banks, o naturalista em torno do qual se escreveu o livro que serve de sombra interpretativa a este texto (Miller 1996), também foi durante muito tempo descrito como um bom empreendedor e o seu valor científico ignorado. É contra esta visão que separa ciência e política que David Miller elabora o seu argumento (1996: 21-37). Através de uma descrição detalhada das actividades científicas de Joseph Bank e fazendo apelo à reflexão sobre a ciência de Bruno Latour, Miller demonstra como todo o processo científico está indissociavelmente ligado ao poder. Latour reconceptualiza as viagens de exploração do século XVIII como tentativas de recrear na Europa tanta informação quanto a possível sobre lugares, pessoas, coisas e acontecimentos distantes, de forma a se poder estender o império dos poderes europeus. Se as viagens de exploração podem trazer para a Europa medidas de latitude e longitude; cartas de linhas de costa, de portos e rotas; colecções de flora e fauna; representações de pessoas; e registos das suas línguas, então os futuros emissários podem lidar a partir de uma posição de força com as pessoas e lugares com que se deparam em ocasiões posteriores. Estabelece-se assim aquilo a que Latour chama um «ciclo de acumulação», através do qual cada nova viagem ao se basear no conhecimento útil que é acumulado no «centro» contribui em simultâneo para o aumento desse stock (ver *idem*: 23). Através destes dois conceitos propostos por Bruno Latour – «ciclo de acumulação e «centros de cálculo» – vemos como é impossível separar ciência e poder.

Diz-nos ainda Miller que para se recrear lugares distantes nos papéis e colecções europeias é necessário que as coisas distantes se tornem «móveis», «estáveis» e «combináveis» (*idem*: 23). Os objectos e características imóveis como as linhas de costa são tornados móveis através da sua representação abstracta. Rochas, pássaros, plantas, artefactos e obras de arte são evidentemente móveis. Aqui o problema é a estabilidade e a possibilidade de combinação. O herbário dá ao botânico uma vantagem sobre os outros

naturalistas, porque ele é portátil e relativamente estável⁽³⁾. Quanto à possibilidade de combinação, esta requer protocolos estandardizados para nomear e representar as espécies tais como aqueles que são fornecidos pelos sistemas de classificação e pelas convenções da ilustração da história natural. Mas exige também instituições muitíssimo disciplinadas de modo a manter as espécies juntas e a combiná-las de modo a que os botânicos possam ver novas coisas em todos já constituídos. Conclui então David Miller: «Os ciclos de acumulação dependem portanto de várias técnicas que tornam partes distantes móveis, estáveis e combináveis. Mas estas técnicas por seu turno exigem pessoas disciplinadas e instituições que funcionem de forma articulada»(idem: 24).

Organizar pessoas, articular instituições, estabelecer protocolos de colaboração são técnicas que em botânica permitem aumentar o conhecimento útil. O contacto entre os diferentes departamentos de botânica permite articular e comparar («combinar») colecções de herbário, trocar informações sobre as espécies vegetais classificadas. Este procedimento é fundamental para o processo de investigação em botânica⁽⁴⁾. Não podemos portanto separar a investigação científica da habilidade política para exercer influência e coordenar instituições. O contacto pessoal de Carrisso com o naturalista do Museu Britânico A. W. Exell permitiu-lhe estabelecer um protocolo de colaboração com este museu para a elaboração do *Conspectus Florae Angolensis* (ver Fernandes 1939: 31). Este acordo com o Museu Britânico veio a revelar-se fundamental não só para a elaboração do *Conspectus*, obra essencial à investigação científica da flora de Angola, mas também para a realização da terceira e última viagem a esta colónia, em 1937, da qual resultou a mais ampla colecção de herbário até então recolhida. «Assim, efectuaram-se três valiosíssimas colecções — Carrisso & Sousa, Exell & Mendonça e Gossweiler — compreendendo um total de 5.030 números

⁽³⁾ Convém enfatizar a palavra «relativamente», porque embora um herbário possa durar mais de um século, e o Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra possui alguns exemplares centenários, a verdade é que ele não está imune à passagem do tempo, como as pragas que afectaram recentemente os herbários deste Departamento o demonstram.

⁽⁴⁾ O já referido botânico Jorge Paiva teve a gentileza de me mostrar o sistema de fichas que criou para registar (e comparar) as várias espécies que se encontram nas diferentes colecções de herbário que visitou em todo o mundo. Este procedimento torna-se essencial para a produção de conhecimento científicos em botânica.

(cêrca de 25.000 exemplares), entre os quais figuram muitos espécimes de alto valor científico» (idem: 33). Mas não foi apenas este acordo com o Museu britânico (fruto da personalidade empreendedora de Carrisso) que resultou numa mais valia científica. O próprio acordo só pode ser compreendido se tivermos em conta o trabalho científico, coordenado por Carrisso, feito a partir do material já recolhido nas duas primeiras expedições a Angola (ver idem: 30). Ou seja, Carrisso, através das três viagens que organizou, dos contactos que estabeleceu com diversas instituições científicas e do apoio à investigação no Instituto Botânico de Coimbra, conseguiu estabelecer um «ciclo de acumulação», *centrado* em si próprio e no Instituto que presidiu, que reúne num único e mesmo projecto ciência e poder.

A Missão Botânica de 1927 e a Missão Académica de 1929

Não podemos portanto reduzir o legado de Carrisso a uma componente política. As diferentes missões, actividades e empreendimentos que ele desencadeou e coordenou não apenas contribuíram para a ciência, como estão profundamente imbricadas no próprio processo de investigação em botânica. Neste sentido, o trajecto das expedições de Carrisso a Angola que, como podemos ver nas fotografias de 1927 e sobretudo nos diapositivos de 1929, foi em grande medida traçado com o objectivo de visitar e contactar instituições ligadas à investigação científica e à sua possível aplicação ao desenvolvimento das colónias, não pode ser apenas explicado por propósitos políticos. Neste sentido também, há uma continuidade maior entre a expedição de 1927 e a de 1929 do que aquela que poderíamos afirmar numa primeira análise.

Podemos desde logo distinguir a missão de 1927 e a de 1929 através da sua denominação. A primeira intitula-se Missão Botânica (1932b) e a segunda Missão Académica (1932a). Se olharmos para o espólio fotográfico que as documenta e que agora é exposto poderemos continuar a distingui-las. As várias centenas de fotografias que resultaram da primeira expedição, afixadas em fichas numeradas e legendadas e guardadas em bonitas caixas de madeira, procuram recrear para o espectador europeu (e sobretudo português) os lugares distantes visitados durante a viagem, tornando-os móveis e portáteis. Ou, se quisermos, estas fotografias procuram dar a conhecer Angola à metrópole. Elas representam partes, «aspectos» ou «vistas» desta terra distante e os objectos ou coisas que nela se encontra-

ram. Elas representam a «chana», a floresta, o deserto e os rios, rochas, penedros, cataratas, estradas, caminhos. A vegetação ocupa como é de esperar um lugar de destaque. Ela surge referenciada com o nome comum — Imbondeiro, Mateba, palmeira dem-dem — e/ou com o nome científico — *Adansonia Digitata*, *Hyphaene Quincensis*, *Ficus*, *Euphorbia Candelabrum*. Mas a vegetação é sempre, como dissemos atrás, localizada e contextualizada. As legendas começam por referir o nome do lugar a que diz respeito a fotografia. As espécies vegetais integram-se no território e apresentam-se como o instrumento principal para a sua descrição e caracterização. Pois, como vimos também, é este território que em última instância se pretende conhecer, transformar e ocupar. Nele se insere a presença passiva do indígena, através de fotografias às mulheres ou às danças e batuques, e a presença transformadora da acção colonial, pela imponência das fazendas e explorações agro-pecuárias, dos edifícios e estradas coloniais e da exploração diamantífera da Lunda. Quanto aos diapositivos em vidro de 1929, também ordenados e organizados em caixas de madeira, esses concentram-se sobretudo neste último aspecto. É a presença colonial que importa documentar em contraste com a primitiva presença indígena. A componente mais propriamente botânica e científica de representação da flora Angolana e do seu território parece então desaparecer. No filme, recentemente descoberto no laboratório fotográfico do Instituto Botânico, que dá a ver alguns aspectos cinematográficos da viagem de 1929, são também exclusivamente representadas as visitas oficiais aos pontos que marcam a ocupação portuguesa de Angola. Este filme surge estruturado a partir das vias de comunicação essenciais à apropriação do território colonial. O porto de Luanda e os Caminhos de Ferro têm aí um lugar de destaque. Este filme confirma portanto que nesta segunda expedição não se chegou a sair dos caminhos traçados e construídos pela acção colonial de modo a se poder observar, colher e registar novos aspectos da flora angolana. Esta era na verdade uma missão académica cujo propósito propagandístico de incentivo à colonização junto dos quadros superiores já referimos.

Mas esta distinção que desenhamos entre a primeira e a segunda expedição de Carrisso a Angola oculta as fortes semelhanças e continuidades que entre elas existem, e assim, entre ciência e política. Também nas fotografias da primeira viagem se documenta a acção colonial e, em particular, as fazendas e estações agrícolas que sugerem a possível aplicação da botânica à exploração do solo. Foi aliás a partir deste conjunto de fotografias

que se elaborou e organizou a colecção de diapositivos que circulou pelos liceus da metrópole como instrumento de propaganda colonial (ver 1932c). Nos «comentários e notas explicativas» (idem) que acompanhavam estes diapositivos pelas escolas, a descrição científica da vegetação e do solo surge quase sempre associada a propostas de uso agrícola.

*Nem toda a região litoral nos apresenta, porém, o aspecto de aridez e secura que acabamos de fazer referência. Ao longo dos rios, pela influência benéfica da irrigação natural que eles realizam, a vegetação desenvolve-se com pujança. Aparecem então grandes palmares, expontâneos, de dem-dem (palmeira do óleo – *Elaeis guineensis* Jacq.), uma das principais riquezas da colónia. O terreno torna-se utilizável para fins agrícolas: é nos vales destes rios que se encontram grandes plantações de cana sacarina e de algodoeiros. Outras culturas, particularmente as hortícolas, se podem instalar, sobretudo na proximidade dos mercados consumidores (idem: 14).*

Mesmo os aspectos da paisagem que formalmente mais impressionam Carrisso são pensados pela sua utilidade.

A chamada formiga branca, salalé ou termite, desempenha um papel importante na vida africana, pelos estragos que causa, pelos serviços que presta ao homem, e pelo aspecto tão característico, e por vezes mesmo fantástico, que as suas construções imprimem à paisagem.

(...)

Ao viajante que contempla, ao passar, a paisagem africana, a presença do salalé revela-se pelas suas construções à superfície do solo. São das mais variadas formas: aqui, cones aguçados de alguns centímetros na base e um ou dois decímetros de altura, espalhados em profusão pelo campo, dando-lhe um aspecto estranho; mais adiante, têm a forma de grandes cogumelos, de meio metro de altura; por vezes, a construção atinge maiores proporções, mais do que a altura de um homem, assumindo aspectos fantásticos, ruiniformes, simulando os restos desmoronados de um velho castelo, ou uma acumulação incoerente de massas estalagmíticas (...).

(...)

Mas o salalé reserva ao viajante desprevenido outras surpresas menos agradáveis, do que a contemplação das suas edificações tão variadas e tão curiosas. Que êle, ao deitar-se abandone sôbre o pavimento de terra batida a sua mala de couro, arrisca-se, no dia seguinte, ao levantar-se, a encontrá-la vazia (...).

(...)

Se porém a lista dos estragos do terrível insecto é longa e pesada, não é menos certo que temos a levar ao seu activo alguns serviços prestados ao homem. O indígena não o desdenha como alimento (...).

É porém na reparação das estradas angolanas que o salalé presta relevantes serviços. Tencionamos consagrar à viação ordinária de Angola uma série de fotografias, e a propósito delas faremos os comentários desenvolvidos que o assunto bem merece. De momento, limitar-nos-emos a umas ligeiras considerações.

(...) o processo mais usado para dar à estrada uma superfície boa para os rodados pneumáticos, é o emprego da terra de salalé (idem: 22-24).

Estética e Ciência: a «arte do facto»

A longuíssima citação que acabámos de transcrever, para além de demonstrar a perspectiva utilitarista através da qual Carrisso olha ao lugares distantes que fotografou (mesmo na viagem de 1927), permite ainda introduzir uma outra faceta do trabalho do botânico Luiz Carrisso que nós aqui ainda não referimos: a componente estética. O que há de fascinante na análise do trabalho legado por Luiz Carrisso, e em particular na análise do seu espólio iconográfico (fotografias, filme, fitografia, herbário, e até mesmo alguns aspectos do jardim botânico), é que nele se juntam, não apenas ciência e política, mas também ciência e arte.

David Miller (1996: 9-10) refere que nos últimos anos os historiadores da ciência, antes apenas preocupados com os textos escritos, começaram a se interessar pelo universo das imagens ou dos textos visuais, ajudados cada vez mais pelos instrumentos de leitura dos historiadores de arte. Por seu turno, alguns destes começaram a se importar com aquilo que poderemos designar por «arte do facto» («art of fact»). Por exemplo, Barbara Stafford tem se dedicado à «arte do facto», ao estudo da luta pela imagem fidedigna e às repercussões estéticas deste processo. No entanto, como defende

Miller (idem: 17), os historiadores da ciência nem sempre concordam com os estudos da «arte do facto» quando estes mantêm a dicotomia entre o carácter convencional da representação na arte e o carácter empírico dos factos científicos. Martin Kemp (1996: 197-230) esboroa esta fronteira ao comparar uma pintura de paisagem do século XIX com a fitografia de um livro de botânica do mesmo período, demonstrando como as duas imagens partilham um fundo cultural comum na forma como representam a natureza.

Quanto às fotografias e diapositivos de Luiz Carrisso serão eles imagens científicas ou artísticas? Já falamos dos seus propósitos científicos e em como elas podem ser inseridas num «ciclo de acumulação» dando a conhecer lugares distantes àqueles que ficaram na metrópole. Terão elas propósitos estéticos? A resposta poderá ser dada pelo leitor que com elas se confrontar. Gostaria no entanto de referir que várias imagens aparecem pintadas, de lembrar que Maximino Correia, autor de algumas das fotografias da segunda expedição, destacou a sensibilidade requintada e alma artística de Carrisso (ver atrás) e que Abílio Fernandes (1939: 23), ao descrever a profunda influência que Carrisso teve na remodelação do jardim botânico de Coimbra, demonstra como ele procurou aí harmonizar os interesses científicos e os panorâmicos.

Classifiquemos nós estas fotografias como científicas ou artísticas, a verdade é que elas possuem uma determinada ordem visual, cultural e historicamente específica, que poderá talvez ser melhor desvendada por comparação com outras imagens produzidas no mesmo contexto das expedições de Carrisso a Angola. Penso no filme, mas também no herbário e na fitografia. Algo que me impressiona no filme, mas também em muitas fotografias, é a forma alinhada, ordenada e geométrica em que aparecem dispostas as pessoas, no porto de desembarque do navio «João Belo», nas missões, nas escolas, nos exercícios da Companhia Indígena. Esta ordem milimetricamente traçada reflecte-se também na arquitectura dos edifícios coloniais, das aldeias indígenas e nas vias de comunicação. A mesma imagem também impressionou Luiz Carrisso:

O desembarque teve lugar pouco depois, e constituiu um espetáculo que profundamente nos comoveu, e que, estou certo, nunca se apagará da nossa memória. A partir do cais em duas filas cerradas, estava disposta toda a população escolar de Luanda. Ao percorrer a pista assim delimitada por tantas carinhas alegres e sorridentes, que

vitoriavam os excursionistas cobrindo-os de flores, todos nós nos sentimos possuídos da mais funda e consoladora emoção. Professores e estudantes de Portugal, nada nos podia sensibilizar mais do que aquela manifestação da mocidade escolar; e ao contemplarmos aquela assembleia de muitas centenas de crianças, que representava uma magnífica obra de educação, nós tivemos a primeira medida do colossal esforço português em Angola (1932a: 9).

Tudo nos leva a crer que estamos perante a ordem disciplinar característica das instituições modernas, como escolas, hospitais, prisões, exércitos. Esta ordem mostrou-se fundamental para a colonização europeia das terras africanas. Através dela era possível organizar, controlar, domesticar e civilizar aquilo que se apresentava selvagem e ilegislado.

A função colonial é uma operação extremamente delicada, que exige, por parte da nação que a promove, um estudo profundo dos variadíssimos problemas que suscita. Para colonizar não basta dispôr de massa humana colonizadora; é necessário pôr em equação as questões de ordem social e técnica inerentes à valorização dos territórios colonizados. Essas questões são de uma multiplicidade infinita, e envolvem os mais variados departamentos do saber humano. Um exemplo: as bases cientificamente sólidas em que devem assentar as nossas regras de conduta para com o indígena, e as normas que devem seguir, para estimular a sua evolução moral e mental, essas bases devem-nos ser fornecidas pelo conhecimento da psicologia do negro, e das suas instituições (idem: 21; sublinhados meus).

90 Carrisso defende que para colonizar é necessário definir e estabelecer uma ordem social e técnica, com normas claramente definidas, que permita valorizar os territórios colonizados e estimular a evolução moral e mental do indígena. Esta ordem deve assentar em bases cientificamente sólidas. Na verdade, a ordem colonial, geometricamente traçada, rigorosamente medida, é em grande parte estruturada pela ciência. O espaço colonial, milimétrica e simetricamente organizado, espelha a ordem visual das representações científicas.

Começemos pela análise da fitografia. No primeiro volume do *Conspectus Florae Angolensis* que Carrisso antes de morrer ainda teve tem-

po de organizar surgem quatro tabelas com desenhos da flora angolana. Nenhum destes desenhos é assinado. Não sabemos quem os desenhou. Talvez como uma forma de dizer que as imagens ali incluídas são representações fidedignas que têm a ver com o «caracter empírico dos factos científicos» e não com o «caracter convencional da representação na arte». Na legenda aparece a escala de cada uma das representações. A escala permite aceder à medida real do elemento representado. Existe aliás uma procura de rigor e precisão na representação das medidas e proporções de cada figura.

Esta preocupação com o rigor, com a precisão, com a medida, com a geometria é menos clara nas imagens fotográficas de per si. Torna-se no entanto evidente se pensarmos no modo como elas estão organizadas e arquivadas. Todas as fotografias estão, como já referi, afixadas em fichas numeradas e depois são guardadas em caixas como se de um arquivo se tratasse. O modo ordenado e sistemático com que se guarda as fotografias pertence à lógica do conhecimento científico. É também esta lógica que preside à organização das colecções de herbário que resultaram das expedições a Angola e que se encontram neste momento guardadas em armários de madeira no terceiro andar do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra. E esta é também a lógica utilizada neste departamento para classificar e expor os objectos museológicos em armários de madeira e vidro. A ordem visual do espólio iconográfico de Carrisso (cujo significado político, científico e estético este texto procura interpretar) será talvez idêntica à do espaço onde ele se encontra arquivado. Estas imagens, embora pretendam ser universais como é próprio do discurso científico, são no fundo imagens situadas num determinado período histórico (aquele durante o qual viveu Luiz Carrisso) e num edifício particular — no antigo Instituto Botânico de Coimbra, que serviu de «centro de cálculo» para as três viagens de Carrisso a Angola. Poderão então estas imagens ajudar a pensar a organização arquitectónica deste departamento e também do seu Jardim Botânico⁽⁵⁾. E ao mesmo tempo a ordem visual deste espaço poderá ajudar a pensá-las. Esta ordem visual se bem que resulte da lógica do

⁽⁵⁾ A relação entre o Instituto e, em particular, o Jardim Botânico de Coimbra e as imagens que resultaram das expedições de Carrisso a Angola confirma-se no filme de 1929 que inicia o registo cinematográfico da Missão Académica com imagens do Jardim Botânico.

campo científico possui uma estética que a mim em particular muito me agrada. O herbário, os armários em madeira, ou em madeira e vidro, as gavetas de arquivo, os desenhos, as colecções de fotografias e diapositivos são objectos científicos, mas o que nos impede de os tomar também por objectos artísticos?

Fotografar a paisagem: legislar o ilegislado num processo de expansão territorial.

Uma parte significativa da colecção de fotografias de 1927 é composta por fotografias de paisagem. O idioma da paisagem, tal como apareceu em fotografias, gravuras, pinturas ou na literatura de viagem durante o período de expansão colonial, permitiu transpor um conjunto de referências europeias para os territórios colonizados (ver Ryan 1997 e Pratt 1992). Os territórios outros, para nós desconhecidos, são através da paisagem submetidos ao nosso «modo de ver», configurado pela pintura desde o século XVI. «Aspectos», «vistas», «panoramas» são «modos de ver» que Carrisso utiliza para fotografar, como demonstram as legendas e textos que comentam as fotografias (ver 1932c). Mas não é apenas uma determinada ordem visual europeia que se transporta para as colónias através da fotografia de paisagem. São as nossas próprias referências territoriais — lugares de memória, arquitecturas, construções utilitárias ou míticas — que deste modo se levam para lugares distantes. James Ryan (1997) demonstra como no século XIX os fotógrafos que percorriam o império britânico no oriente para obterem fotografias simultaneamente comerciais, científicas e artísticas, fixavam os lugares que mais se assemelhavam aos da sua terra natal. Também Luiz Carrisso, como vimos, procura registar os sinais da presença portuguesa em África, ou seja, os lugares organizados de acordo com os valores, referências e memórias do seu país de origem. Temos fotografias de edifícios coloniais — residências, escolas, prisão, hospital, farmácia —, de diversas construções como barragens, pontes e estradas, temos fotografias de missões, da estação zootécnica de Humpata e de fazendas e estações agrícolas — aparecem campos geometricamente organizados de palmeiras dem-dem, café ou cana-de-açúcar, mas também um laranjal.

As terras que ainda estão por ocupar também são fotografadas, mas, através de um fortíssimo contraste com as zonas colonizadas, surgem de aspecto inóspito, bravo, selvagem. Rios, rápidos, cataratas; pedras, rochas,

penedos; a floresta e o deserto de Moçâmedes irrompem como aspectos ou partes ilegisladas e perigosas. Mary Louise Pratt (1992) defende que a estética romântica com o seu fascínio pela desordem de uma natureza ameaçadora e terrível emerge do confronto dos europeus com os territórios distantes, desconhecidos, a colonizar. Estas terras aparecem como bravias, desocupadas, desabitadas porque desprovidas de referências, história, memórias para os colonos. A história da relação dos indígenas com elas é esquecida. A estética romântica, pela qual as colónias são representadas como espaços inóspitos, selvagens, inexplorados, desocupados, torna-se assim, como defende Pratt, num mecanismo de desapropriação do indígena das suas terras. Também Carrisso fala de Angola como um país novo, sem história e portanto imprevisível, ilegislado.

Repare-se em que a valorização de um país novo, sem passado, sem métodos tradicionais de exploração, onde as surpresas de toda a ordem são a moeda corrente, exige muito mais cautelas do que a de um país de antiga cultura, que goza das formidáveis vantagens dos ensinamentos do passado, representados pela tradição. Na colónia, tudo é novo, e por conseguinte, incerto e precário (1934: 10).

Se as fotografias de paisagem representam as colónias como espaços caóticos, ilegislados, selvagens (como uma forma de desapropriar o indígena de suas terras), por outro lado, a própria fotografia apresenta-se como um elemento ordenador e organizador desse espaço, desde logo pelo seu enquadramento. O simples acto de tirar a fotografia exige, como refere Carrisso, uma determinada distância que permita observar e, assim, legislar o objecto fotografado.

Na floresta de Maiumba a baixa vegetação é porém sempre abundante, e constitui, juntamente com as cordas ou cipós, um emaranhado inextricável. Embrenhado nele, o fotógrafo vê-se em sérias dificuldades para fixar na chapa os aspectos que se lhe antolham. Só nalguma clareira é que se encontra as condições de distância e de perspectiva que lhe permitam realizar um trabalho que, de alguma forma, dê ideia dos aspectos que a natureza oferece. As duas fotografias que apresentamos foram feitas numa estreita vereda aberta na floresta... (1932c: 9).

Tirar uma fotografia é um acto ordenador que implica, antes de mais, seleccionar o que se pretende fotografar, através de que ângulo, ponto de vista e condições de luminosidade e, em última análise, implica escolher a tradição formal que irá estruturar a imagem fotografada. A fotografia de paisagem pode então ser pensada como uma tentativa de legislar e controlar aquilo que ela mesma apresenta como ilegislado. As fotografias de montanhas que evocam e enquadram o infinito como ponto de fuga são, como Ryan dá a ver, um claro exemplo deste processo. Carrisso tirou algumas fotografias de montanhas como se tenta-se enquadrar e controlar o exemplo por excelência daquilo que nos escapa e permanece inacessível. Este desejo de controlar o indomesticado através da fotografia reflecte-se também nos temas fotografados. Algumas fotografias do espólio de Carrisso são imagens de caminhos ou estradas que se dirigem para o infinito e irrompem do mato, da floresta, do deserto, de um espaço selvagem. Outras procuram contrastar a ordem da presença colonial com a desordem das pré-existências. Várias mostram o «desbaste» ou «derruba» da floresta para a plantação de sisal, café ou extracção de «gravêl» diamantífero. O colossal impacto da Companhia de Diamantes na Lunda é daqueles que mais impressiona pela sua dimensão. É desmesurado, quase sublime, o confronto entre a tecnologia e a «natureza». Carrisso manifestou-se satisfeito pelo sucesso deste empreendimento colonial em terras tão inóspitas e difíceis.

No Dundo, sede da Companhia, na Lunda, em plena região diamantífera, pudemos todos apreciar a admirável organização de todos os serviços, que têm de prover às múltiplas necessidades de mais de cem funcionários brancos, e de alguns milhares de trabalhadores indígenas, numa região distante, desprovida de recursos, e com comunicações difíceis e trabalhosas com o litoral. Causa espanto o conforto das instalações, o apetrechamento tão completo e tão moderno das minas, naquele descampado perdido no coração de África (1932a : 15).

As fotografias de paisagem de Carrisso ao representarem a expansão da ordem colonial portuguesa nas terras africanas inóspitas estão a participar, elas próprias, no processo de colonização. Elas ajudam a transportar um conjunto de referências e «modos de ver» europeus para territórios

outros como uma forma de os reestruturar e ocupar. A fotografia de paisagem, ingenuamente associada ao domínio da representação e da estética, alia-se assim à política como um instrumento de conquista territorial. O valor estético destas imagens, que Carrisso realça pintando-as, contribui inclusive e como refere Mary Louise Pratt para aumentar o valor deste empreendimento político. Esta tese que insere as viagens de Carrisso (e as fotografias que delas resultaram) no processo de ocupação e expansão colonial é, ironicamente, confirmada pela sua própria morte. Carrisso morreu no deserto de Moçâmedes e ainda hoje, e depois da independência de Angola, podemos aí encontrar um marco que o recorda e celebra.

Referências bibliográficas

- CARRISSO, Luiz W. - *O Problema Colonial Perante a Nação*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1928.
- CARRISSO, Luiz - A Missão Académica a Angola, os seus objectivos e resultados. *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Ano VIII, n.º 81 (1932).
- CARRISSO, Luiz W. - *A Missão Botânica da Universidade de Coimbra à Colónia de Angola, em 1927*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1932.
- CARRISSO, Luiz W. - *Coleções de Fotografias Diapositivas de Angola. Comentários e Notas Explicativas. 1.ª Série, n.ºs 1-20*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1932.
- CARRISSO, Luiz W. - *Ocupação Científica das Colónias Portuguesas*. Porto : Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934.
- CORREIA, Maximino - «Professor Doutor Luiz Wittnich Carrisso» in *Centenário do Nascimento Luiz Wittnich Carrisso*. Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, 1937.
- EXELL, A. W. ; MENDONÇA, F. A. - *Conspectus Florae Angolensis*. Vol. I, Fasc. I, (1937), p. 1-176.
- FERNANDES, Abílio - Notícia Sobre a Vida e a Obra do Prof. Luiz Wittnich Carrisso, *Bol. Soc. Brot*. Vol. XIII - ser. 2 (1939).
- KEMP, Martin - «Implanted in our Natures»: humans, plants, and the stories of art» in *Visions of Empire. Voyages, Botany and representations of Nature* (Eds. Miller, D. e Reill, P.). Cambridge : CUP, 1996, p. 197-230.

- KOERNER, Lisbet - «Purposes of Linnaean travel: a preliminary research report» in *Visions of Empire. Voyages, Botany and representations of Nature* (Eds. Miller, D. e Reill, P.). Cambridge : CUP, 1996, p. 117-153.
- MILLER, David P. ; REILL, Peter H. (Eds.) - *Visions of Empire. Voyages, Botany and representations of Nature*. Cambridge : CUP. 1996.
- MILLER, David P. - «Introduction» in *Visions of Empire. Voyages, Botany and representations of Nature* (Eds. Miller, D. e Reill, P.). Cambridge : CUP, 1996, p. 1-21.
- MILLER, David P. - «Joseph Banks, empire, and «centers of Calculation» in late Hanoverian London», *Visions of Empire. Voyages, Botany and representations of Nature* (Eds. Miller, D. e Reill, P.). Cambridge : CUP, 1996, p. 21-38.
- PRATT, Mary L. - *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*. Londres : Routledge, 1992.
- RYAN, James R. - *Picturing Empire. Photography and the visualization of the British Empire*. Londres : Reaktion Books, 1997.
- URRY, Jonh - *The Tourist Gaze: Leisure and travel in contemporary Societies*. Londres : Sage Publications, 1990.



*19. Arredores de Luanda. Uma família de indígenas assimilados
(Quifangondo, junto da ponte sobre o Bengo). Junho 1927*



20. Quissama. Mulheres indígenas. Da esquerda para a direita: administrador do Cazengo, médico Pimentel d'Abreu, Mendonça. Junho 1927



21. Quissama. Mulheres indígenas. Junho 1927



22. Quela (Malange). Soba, fardado à «europeia»
e seus conselheiros. Julho 1927



23. Quela (Malange). Tocadores de marimbas
Julho 1927



24. Saurimo (arredores). Caçador indígena com as suas armas. Julho 1927



25. Saurimo (arredores). Uma mulher quioca. Setembro 1927



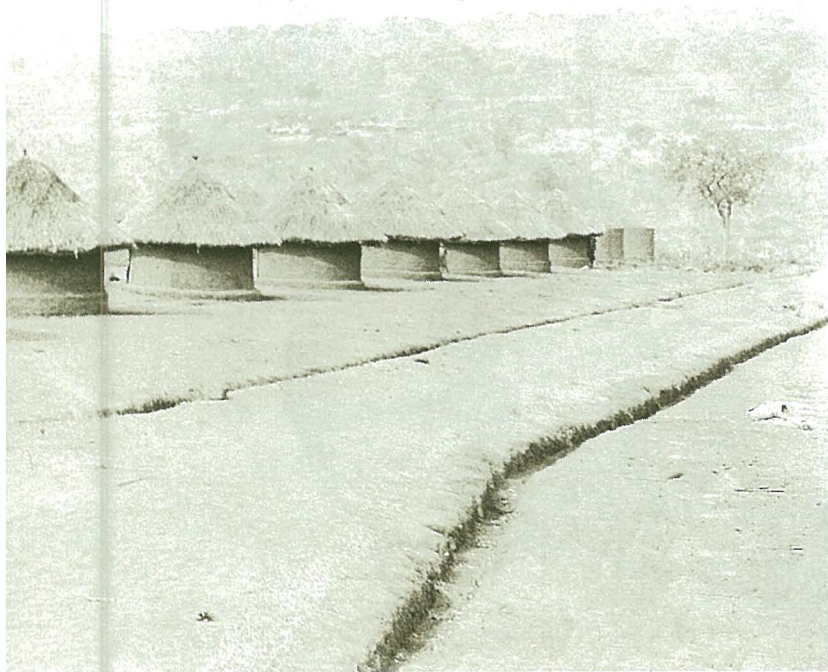
26. Saurimo (arredores). Mulher quioca triturando vagens para embarbasoar o peixe. Setembro 1927



27. Posto do Nordeste (Lunda). Sanzala do soba Cachima.
Indígena entrando numa Cubata. Julho 1927



28. Minas de diamantes do Luaco (Lunda



irro de trabalhadores indígenas. Julho 1927



29. Minas de diamantes do Luaco (Lunda). Extracção do granel diamantífero. Julho 1927



30. Posto do Canzar (Lunda). Indígenas disputando os cigarros que lhe atirava o governador. Julho 1927



31. Posto do Nordeste (Lunda). O governador p



ona um passeio aos sobas da região. Julho 1927



32. Posto do Nordeste (Lunda). Uma mulher indígena. Os traços brancos sobre o corpo são sinal de luto por morte de sobra a quem ela pertencia. Julho 1927



33. Posto do Nordeste (Lunda). Indígena preparando-se para dançar o batuque.
A crista de peles de um deles é tirada do cachaço de uma palanca. Julho 1927



34. Posto do Nordeste (Lunda). Uma indígena a amamentar o filho.
Julho 1927



35. Posto do Nordeste (Lunda). Uma indígena.
Julho 1927



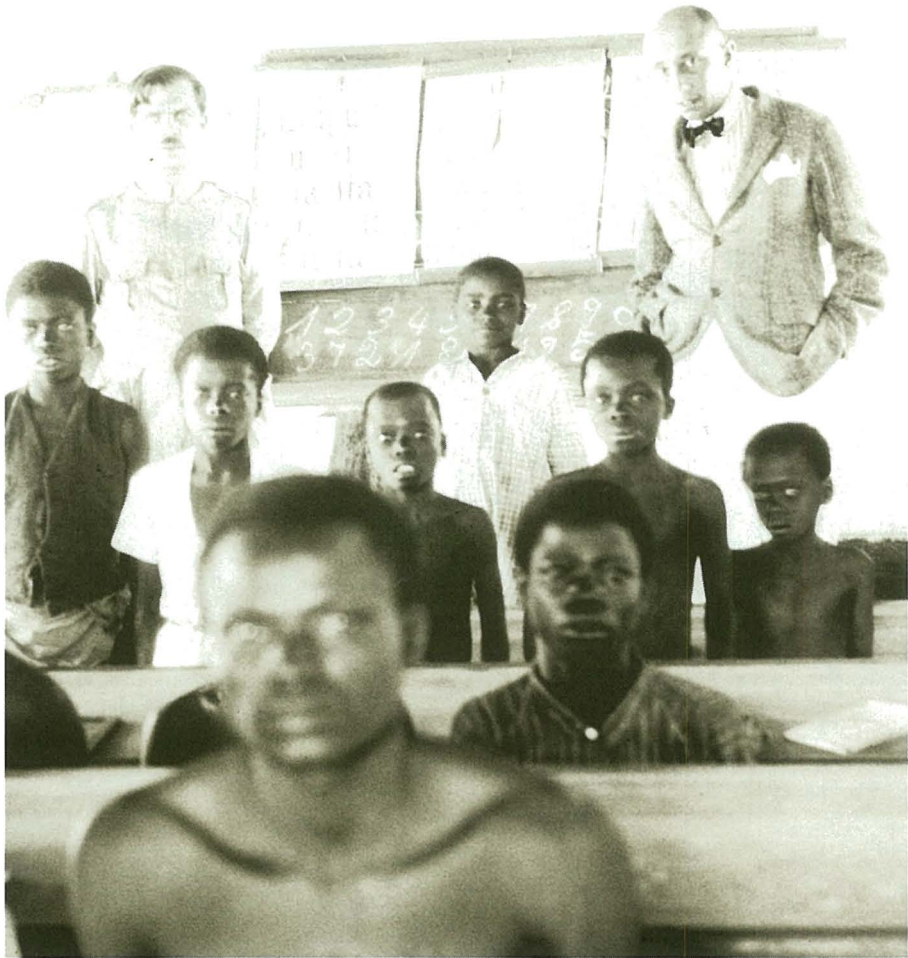
36. Posto do Nordeste (I)



1. De tipóia, Julho 1927



37. Missão evangélica de Luma-Cassai (Lunda)
Túmulo de um missionário. Agosto 1927



38. Meconda (Lunda). A escola funcionando.
Agosto 1927



39. Huambo. Propriedade de Santo Amaro.
Indígena trabalhando. Setembro 1927



40. Huambo. Propriedade de Cambuio. Tractor Fordson lavrando com uma charrua de discos. Setembro 1927



41. Huila. Na missão das Irmãs. Outubro 1927



42. Luanda. Exercícios da companhia indígena. Novembro 1927



*43. Deserto de Moçâmedes. A caminho da Pedra Negra. Aspecto do deserto:
no horizonte, fenómenos da miragem. Outubro 1927*



44. Construção do memorial no deserto de Moçâmedes. 1937

(Página deixada propositadamente em branco)

Nuno Porto

Departamento de Antropologia FCTUC

Museu Antropológico da Universidade de Coimbra

**LUIZ CARRISSO E DEPOIS: MUSEUS, 'CIÊNCIAS COLONIAIS'
E A 'OCUPAÇÃO CIENTÍFICA' DAS COLÓNIAS**

«Com o decorrer dos anos, a nossa investigação científica colonial, em lugar de se desenvolver e ampliar segundo o ritmo das outras nações coloniais, tem-se sucessivamente restringido, e hoje é insignificante, pelo menos nalguns ramos do conhecimento humano».

Carrisso, L.W., 1934, «Ocupação Científica das Colónias Portuguesas», Edições da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa

O período em que decorrem as Missões Botânicas a Angola, presididas pelo Prof. Luiz Carrisso, constitui-se numa arena de debate sobre as relações entre o conhecimento científico e o desenvolvimento nacional, em particular, no que concerne o desenvolvimento das colónias. Este debate interno é tributário da evolução doutrinária internacional relativamente aos princípios de legitimação da ocupação de territórios coloniais por parte de Estados europeus, que entre a Conferência de Berlim (1884-1885) e a Conferência de Versalhes (1920) na sequência da guerra de 1914-1918, evolui de um princípio das relações históricas (um 'direito do primeiro chegado') para um princípio de 'ocupação efectiva' designadamente, a nível administrativo. No período entre guerras esboça-se um novo princípio de legitimação da posse de colónias baseado na 'ocupação científica' e este, por sua vez, enquadra-se, em Portugal, num debate que articula as dissensões sobre o projecto colonial com as valências políticas do conhecimento científico e, ambas, com políticas de institucionalização do trabalho científico e programas de promoção pública da ciência.

A expressão ‘ciências coloniais’ explicita esta dimensão política do trabalho científico que emerge em articulação directa com a imaginação da nação como nação imperial. Sendo certo que esta é a versão da identidade nacional acentuada com a instauração do Estado Novo ela decorre, quer no ideário quer nas práticas sociais da sua difusão, de uma duração que lhe é anterior. O presente texto pretende contribuir para um enquadramento do trabalho de Luiz Carrisso neste período, orientando o inquérito para um instituto situado no cruzamento dos interesses em jogo – o museu – e um objecto nele produzido – ‘a ciência colonial’.

Comemorações e Congressos: a ciência entre a Fantasia e o Arquivo

As Comemorações Nacionais e os Congressos usualmente associados às primeiras – susceptíveis de entendimento sob as metáforas da fantasia e do arquivo – constituem duas práticas exercidas no Estado Novo que lhe são anteriores, afinadas, de facto, nos finais do séc. XIX por partidários da República. Desde as comemorações centradas na figura de Camões (1880) que elas denotam duas características que acabam por se instalar nas práticas comemorativas como centrais na justificação que delas é feita pelos seus organizadores: por um lado, pretendendo produzir uma nova memória nacional a partir de temas culturais, é sua intenção programática deixar ‘obra feita’: às manifestações festivas e mais popularizantes associa-se uma componente erudita, relevada na publicação de estudos, conferências, saraus culturais, exposições temporárias ou mesmo duradouras (e.g. o Aquário Vasco da Gama), cujas actividades e publicações constituiriam material para o progresso do conhecimento. Por outro lado, esta programação do Arquivo, parece ser sistematicamente mitigada por um triunfo da Fantasia pelo que, desde o início deste ciclo comemorativo – Nacionalista-Imperial na designação de Catroga (cf. 1998) – as manifestações popularizantes são tornadas centrais nos programas comemorativos.

O caso da comemoração de Camões é um exemplo desta tendência. Com o aval da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Academia de Ciências de Lisboa, da Universidade de Coimbra e da Coroa, as celebrações – vividas em ambiente metafóricamente descrito como sendo de religiosidade (marcada pelas expressões de procissão ou romagem) – enveredam pela construção de uma hagiografia cívica, exemplificada na transladação dos restos mortais de Camões para o Mosteiro dos Jerónimos, por sua vez,

equiparado a Panteão Nacional. Associado a este facto, as comemorações são uma celebração da nação através do seu Império e, neste sentido:

«(...) não eram somente os descobrimentos que se homenageavam mas também a própria colonização, significada [no Cortejo Histórico integrado no programa de festas] por um carro alegórico dedicado às Colónias» (cf. idem: 229).

Tratava-se, num ambiente de tensão entre os republicanos e a Monarquia Constitucional, de encontrar um ponto de concordância dotado, de um e do outro lado, de uma base ‘nacional’, base essa que é condensada na ideia segundo a qual:

«(...) Portugal, apesar da situação em que se encontrava no contexto dos novos impérios, ainda podia ter uma grande missão a cumprir desde que soubesse extrair do passado o exemplo para as grandes tarefas do futuro» (cf. idem).

As comemorações Henriquinas de 1894, por ocasião da passagem do centenário do nascimento do Infante, retomam a questão colonial, re-centrada como questão nacional na sequência do *Ultimatum* (1890), e constituindo — na sequência da revolta Republicana de 31 de Janeiro no Porto — um meio de conciliação dos portugueses com a monarquia. As comemorações tiveram lugar no Porto e tal como as comemorações camonianas, cujo programa apresentava um recorte positivista, as comemorações Henriquinas promovem, para além de conferências e do concurso literário, uma exposição industrial e colonial — de que resulta o acréscimo das colecções etnográficas do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra — um cortejo cívico, uma festa fluvial e o lançamento de uma estátua (cf. idem: 233). O propósito declarado das comemorações, foi o apelo à participação colectiva, em função do qual:

«(...) tudo foi mobilizado para transformar as festas numa *lição móvel de história* que, pelo menos momentaneamente, recalçasse a consciência decadentista e criasse a ilusão de que estava para breve a chegada de um novo período de grandeza» (idem: 235, *itálicos no original*).

São ainda preocupações desta índole que estarão presentes nas comemorações do Centenário da Índia (1897-1898) propostas pela S.G.L., que acabam por se materializar num programa mais popular e menos ambicioso que o inicialmente previsto e tendo como novidades, relativamente aos programas das comemorações anteriores, a criação de um aquário permanente — o Aquário Vasco da Gama inaugurado em Maio de 1898 — e uma secção colonial com ‘exibição viva de tipos indígenas das colónias portuguesas’ (idem: 240). Note-se que neste momento deste ciclo nacionalista-imperial, as comemorações pretendem fazer chegar os seus resultados a interlocutores estrangeiros. Desde a celebração camoniana, a S.G.L. patrocinara as expedições políticas e científicas de Henrique de Carvalho 1884-1887 à Lunda e as de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens da costa ocidental à costa oriental de África (1884-1885); na sequência da Conferência de Berlim e da doutrina da «ocupação efectiva» na legitimação da dominação colonial, as campanhas militares de Paiva Couceiro (1890, 1891, 1895) e de Mouzinho de Albuquerque (1895-1898) haviam produzido um consenso nacional sobre a afirmação da capacidade dos portugueses na matéria colonial. Aos direitos históricos reclamados por Portugal (e liminarmente postos de lado com o Ultimatum) juntavam-se agora os direitos de ocupação efectiva. Consequentemente, procurava-se sublinhar o carácter pioneiro dos portugueses na descoberta e exploração de territórios ultramarinos em função do qual se reclamava para Portugal um lugar igualmente pioneiro no progresso da humanidade e se contestavam, embora de forma indirecta, as críticas à colonização portuguesa e a prevalência dos direitos acordados em Berlim sobre os direitos históricos. Os elementos de continuidade neste ciclo comemorativo são, em suma, a reivindicação:

«(...) da prioridade portuguesa nas Descobertas, do lugar de Portugal na construção da modernidade e da atribuição de um estatuto especial ao Brasil — prova póstuma das nossas virtudes civilizadoras — a intenção de combater a imagem negativa do país e da sua colonização (...) traduzida em exposições que se queriam ilustrativas dos progressos científico-técnicos e económicos, ou que eram montadas, de acordo com os paradigmas da época, para mostrar a especificidade étnica e anímica de um povo que, apesar de pequeno, deu novos mundos ao mundo» (idem: 241-242).

Os centenários de Ceuta e de Afonso de Albuquerque (1915), celebrados já após a instauração da República, acrescentam ao quadro definido pela prática comemorativa havida até então uma contextualização que as refere à contemporaneidade da sua execução. A época obriga menos à comemoração do Império que a «(...) guerrear para o defender, defendendo a própria República» (idem: 243). A ambiciosa proposta da Academia de Ciências de Lisboa — prevendo congressos internacionais e um sobre as ‘Raças’ — acaba, sob o fraco apoio de um estado em convulsões sucessivas (cf. Ramos 1994) — por se cingir a duas cerimónias solenes nas Academias de Ciências de Lisboa e do Porto e à edição de obras de estudo (cf. Catroga 1998: 244).

Até à emergência do Estado Novo em 1926, apenas o Centenário da Independência do Brasil (1922), a «Festa da Raça», associada ao Centenário do Nascimento de Vasco da Gama (1924) e o 4.º Centenário da sua morte (também em 1924) constituirão motivos comemorativos, numa fase em que as próprias comemorações se tornam terrenos de contestação, dado fracasso que representavam face à promessa republicana de regeneração nacional. Na preocupação de raiz positivista de constituição de uma hagiografia cívica, tinha-se criado a noção — errada, segundo António Sérgio — de acordo com a qual os Descobrimentos haviam resultado mais da acção de grandes homens que de «séculos de esforço metódico e persistente, de inteligência e complexa organização, de estudo exaustivo de um dado problema feito por uma elite nacional» (Sérgio in idem: 250).

A importância da «questão colonial», agudizada pelo relatório Ross de 1925, secundarizava iniciativas entretanto surgidas de celebração da Fundação de Portugal e da Restauração, assim como dos seus heróis, em particular de D. Nuno Álvares Pereira, canonizado em 1918. A celebração dos Descobrimentos actuava como uma espécie de ‘rito de refundação’ (Catroga 1998: 255), suscitando suficiente interesse público de molde a propiciar, mesmo no âmbito comemorativo, uma historiografia de carácter mais crítico. Não obstante, na sequência do relatório Ross, a S.G.L. apoia a constituição de uma Comissão de Defesa das Colónias, ao qual o grupo da Seara Nova adere na sua quase totalidade em conformidade com a noção — que apenas excluía do consenso sectores internacionalistas — segundo a qual a identidade nacional depende da integridade do Império (cf. idem: 257).

O Estado Novo

As celebrações do Estado Novo inscrevem-se na continuidade deste ciclo, vindo a acentuar a tendência de associação e justaposição entre a Fundação, os Descobrimentos e o renascimento do Estado Novo, patentes quer na celebração emblemática do período áureo do Salazarismo, que foi a Exposição do Mundo Português (1940), quer na Exposição Colonial do Porto (1934), em cujos congressos Luiz Carrisso intervém. Na sequência do golpe de estado de 28 de Maio de 1926, o percurso seguido a este propósito, parece consistir numa regularização e institucionalização de iniciativas avulsas — por exemplo, mediante o estabelecimento da ciclicidade anual das Semanas das Colónias na S.G.L. a partir de 1927 — e uma correlativa racionalização da administração da ideia de Império quer através de organismos dedicados à divulgação e estudo de assuntos coloniais quer ainda através do esforço legislativo. Nas palavras de Catroga, «(...) o salazarismo intensificou campanhas tendentes a levar os portugueses não tanto a África, mas sim à ‘redescoberta’ do mito da grandeza imperial (...)» (idem: 258).

A Exposição Colonial do Porto, de 1934, pode ser entendida como a primeira dramatização dessa ‘redescoberta’, patenteando a articulação de um conjunto de dispositivos susceptíveis de tornar a questão colonial e a questão nacional não apenas indissociáveis, mas, além disso, transversais a diferentes campos de actuação institucional.

A Exposição Colonial do Porto

Segundo o Comissário da Exposição, Henrique Galvão, a primeira Exposição Colonial Portuguesa — proporcionando uma ‘viagem pelo Império, no Porto’, teria constituído um processo espiritual de cariz pedagógico ao fornecer aos portugueses informações e imagens sobre as colónias e a acção portuguesa nelas desenvolvida (cf. Thomaz 1997: 159). O seu dispositivo mais durável na memória colectiva, terá sido a instalação expositiva de 324 nativos, com os quais se criou, nos jardins anexos ao Pavilhão das Colónias, um conjunto supostamente representativo da diversidade civilizacional e espacial do Império. Cabe notar que este dispositivo fora sendo consolidado no decurso do circuito de Exposições Coloniais e Internacionais inauguradas em 1851 com a Exposição de Londres, após a sua estreia num

contexto de representação da diversidade popular interna, na Suécia. Mas faz enorme sucesso no Porto em 1934, chegando mesmo a cunhar, como alternativa a 'visitar a Exposição', a expressão 'ir ver os pretos' (idem: 174). Mesmo em Portugal, o dispositivo fora já ensaiado em Lisboa, dois anos antes, aquando da Exposição Industrial de Lisboa (cf. idem: 159), após ter tido a sua estreia nas comemorações do 4.º Centenário de Vasco da Gama em 1898. Na imediação — em termos espaciais, ou na sequência — em termos do roteiro da visita, do Pavilhão das Colónias — onde toda a obra colonial portuguesa era tornada em espectáculo — este contingente constituía uma espécie de testemunho vivo do que ali perto, no Pavilhão, se expunha: um ideal de congregação de todos os portugueses em torno do ideal da nação, que mostrava estes como portugueses de outras raças que também comungavam do «renascimento imperial» advogado pelo Ministro das Colónias, Armindo Monteiro. Dividida em dois espaços, um dedicado à iniciativa do Estado, outro dedicado à iniciativa privada, a novidade da E.C.P. consiste nesta apresentação total da entidade espiritual renascida com o projecto imperial do Estado Novo.

Em termos legislativos, essa entidade fora materializada na Constituição promulgada no ano anterior, que consagrava o Acto Colonial de 1930, no qual as colónias haviam sido integradas na 'essência orgânica da nação portuguesa'. O próprio Comissário se encarrega de estabelecer esta relação quando escreve:

«Depois do Acto Colonial (...) era realmente necessária uma grande manifestação, clara e exuberante, que transmitindo à nação o conhecimento e o amor das causas, viesse a oferecer ao governo, através duma opinião e dum pensamento colonial formados, apoio consciente para a obra realizada e para tudo o que ainda falta alcançar» (in idem: 163, n16).

Como visualização deste projecto de imaginação do futuro, a ideografia do Império é justaposta à da metrópole mostrando, quer na língua creditada como franca desse espaço imaginado — i.e. a portuguesa — quer em inglês, numa clara atenção ao olhar estrangeiro, que «Portugal não é um País Pequeno». Com sua área total de 2.171.713,81 km², era visualizado como maior que o espaço europeu em que fora sobreposto, já que a Espanha, França, Inglaterra, Itália e Alemanha não ultrapassavam os 2.096.639 km².

A E.C.P. é, enquanto exposição, uma materialização de um exercício de coordenação e centralização que vinha sendo feito noutros domínios com «(...) a institucionalização jurídico-política (Acto Colonial 1930; Constituição 1933), social (legislação sobre o corporativismo) e repressiva (P.V.D.E., e reorganização da censura)» (Catroga 1998: 260). Neste âmbito se levará a cabo a reforma da Agência Geral das Colónias em 1932, a criação do Secretariado de Propaganda e Informação (depois Secretariado Nacional de Informação) em 1933.

Um segundo elemento deste propósito totalizante presente na E.C.P., consiste na congregação de iniciativas dedicadas a públicos específicos, preconizando uma participação estruturada de todos os grupos sociais, incluindo as elites intelectuais. A festa surge, assim, assessorada pela ciência, manifesta sob a forma de Congressos. É nas respectivas sessões que é renovada alguma atenção aos museus, no âmbito da articulação — com o público não especializado — do conhecimento produzido sobre as colónias.

No I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, realizado no Porto por ocasião da E.C.P., a questão da criação de um Museu Etnográfico e Colonial é trazido à liça por dois congressistas, o Tenente Afonso do Paço e Luís Chaves, etnógrafo do Museu Leite de Vasconcelos de Belém. Para o primeiro a criação de tal instituto é um imperativo nacional:

«Trabalhamos hoje, afincadamente no ressurgimento do Império, a tuba da fama esforça-se por mostrar ao mundo a nossa actividade colonizadora, mas ainda não cuidamos a sério da organização de um museu de etnografia ultramarina digno da terceira potência colonial, assim como não temos um bom museu de etnografia metropolitana» (Paço 1934: 24).

A proposta de Afonso do Paço articula dois interesses distintos, senão mesmo díspares. Um primeiro refere-se à função de representação que o museu assumiria, no contexto internacional, pelo que se reporta à recente conversão do Museu do Trocadéro, em Paris, por ocasião da Exposição Colonial de 1931, sob a orientação de Paul Rivet (cf. Dias 1991), que caracteriza metafóricamente como uma «Fénix renascida» (cf. Paço 1934: 25). Para o proponente, à ausência do museu parece corresponder uma demorção do 3.º lugar na ocupação colonial, cuja rectificação, por esta via procurada, é urgente. Um segundo interesse reveste-se de uma natureza mais

complexa porquanto, na proposta aqui formulada, esse museu já existe, em sede da Sociedade de Geografia de Lisboa, «(...) uma entidade particular a quem o Estado muito deve. Haverá portanto necessidade de negociações, de resolver determinadas dificuldades» (idem: 25). Recorda, a este propósito, o proponente, que «São as suas colecções que figuram em exposições coloniais dentro e fora de fronteiras» (idem: 26). E, no final, visando uma solução de compromisso, a sua proposta resume-se a um Museu de Etnografia, do continente e das colónias, para o qual prevê uma resolução urgente:

«Delineadas as bases em que um Museu de Etnografia devia assentar, pensar-se-ia também na recolha de objectos, fotografias, filmes documentários, discos com canções, organização de questionários, mesmo em missões científicas, enfim, mil e uma coisas necessárias à vida do museu e que seria longo aqui enumerar. É que o tempo urge; a onda de civilização e modernismo que dos grandes centros transborda pelos campos e sertões em breve destruirá tudo o que de típico ainda existe» (idem).

À proposta de Afonso do Paço, cujo cariz pragmático surge objectivado na consagração implícita do Museu da S.G.L. como museu nacional, uma vez negociadas as dificuldades advindas da sua execução, pode contrapor-se a proposta de Luís Chaves, que prevê a constituição de raiz de um novo museu, assumidamente alinhado pelo ideário nacionalista-imperial do Estado Novo. O seu Museu Etnográfico do Império Português é definido como instrumento de uma política historicamente provada e cuja continuidade constitui, para ele, matéria de facto. Simultaneamente memorial, mnemónica para o futuro e sinédoque do Império, o programa do museu é justificado nos seguintes termos:

«Ninguém porá em dúvida esta verdade: Portugal tem a obrigação histórica e a necessidade política inadiável de organizar o museu etnográfico do seu império.

O Primeiro povo que devassou os mares e colonizou com o seu sangue, com a sua alma e com a sua fé, terras de todos os continentes, ainda não tem o museu que merece o esforço dos antepassados e é devido à dedicação dos actuais continuadores da obra civilizadora dos portugueses.

Na construção do Nacionalismo inteligente, rota espiritual em que caminhamos, impõe-se o museu do Império Português, como demonstração de quanto fomos, prova de quanto somos e alto farol do que devemos ser.

(...)

A quem desconheça Portugal, mostre-se-lhe o museu. A quem desconheça a obra dos Portugueses, ontem e hoje, o que foi e o que é, mostre-se-lhe o museu» (Chaves 1934: 28).

As seis secções que organizam as colecções do Museu Etnográfico do Império Português – incluindo nelas um Vestíbulo sinóptico – são comentadas por versos seleccionados de Camões submetendo a sua distribuição geográfica (Europa Continental e Insular; África, Ásia, Oceânia e América) a uma interpretação historicista, mitográfica mesmo, pontuada por projecções ideográficas do Império nas suas vertentes contemporâneas e históricas, relativas quer à geografia política quer humana, pela monumentalização dos intérpretes históricos das conquistas e ocupações e pelo comentário, nos versos de Camões, mostrando o Império como destino nacional.

A título de exemplo, registe-se que, neste projecto, a 2.^a Secção, relativa a África, seria – à semelhança das restantes – introduzida pelas lápides camonianas. Primeiro gerais «*De África tem marítimos assentos* (Camões, Lus. VII, 14) ... *também nos conta dos rodeios / Longos em que traz o mar irado, / Vendo os costumes barbaros alheios, / Que a nossa Africa ruda tem criado.* (Camões, Lus., II, 110)» (in Chaves 1934: 35). Depois particulares a cada um dos territórios. Seguem-se, no projecto, os mapas, nesta secção distribuem-se da seguinte forma:

- a) África portuguesa: mapa histórico;
- b) África portuguesa: mapa político;
- c) Cabo-Verde: político; físico, em relevo;
- d) Guiné: político; etnológico; físico, em relevo;
- e) S.Tomé e Príncipe: político; etnológico; físico, em relevo;
- f) Angola: político; etnológico; físico, em relevo;
- g) Moçambique: político; etnológico; físico, em relevo;
- h) África Portuguesa: produtos característicos de cada província» (idem: 36).

Seguem-se aos mapas as «Cenas figuradas ao vivo com manequins [sic]; por províncias» (idem), distribuídas por: «vida doméstica, habitações,

aldeamentos; vida agrícola e labor industrial; assuntos guerreiros; dança e música; assuntos religiosos e de magia» (cf. idem). Por contraponto, suceder-se-lhes-iam as «Cenas da vida das missões e das guarnições militares»; as «Séries de objectos de fabrico e uso dos indígenas por secções e por província» e Estátuas:

«África, Adamastor, a Raça Preta, cada província representada por figura própria, escolhida entre heróis indígenas ao serviço de Portugal, ou de indígenas dominantes e prestáveis; Gil Eanes, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Pero de Alenquer, Tristão da Cunha, Duarte Lopes, Salvador Correia de Sá; António Enes, Mousinho, D. António Barroso...» (idem: 37).

A revelação cognitiva, certamente concebida como pedagógica e formativa, é intrinsecamente uma revelação histórica e nacionalista, que faz do projecto do Museu Etnográfico do Império Português, um lugar de memória, segundo a expressão de Nora (cf. 1992). A persistência dos materiais ideográficos é consonante com a negação da menoridade europeia do país, quer geográfica quer política, que a ideografia declaradamente conceptual de Henrique Galvão sublinhava pela negação que dava a ver. Esta proposta estabelece-se na continuidade do mote da E.C.P., mas tal como a Exposição — que terminará em setembro de trinta e quatro — e como a proposta pragmática de Afonso do Paço, também esta servirá apenas para lustro das publicações do Congresso, acabando por engrossar a fileira dos projectos não executados.

A Exposição do Mundo Português

Cabe notar que a formulação periódica de propostas para a criação de um museu colonial ou imperial, é enquadrada numa configuração de debate público — embora matizado pelo autoritarismo do Estado — sobre a questão colonial, presidida pela articulação desta questão com a problematização do lugar que nelas seria reservado ao conhecimento científico e a prospecção dos modos da sua institucionalização. Recorde-se, neste âmbito, a realização do II Congresso Colonial em 1923 na S.G.L. (o primeiro fora em 1901), o início das Semanas das Colónias, também na S.G.L., a

partir de 1927; em 1930 o III Congresso Colonial Nacional, ainda na S.G.L., e em 1933 a Conferência Imperial Colonial; em 1934, associadas à Exposição Colonial do Porto, além do já referido I Congresso de Antropologia Colonial, realizam-se ainda: o I Congresso da União Nacional, o Congresso Militar Colonial e o I Congresso de Intercâmbio com as Colónias; em 1936 iniciam-se as Conferências de Alta Cultura Colonial; tem lugar, ainda este ano, a I Conferência Económica do Império Colonial Português; no ano seguinte, por ocasião da Exposição Histórica da Ocupação, decorre o I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo; em 1940, distribuídos por Coimbra, Lisboa e Porto, decorrem os Congressos do Mundo Português. No plano administrativo, em 1924, por extinção das Agências de Angola e de Moçambique, é criada a Agência Geral das Colónias; em 1931 é criado o Arquivo de História Colonial (depois Histórico Ultramarino); em 1936 é criado o Instituto de Alta Cultura (por reforma da Junta Nacional de Educação) e a Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais que, entre outras atribuições, tomará sob tutela a coordenação de missões científicas nas colónias, institucionalizando uma prática incipiente e desprovida de articulação.

De facto, até à data da fundação da J.M.G.I.C., têm lugar missões científicas de diversas filiações institucionais: da Escola de Medicina Tropical (1901, Missão para o Estudo da doença do sono em Angola; 1904, Missão a S. Tomé e Angola, para estudo do béri-béri e prosseguimento do estudo da doença do sono; 1907, Missão à Ilha do Príncipe, doença do sono; 1911, Missão Ilha do Príncipe (1911-1914), doença do sono; 1927, Missão a Moçambique, doença do sono; 1932, Missão à Guiné Portuguesa, doença do sono e suas particularidades (cf. Azevedo 1958: 25-27)). Executadas por comissões de nomeação governamental, em 1929 a Missão Hidrográfica de Moçambique e em 1932 a Missão Geográfica de Moçambique. Sob financiamento da Junta de Educação Nacional, depois instituto de Alta Cultura, em 1934 a 1ª Missão Antropológica a África (Angola, Dembos, António Almeida); em 1936, a 1ª Missão Antropológica de Moçambique (J.A. Santos Júnior; org. Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, integrada na referida Missão Geográfica de Moçambique). Ainda em 1936, a Missão Hidrográfica de Angola, em 1937, a Missão Botânica de Angola; de 1936 a 1938 a Missão da Carta Magnética de Angola e, em 1938 a Missão Geográfica de Timor (cf. Santos Júnior 1944: 2).

Esta prática descontínua reflecte a relativa marginalidade do trabalho científico no processo colonial, em particular no que concerne o ensino. Nesta área, recorde-se que apenas duas instituições se dedicam exclusivamente à produção e reprodução do saber colonial: a Escola Superior Colonial associada à S.G.L., fundada em 1906 – sucessivamente reformada em termos curriculares em 1919, 1926 e 1946, até à sua maior reestruturação em 1954 com a passagem a Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (cf. Thomaz 1997: 74-80) – e a Escola de Medicina Tropical, fundada em 1902 (D.L. 4/04/1902), que centraliza o ensino médico previamente ministrado na Escola Médica e Hospital da Marinha e que passa, em 1935, a Instituto de Medicina Tropical (D.L. 1920 de 29/05/1935). E, enfim, desprovido deste carácter de exclusividade, registe-se o Museu Agrícola Colonial, instalado no perímetro de Jardim Colonial em Belém. Inaugurado em 1929 este Museu-Laboratório está associado ao Instituto Superior de Agronomia e tem por objectivo a divulgação de:

«(...) conhecimentos sobre a origem, preparação tecnológica, composição química, valor, aplicação e importância económica dos produtos agrícolas e florestais das colónias portuguesas, bem como daqueles que procedam das colónias estrangeiras e países quentes, cuja produção convenha estabelecer nas nossas colónias» (B.A.G.C. 1929: 117-118).

O renascimento nacional sob a égide do Estado Novo, cuja apoteose festiva seria objectivada na Exposição do Mundo Português, parece criar expectativas nalguns congressistas, de uma correlativa afirmação de uma política colonial alinhada com uma atitude científica que se materializaria numa institucionalização das ciências coloniais. Essas expectativas são tanto mais legítimas quanto o Ministro das Colónias em exercício, Francisco Vieira Machado, será o principal mentor e executante de uma política imperial que procura integrar num mesmo espaço económico e cultural a metrópole e as colónias, política essa que será materializada quer em iniciativas de divulgação e investigação colonial na metrópole – e.g. os congressos, comemorações e exposições – quer em institutos administrativos, designadamente, na criação da Direcção Geral do Ensino Colonial. Dado tratar-se de uma política de centralização e articulação interna do espaço do império, ela supõe uma base de conhecimento das questões

coloniais, em particular, as que se relacionam com a racionalização econômica desse espaço, que seria preferencialmente obtida por uma política informada pelas necessidades científicas dela decorrentes. É neste quadro que uma visão crítica do 'estado da nação', nesse capítulo, é claramente expressa por alguns congressistas provenientes de diferentes quadrantes de actividade, não deixando de apontar possíveis soluções pois também para tal serviam os Congressos.

O teor das propostas diverge, mas em 1940 diagnosticam a ausência de articulação entre as diferentes iniciativas e organismos, prevendo, por vezes, entre outras soluções de coordenação, a criação de museus. João F. Rodrigues, diplomado pela E.S.C., e experiente colonial, soluciona a questão com a criação de um Instituto Colonial:

«(...) não vemos as instituições de cultura e ensino superior colonial (Instituto de Medicina Tropical; Escola Superior Colonial; Agência Geral das Colónias; Arquivo Histórico Colonial; Museu Agrícola Colonial; Sociedade de Geografia) nem os que têm acolhido e realizado embora a eles propriamente se não destinassem (Faculdade de Letras, de Direito e de Ciências e Instituto Superior de Agronomia e de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa; Faculdade de Direito e de Ciências de Coimbra, Faculdade de Ciências do Porto) não vemos, dizíamos, que haja a coordenação necessária dos seus esforços. E só, afinal, desta cooperação pode resultar obra inteiramente profícua.

Assim, a par de uma coordenação de ensino no Instituto Colonial, que pressupomos criado por tão necessário se tornar, é de absoluta necessidade uma coordenação da investigação científica de que ele será o melhor promotor, mas não o único realizador» (Rodrigues 1940: 71).

Ao Instituto deveria estar associado um Museu, pelo qual se realizaria a coincidência entre os propósitos de constituição de uma ciência colonial e a divulgação junto do público metropolitano, de uma cultura colonial (cf. idem: 66). Neste particular, segue as recomendações anteriormente esboçadas por outro congressista, o Prof. Celestino da Costa, Presidente do Instituto de Alta Cultura. Este, após rever exaustivamente o panorama das

instituições científicas coloniais no Império Britânico, nas Colónias Francesas, Belgas, Holandesas e Italianas, conclui da seguinte forma a sua comunicação ao Congresso:

«Conforme os seus recursos, a importância das colónias, o grau de civilização do País colonial, assim essas instituições científicas ultramarinas são mais ou menos importantes. Mas existem e umas são os observatórios meteorológicos e astronómicos, outras os museus de história natural e os jardins botânicos, outras os laboratórios de bacteriologia, de higiene, de parasitologia, de entomologia, de patologia tropical humana e veterinária, de agronomia aplicada, etc. Grande é a variedade dessas instituições e das soluções adoptadas. Diversas são também as formas de colaboração no estudo científico das colónias dos orçamentos metropolitanos e coloniais. Mas todos os países coloniais cultos sentem a importância do problema, vêm os olhos dos outros povos postos nas suas colónias e não se poupam a esforços para empreenderem eles próprios os seus estudos e não dependem para tal do estrangeiro. Assim se defendem também as colónias» (Costa 1940: 98).

A perspectiva urgente de uma reforma é largamente justificada pela conjuntura internacional:

«Nesta hora que está passando é de supor-se que a distribuição dos territórios ultramarinos sofrerá grandes alterações e que alguns dos dados que vão seguir-se serão brevemente inactuais. Representam apenas a situação tal qual era antes da guerra e darão uma ideia do que cada país tem feito e de que forma organizou a investigação científica nas suas colónias. Nestas informações poderemos nós portugueses colher elementos úteis e estímulos» (idem: 84).

A questão é, nesta perspectiva, inteiramente estratégica: após a guerra, o mapa colonial será redesenhado e a melhor forma de Portugal manter os territórios que ocupa é demonstrando que o faz cientificamente. Na arena internacional, a ciência não é, nem apenas, nem sobretudo, conhecimento, mas uma arma política. A solução, contudo, é interna. E o panorama interno não é dos melhores. Para o Professor de Medicina Santa-Rita:

«Em relação à actividade científica do país, o balanço respeitante às colónias não é desanimador, se atendermos a que, como se vê, data, em verdade, de poucos anos o reatar do interesse científico pelas colónias, mas apresenta graves deficiências no que respeita à orientação, direcção e continuidade.(...) O incentivo oficial tem sido escasso, descontínuo e até, por vezes,(...) em lugar de incentivos surgem entraves (...). Tem-se revelado a boa vontade de certos ministros ou dirigentes (...) mas como casos individuais e não como atitude da administração perante o problema» (Santa Rita 1940: 25-28).

Não é, pois, de estranhar, que sob este quadro algo pessimista, a proposta de um museu o apresente como instituição regenerativa de um processo político errado. Fora do programa do Congresso Colonial, o antropólogo do Porto, J. R. Santos Júnior advoga esta via argumentativa na sua proposta do Museu Colonial Português, proposta que articula com a já veiculada necessidade urgente de um Instituto Colonial, estabelecida por outro orador. Tal como os anteriores congressistas citados, a estratégia de Santos Júnior recorre ao interessamento dos agentes políticos para o campo científico, sublinhando o seu carácter cívico enquanto instituto de difusão de um ideal colonial que é, à época, um traço de definição da identidade do País tal como o Estado Novo a propunha, inscrevendo o museu no campo público então definido como o campo da 'ciência e cultura coloniais':

«É necessário acabar, por todas as formas, com as opiniões erradas que mesmo entre indivíduos de certo grau de cultura, correm sobre as nossas possessões africanas tidas como terras inóspitas duma insalubridade aterradora.

O Museu Colonial Português contribuiria para que aqueles que o visitassem, levassem uma ideia justa da extraordinária facilidade de instalação e adaptação do branco na grande maioria das regiões das nossas colónias, especialmente de Angola e de Moçambique que, pela sua vastidão, são aquelas que carecem de maior número de portugueses da metrópole.

Em paralelo com o Museu Colonial Português existiria o Instituto Colonial, exclusivamente votado à investigação científica» (Santos Júnior 1940: 103).

A proposta de Santos Júnior resulta de uma experiência algo sólida nesse domínio: enquanto investigador da Missão Antropológica a Moçambique (1936 e 1937), Santos Júnior tivera a oportunidade de trabalhar nalguns museus em África, designadamente no Museu do Cabo, no Museu de Pretória (na então União Sul Africana, de 1946 em diante República da África do Sul), no Museu provincial Álvaro de Castro em Lourenço Marques, no Museu de Bulawayo e no Museu de Salisbury, na Rodésia do Sul (cf. Santos Júnior 1944: 8-9). Entre Novembro e Dezembro de 1938, fora encarregue pelo Ministro das Colónias para uma missão de estudo de Museus Coloniais em França, Bélgica, Holanda e Alemanha (cf. idem: 15), e a comunicação apresentada ao Congresso, redigida – seguindo o formulário jurídico – em XII Bases, parece reportar-se a uma execução eminente, prevendo os diferentes tipos de público, de funcionários, de serviços internos, etc. Não obstante, quatro anos decorridos, a expectativa mantém-se (cf. idem).

O plano do Museu é definido na Base V, estando organizado em 4 secções: Secção de História (Descobrimto, Ocupação, Conquista); Secção de Etnografia, Secção de Ciências Naturais (Antropologia, Zoologia, Botânica, Mineralogia e Geologia); Secção de Produtos Coloniais, Economia Higiene. (cf. Santos Júnior 1940: 106-7). Em termos orgânicos, prevê o seu financiamento por cada uma das colónias, o envolvimento dos respectivos governos na «beneficiação dos serviços» (idem), assim como «a participação valiosa dos funcionários coloniais, principalmente os do quadro administrativo e os missionários, para a aquisição de peças a enviar ao Museu Colonial» (idem: 108). Finalmente, a proposta é explicada como resultado de um «esforço patriótico», uma vez que:

«O Museu Colonial Português deverá ser escola onde se aprenda sem esforço e templo onde se entre com respeito.

Ali irão os portugueses em romagem do mais puro nacionalismo apreciar a grandeza e o esforço lusíada no Mundo e o valor dos seus heróis da guerra e da paz, atestado quer pela descoberta de novos mundos quer pela civilização de povos bárbaros e primitivos. (...)

O Museu Colonial será o grande Museu Português» (idem: 104-5).

J.R. Santos Júnior não estava só nesta crença assim expressada. Há claros indícios de um consenso crescente relativamente à edificação de um museu desta natureza, mas pode aventar-se a hipótese deste consenso não

ter tido um público suficientemente alargado, pelo que, se a ideia parece ser consensual no seio de um grupo favorável a um ‘colonialismo científico’, a não criação do museu parece apontar para uma configuração social em que o tema é dissentâneo. De facto, o museu que vinga na sequência da Exposição do Mundo Português – o Museu de Arte Popular, inaugurado em 1948 – reflecte a posição de força do dirigente do Secretariado de Propaganda Nacional / Secretariado Nacional de Informação, António Ferro (cf. Paulo 1994: 118), e a crescente secundarização do grupo favorável ao ‘colonialismo científico’. Registe-se, a este propósito, que entre 1930 e 1940 se dá uma alteração significativa na política de propaganda que passa a fazer parte das funções do S.P.N. / S.N.I., numa lógica de centralização distribuída por outras actividades (e.g. o Concurso da Aldeia Mais Portuguesa, 1938-39) que conduzirá a inflexões quer no estilo quer no conteúdo das exposições internacionais seguintes – Exposição Internacional de Trípoli, 1935, Paris, 1937, Nova Iorque e S. Francisco em 1939 – e, finalmente, na exposição do Mundo Português para a qual é constituída uma comissão alargada (em que António Ferro acumula o cargo de secretário com o de responsável pela Propaganda (cf. Acciaiuoli 1998: 113)). Personalizando esta transformação política em António Ferro e Henrique Galvão, comissário da Secção Colonial da Exposição de 1940, estar-se-ia perante uma oposição entre um ‘conto de fadas’ do director do S.P.N., e um naturalismo exotizante, que perderia perante aquele (cf. idem: 174). Manifestando um e outro correntes de opinião divergentes, por enquanto, no interior do Estado Novo, pode interpretar-se o adiamento do Museu Colonial, como um adiamento da questão no seu conjunto.

A Ocupação Científica do Ultramar Português

Deve, porém, ter-se em conta, que a realização do Congresso Colonial no âmbito dos Congressos do Mundo Português, ocorre num momento de reformulação da J.M.G.I.C. que será legislada em 1945. Em fins de 1941, o então Presidente da Junta, J. Bacellar Bebiano, envia ao Ministro o seu «Plano de investigação científica colonial», o qual, refira-se de passagem, incorpora várias das sugestões trazidas a lume pelos Congressistas, respondendo, designadamente, à preocupação com a coordenação e centralização das actividades de investigação. O Ministro, por sua vez, despacha o Plano pedindo parecer ao Ministro da Educação Nacional e ao Conselho do

Império Colonial, acabando por ser aprovada a alteração legislativa em 1945, ou seja, já sob o ministério de Marcelo Caetano na pasta das Colónias. No despacho ministerial de Vieira Machado, escreve-se:

«Deve-se elucidar o Ministério da Educação e o Conselho do Império da intenção do Ministério das Colónias de criar um Museu Colonial, anexo ao qual poderia, talvez com vantagem, ficar o Gabinete de Documentação Científica Colonial. Convinha encarar as relações entre o Museu, a Junta das Missões e o trabalho em África. (...) A ideia de um Instituto Colonial foi ventilada por quem de direito. Esse Instituto englobaria a Escola Superior Colonial, o Instituto de Medicina Tropical, a Biblioteca do Ministério, o Museu e, possivelmente, o Arquivo Histórico Colonial» (Vieira Machado in A.G.C. 1945: 17).

O «Plano de investigação científica colonial» vem, assim, proporcionar uma tentativa de objectivação institucional de uma corrente de opinião relativamente estável e continuada desde a viragem do século, que perfilhava um ‘colonialismo científico’ e teria por identidade institucional de partida mais visível a S.G.L., aglutinando, ao correr do tempo, parte da frágil comunidade científica e académica portuguesa. Os momentos de intervenção pública desta corrente de opinião, ocorrendo em situações de afirmação da legitimidade portuguesa de ocupação colonial – quer por reacção face ao xadrez da política externa (Ultimatum, Conferência de Versalhes, Relatório Ross, II.^a Guerra Mundial), quer por decorrerem de estratégias afirmativas (Exposições Internacionais, Colonial do Porto e do Mundo Português) – são de molde a informar sobre o que possam ser as ‘ciências coloniais’.

Um primeiro significado da expressão, é, evidentemente, excêntrico a uma prospecção dos seus conteúdos: as ‘ciências coloniais’ emergem periodicamente como argumento político, em particular no âmbito da argumentação no quadro internacional do consenso estabelecido em torno da doutrina da ‘ocupação efectiva’. A ‘ocupação científica’ emerge como um estádio de um quadro abstracto e evolutivo das relações coloniais, de acordo com o qual esta fase decorreria das duas anteriores de ocupação militar e administrativa.

Um segundo significado conota o seu exercício com uma prática colonial: a prática defendida pela S.G.L., de acordo com a qual a acção colonial

dependeria de um conhecimento prévio do meio físico e humano sob intervenção, com vista à sua maximização quer em termos económicos quer em termos, dele decorrentes, do bem estar das populações em presença.

Um terceiro significado da expressão é especificamente de conteúdo reportando-se a formas de conhecimento científico cujo objecto é geograficamente localizado nos territórios sob ocupação colonial. Desta definição consensual — que faria, por hipótese, da Botânica de Angola uma botânica colonial — emerge uma distinção entre o que pode, tentativamente, classificar-se por um grupo de ‘pragmáticos’ e um grupo de ‘académicos’: para os primeiros, as ciências coloniais são corpus de conhecimento aplicável, com retorno a curto prazo na administração, na política, na educação, na medicina e na economia coloniais; para os segundos tal corpus é indissociável do conhecimento ‘puro’, de lenta acumulação, resultante de investimento económico e humano continuado e estrutural, com retorno a médio ou longo prazo. Para os segundos, a Botânica de Angola seria, antes do mais, Botânica, tal como a Medicina Tropical seria, acima de tudo medicina, apesar de lidar com nosologias e terapias de ocorrência privilegiada nos trópicos.

Esta divisão que aqui se propõe é necessária para a compreensão dos projectos e práticas coloniais conotadas com a ‘ocupação científica’ das colónias. Entre o primeiro grupo, esta ocupação é susceptível de cooptar — enquanto esforço exercido no campo político — uma série de agentes coloniais de formação técnica ou superior, para o campo das práticas de recolha e tratamento de informação. Classicamente, administradores, funcionários, militares ou missionários, que à sua formação específica acrescentam a competência — nada despicienda — de se encontrarem ‘no terreno’, são alvos privilegiados deste recrutamento para a actividade científica, pelo menos, num dos elos da complexa cadeia do trabalho científico. Noutra perspectiva, esta ‘ciência de amadores’ não é menos do que perniciososa, porque ao criar a ilusão de um corpo social dedicado ao trabalho científico, impede, por essa via, o desenvolvimento de um corpo social especializado, a sedimentação institucional do conhecimento científico, e a criação social do valor do conhecimento. Na proposta de reformulação da J.M.G.I.C., são, de facto ambos que perdem: os segundos porque o seu plano político é transversal à oposição metrópole / colónias, implicando o investimento na educação e o desenvolvimento coordenado dos vários graus de ensino, como complemento necessário de um investimento social na

investigação científica. Perdem também os primeiros porque às estruturas de coordenação e rentabilização das existências no terreno que propõem se configura um organismo inoperante. Nas respectivas declarações de voto ao Conselho Imperial, Vicente Ferreira — que na interpretação sugerida se fará alinhar pelos ‘académicos’ (com Celestino da Costa, Luís de Pina, Gonçalo Santa-Rita, Gonçalves Pereira, Júlio Henriques e, naturalmente, Luiz Carrisso, para referir apenas os mais notórios) — ou Bacellar Bebiano, alinhando, enquanto agente do Governo, pelos ‘pragmáticos’, são inteiramente explícitos quanto à laboração em erro que entendem ser a reformulação da Junta que será aprovada. Vicente Ferreira:

«1. Rejeitei, na generalidade, o Plano de Investigação Científica Colonial e, entretanto, aplaudi a doutrina exposta no seu relatório, pelo Sr. Presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais. É que, no relatório, o seu ilustre autor reconhece o atraso — para não dizer ‘carência total’ — de conhecimentos científicos dos nossos territórios ultramarinos, demonstra a necessidade de os promover e aponta, como homem de ciência que é — os meios naturais e eficazes de os conseguir com os nossos recursos e em tão breve prazo quanto a própria natureza da investigação científica o consente, mas, ao passar do enunciado dos princípios às aplicações, porque teve em vista tudo subordinar aos cânones da administração pública, não propôs, como seria de esperar, um colégio de investigadores científicos mas architectou um quadro de funcionários de administração colonial adstritos para estudos científicos» (Ferreira in A.G.C. 1945: 125).

Nas restantes dez secções (de um total de onze) em que a sua declaração de voto se expressa, o tom de decepção com a pretensa reforma da Junta mantém-se, focando a submissão do trabalho científico a uma lógica burocrática como constituindo o problema central de que decorre todo o equívoco da reforma. Para o declarante, a investigação científica exige um tipo de socialidade que não é solúvel por decreto, na medida em que exige «liberdade de acção que, é, neste caso, a verdadeira liberdade de pensar» (idem: 126), de que decorre uma hierarquia própria que resulta «do valor e extensão dos próprios conhecimentos científicos: a dos mestres e dos discípulos; a do investigador e dos seus auxiliares» (idem). Consequente-

mente o trabalho científico é incompatível com a organização burocrática (cf. idem).

«Um colégio de investigadores dotado da necessária independência poderá oferecer à *Ciência* e ao País resultados utilíssimos para a economia ou para a administração; uma *Repartição de sábios* pouco mais dará que ofícios, rivalidades, queixas, sindicâncias, e — na melhor das hipóteses — manipulações mais ou menos utilizáveis, de resultados científicos já velhos e relhos.

O projecto do Plano...(…) cria uma organização de tipo administrativo, um »serviço« com os seus quadros, hierarquias, regras de recrutamento, de promoção e de transferência, equiparações ou subordinações a outros funcionários ou serviços, limites de vencimento, etc.; em suma, uma organização burocrática da investigação científica.

Não considero de aceitar» (idem: 127, itálicos no original).

Vicente Ferreira atribui a dois constrangimentos o falhanço do projecto, sublinhando que ele não faz justiça às competências ou intenções do seu relator. A obrigatoriedade de dar continuidade à Junta, por um lado e a obrigatoriedade de limitar os custos da investigação, por outro, são definidos como 'os carrascos' reais do projecto. É, por ambos, reconhecido o facto de carecer a Junta de cientistas e auxiliares suficientes, assim como carece de financiamento mínimo. A esse propósito, de resto, elogia a argumentação comparativa, baseada numa detalhada informação sobre estruturas congêneres na Europa (cf. idem: 128). Mas prossegue:

«Parece ao signatário, entretanto, que a experiência alheia deveria corrigir, neste ponto, as nossas próprias inclinações para as poupanças inconvenientes, e que, por outro lado, as brilhantes demonstrações práticas que resultam dos trabalhos dos italianos na África Oriental, dos belgas no Congo, e dos franceses em Marrocos, nos deviam incitar ao estudo científico dos territórios e populações das nossas colónias, para sobre ele assentar não só a exploração económica das suas riquezas potenciais, mas a própria política colonial portuguesa *lato sensu*. Isto sem falar no prestígio, que nos incumbe defender, de mais antiga nação colonial, acusada — com certa justiça — de se encontrar, no fim de 400 anos de ocupação, mais atrasada

no conhecimento do que lhe pertence do que as nações chegadas a África nas últimas décadas.

Na opinião do signatário, ou se afastam da nossa administração ultramarina as duas preocupações acima apontadas, ou ver-nos-emos, em breve, em posição desairosa perante os que, das nossas próprias colónias mais sabem já do que nós» (idem-128-129).

A este propósito distingue um conhecimento aplicado — apenas susceptível de desenvolvimento na colónia, implicando sobretudo técnicos e institutos dedicados a problemas específicos de cada colónia — de um conhecimento válido por si mesmo, necessariamente independente e acima dos problemas específicos de cada colónia. Em conformidade com esta distinção propõe:

«1.^a Que a investigação científica, aplicada ao complexo dos conhecimentos relativos às colónias, não deve limitar-se à *geografia* e às *ciências naturais*, porquanto aos fins gerais da Ciência e das suas aplicações à administração colonial também interessam — e em grau elevado — as *ciências morais e políticas* e as *ciências aplicadas às técnicas*;

2.^a Que não a um corpo de funcionários — embora também sejam homens de ciência — mas a um colégio de professores e peritos de tão variados ramos de conhecimento quanto possível, se deve confiar o *encargo de promover e orientar a investigação científica respeitante às colónias*; mais precisamente aos nossos professores universitários, aos cientistas portugueses em geral, aos nossos técnicos, aos chefes da administração colonial e aos próprios capitães da indústria deve incumbir o encargo daquela orientação» (idem: 129, itálicos no original).

Vicente Ferreira, vencido na votação na generalidade, acaba por aprovar todas as emendas «tendentes a ampliar as funções da Junta e a atribuir-lhe maior independência possível em matéria científica e administrativa; a desburocratizá-la, em suma (...)» (idem: 133). A orientação expressa na sua declaração de voto — a favor da delegação técnica nas colónias de trabalho científico dedicado, e de coordenação metropolitana de trabalho científico de síntese teórica — é, em parte, uma conversão para Portugal do

que se pratica nos Impérios centrais (i.e. Inglaterra e França, Bélgica e Holanda), mas também, provavelmente, reflexo da sua experiência como Alto Comissário de Angola entre 1923 e 1925, anos em que a actividade na Província é fecunda nestes campos: dando continuidade à política federativa de Norton de Matos, realiza-se em Luanda o I Congresso Internacional de Medicina Tropical da África Ocidental, é criado o Laboratório Central de Patologia Veterinária (em Nova Lisboa e só virá a ter edifício próprio em 1945), são criadas 16 Missões Laicas e Angola participa na Exposição Internacional de Londres.

Já a declaração de voto de Bacellar Bebiano, que o dá também como vencido na votação, espelha um conjunto de preocupações de pormenor, de quem se bate não por um projecto global de política científica, mas pela reforma administrativa possível na configuração social e política do país. A sua preocupação resume-se a procurar garantir que a legislação preconize o que pode designar-se por uma carreira de 'investigação colonial' atractiva. Para tal ela deveria satisfazer três condições: melhor salário, ingresso no quadro comum do Império Colonial ao fim de dez anos de bom efectivo serviço e direito a aposentação (cf. Bebiano in A.G.C. 1945: 136). Registe-se que nem isso é aprovado nesta reforma da Junta.

A reforma aprovada pretende ser conciliatória das duas correntes em presença na discussão havida em sede do Conselho do Império Colonial:

«Neste alto corpo consultivo foi o problema discutido com grande elevação, desde logo se definindo nele duas correntes: a que entendia dever manter-se à Junta o character de órgão essencialmente administrativo, embora constituído por homens de ciência, mas em número reduzido e dotado de vantagens concedidas aos funcionários [nos termos aqui propostos, a corrente personificada por Bacellar Bebiano], e a que pugnava pela sua transformação em instituto de estudos e investigação largamente aberto a quantos se interessassem pelos problemas a sue cargo e revelassem méritos bastantes para nela serem admitidos sem por isso se tornarem funcionários e menos ainda burocratas [a corrente Vicente Ferreira].

Do choque das duas correntes saiu uma solução conciliadora, que foi a adoptada pelo Governo e se procura consagrar no presente diploma» (D.L. 35.395 de 1945, in A.G.C. 1945: 188).

O art.º 20.º do Capítulo III.º referente às competências da Junta, especifica que lhe cabe organizar o Museu Colonial Português; o art.º 24.º do mesmo capítulo indica o dever de manter a estreita colaboração com os museus de história natural das colónias. A não concretização de qualquer destes objectivos é um indício substantivo do que valeu esta reforma. De resto, isso mesmo é constatado cinco anos mais tarde aquando do Colóquio sobre Problemas de Investigação Científica Colonial, promovido pela Junta reformada. Orlando Ribeiro:

«Em todo o caso não existe entre nós tradição de investigação científica nessas matérias [de investigação científica tropical]. Para haver tradição era necessário que houvesse continuidade e escola; nem uma nem outra coisa se verificou no desenvolvimento dos trabalhos episódicos que, há 4 séculos, os Portugueses vêm realizando nos seus territórios coloniais. (...) Portanto, quando no fim do séc. XIX, duma maneira sistemática, com intervenção dos organismos do Estado e o interesse das escolas se retomou o interesse científico das nossas colónias, dum modo geral, os diferentes ramos de investigação vão entroncar em raízes estranhas e não numa tradição nacional, que nunca chegara a consolidar-se. Assim, a tradição científica nacional é uma dessas flores de retórica, vulgares nos nossos discursos e nos nossos escritos, um destes lugares comuns com que nos consolamos do atraso actual, um facto que devia constituir motivo de redobrada responsabilidade e sobre o qual muitas vezes adormecemos, procurando iludir-nos e atenuar com ele as graves deficiências do reconhecimento actual dos territórios que nos pertencem» (Ribeiro 1950: 4).

O geógrafo prossegue, explicando que a questão das investigações coloniais, constitui apenas:

«um caso particular no panorama da investigação científica portuguesa. Os métodos, o espírito, as orientações de trabalho, são essencialmente os mesmos, quer nos ocupemos de temas científicos das nossas colónias, quer nos ocupemos de temas científicos da metrópole» (idem).

No essencial, de facto, as suas propostas retomam os temas analisados na declaração de voto de Vicente Ferreira, que o orador conhece e cita. Decorrente desta concordância, Orlando Ribeiro procede à elaboração de um diagnóstico assaz negativo, preocupando-se com a rentabilização dos recursos materiais e humanos disponíveis, disponibilidade essa que é configurada a uma escala internacional:

«(...) cada país, se por um lado tem o dever de contribuir para o reconhecimento dos territórios que lhe pertencem pelos seus homens de estudo, tem por outro a obrigação de trazer uma contribuição nacional para os problemas gerais da ciência. E se as divisões políticas possuem para muitas ciências, na Europa, um valor convencional e arbitrário, com mais razão ainda nas colónias, onde quase nunca separam coisa alguma e nem sequer constituem limites de factos humanos, como é o caso da Europa; por isso se devem procurar não apenas desenvolver não apenas os estudos regionais desta ou daquela colónia, mas o dos grandes conjuntos naturais que as prolongam ou as enquadram» (idem: 7).

A proposta implica, nestes termos, deslocar o carácter nacional da produção científica para o contexto internacional, evitando ‘uma ciência portuguesa’ e promovendo ‘uma contribuição portuguesa’ para a ciência, com consequências essenciais à institucionalização do trabalho científico: por um lado em termos de informação, encarada como disponível a uma escala global; em termos da circulação das ideias, práticas ou métodos que saíria favorecida por um convívio científico com colegas estrangeiros e pela publicação dos trabalhos em línguas mais acessíveis; finalmente, em termos da qualidade, uma vez que a calibração dos resultados pelo mercado internacional tenderia a excluir «o amadorismo, o trabalho prematuro e os métodos antiquados ainda em uso» (idem). Para tal, é necessário proceder a adaptações institucionais, de acordo com um organigrama federativo que transformasse parte dos serviços existentes localizados na metrópole, em serviços de investigação próprios a cada colónia, subordinados — seguindo o exemplo dos Serviços de Meteorologia — a um organismo central. Esse organismo encarregar-se-ia de centralizar as publicações, fornecendo uma imagem pública de fácil identificação e passível de fiscalização exterior uma vez que nelas se daria conta do trabalho desenvolvido.

A alocução retoma a incompatibilidade entre a ciência e a burocracia para reclamar um meio de trabalho livre de horários, contabilidades, burocracias, etc. e acrescenta:

«Claro que a investigação pode e deve também servir fins práticos; quanto melhor for o conhecimento de História Natural que se tenha numa região, tanto mais firme será o delineamento do seu desenvolvimento económico. A Geografia e a Etnografia podem fornecer à Administração e à política colonial, bases muito mais sólidas. Mas o móbil principal dos homens de Ciência não é, de modo nenhum, trazer resultados úteis, mas satisfazer as curiosidades pessoais, a *sua* necessidade de conhecer e o *seu* prazer de pesquisar» (idem: 11, itálicos no original).

É do cruzamento deste tipo de preocupações manifestas em sede de instituições do governo, com a pressão política sofrida por Portugal no pós-guerra mercê da adopção de uma política de autonomização progressiva dos territórios coloniais por parte das potências europeias que, na sequência da reforma administrativa de 1951, a antiga Comissão de Cartografia do Ministério das Colónias, (de 1936 em diante Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais), assume, com a designação de Junta das Investigações do Ultramar, uma estrutura de coordenação da investigação colonial praticada em diversas instituições, passando, por esta via, a corporizar uma 'ocupação científica do ultramar português'. Nesse âmbito, vão sendo criados ou reformulados, ao longo da década de cinquenta, oito diferentes estruturas de gestão do conhecimento científico. São eles: 1.^{os} Centros — de Botânica, de Estudos Políticos e Sociais, de Estudos de Etnologia do Ultramar, de Estudos Históricos Ultramarinos, de Investigação das Ferrugens do Cafeeiro, de Documentação Científica Ultramarina, de Geografia do Ultramar, de Zoologia; 2.^{os} Agrupamentos — Científico de Estudos Ultramarinos, Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar Português, Científico de Estudos de Geologia, Científico de Farmacognósia para o Estudo das Plantas Medicinais do Ultramar, Científico Anexo ao Laboratório de Engenharia Civil; 3.^{os} Núcleos — de Estudos das Oleaginosas do Ultramar Português, de Estudos Radioisótopos; 4.^{as} Secções — de Estudos de Entomologia Aplicada, de Cartografia Antiga; 5.^{os} Laboratórios — de Histiologia e Tecnologia de Madeiras, de Técnicas Físico-Químicas

Aplicadas à Mineralogia e Petrologia, de estudos Petrológicos e Paleontológicos do Ultramar; 6.^{os} Institutos – de Investigação Científica de Angola, de Investigação Científica de Moçambique (ambos criados em 1955); 7.^{as} Brigadas – de Estudos Agronómicos para Angola, de Estudos Agronómicos para Cabo Verde, de Estudos Agronómicos para a Guiné, de Estudos Agronómicos para o Estado da Índia, de Estudos Agronómicos para S.Tomé e Príncipe, de Estudos Agronómicos para Timor (todas elas em colaboração com a Junta de Exportações do Café), de Estudos da Defesa Fístossanitária dos Produtos Ultramarinos, Hidrográfica para o estado da Índia; 8. As Missões – de Biologia Marítima (Navio Oceanográfico Baldaque da Silva), de Estudos Apícolas no Ultramar Português, para o Estudo da Atracção das Grandes Cidades e Bem-Estar Rural no Ultramar Português, de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, de Estudos dos Movimentos Associativos em África, Científica de S.Tomé (Porto), Hidrográfica do Arquipélago de Cabo Verde, Geo-Hidrográfica da Guiné, Hidrográfica de Angola e S.Tomé, Geográfica de Angola, de Pedologia de Angola (Instituto Superior de Agronomia), Botânica de Angola e Moçambique, Geográfica de Timor, Geográfica de Moçambique, Hidrográfica de Moçambique, de Fotogrametria Aérea de Moçambique, Zoológica de Moçambique, Antropológica e Etnológica de Moçambique, de Estudo do Habitat Nativo da Guiné e de Estudo do Habitat Nativo de Timor (cf. Garcia da Orta 1958: 334 e seguintes).

Notar-se-á, para os casos de Angola e Moçambique, que o tempo de vida dos Institutos criados não chega a vinte anos e especifique-se que, nos restantes casos, se trata de proporcionar uma cobertura administrativa sob o âmbito da investigação, agora ultramarina, a um conjunto de instituições e agentes do trabalho científico já existentes e em actividade. Dito de outra forma, a reforma da Junta nos anos cinquenta, largamente baseada nas alterações introduzidas pelo diploma de 1945 e que foram sendo aplicadas ao correr do tempo, significa pouco mais que a conferência de visibilidade pública e unidade institucional a uma prática científica que lhe é anterior e cujo peso no processo colonial gerido pelo Estado é, na prática, negligenciável. A título de exemplo, constate-se que o Agrupamento Científico de Estudos das Províncias Ultramarinas criado em 1953, não passa de uma designação do grupo de académicos da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, cujo trabalho se relaciona com questões ultramarinas. É, de resto, neste âmbito que o Museu Antropológico agrega o qualificati-

vo Ultramarino, sem que qualquer alteração substantiva se processe quer a nível orgânico quer institucional, quer, ainda, prático. O mesmo pode ser dito a propósito de outros Agrupamentos, Centros, Laboratórios, Brigadas ou Missões, que incorporam, para além de institutos, laboratórios, museus ou pessoal universitário, elementos ou equipamentos sob tutela do Exército, Marinha, ou Governos Provinciais. Entre quadros do Exército, do Governo e das Universidades, dividido pelas várias unidades orgânicas da Junta, e integrando, frequentemente, várias unidades ao mesmo tempo, o contingente de pessoal – para todos os efeitos – científico, é pouco superior aos duzentos indivíduos. Prolonga-se, nos anos 50, o quadro constatado por Ramos do Ó para as décadas anteriores, segundo o qual «Não parece correcto falar (...) de comunidade científica nem das suas práticas como integrantes da força produtiva» (1999: 68).

Neste contexto, a trágica morte de Luiz Carrisso no Sul de Angola em 1937, no decurso da terceira Missão Botânica, terá contribuído para um maior enfraquecimento de uma já débil corrente – política e científica – que terá sido minoritária no Império Colonial Português. A subalternidade da ciência e a concomitante desvalorização dos seus agentes sociais, terá constituído – numa perspectiva comparativa com a de outros Impérios coloniais e por razões totalmente alheias àquelas que são comumente invocadas – uma das mais marcantes especificidades do chamado ‘colonialismo português’.

Referências bibliográficas

- ACCIAIUIOLI, Margarida - *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa : Livros Horizonte, 1998.
- AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS - *Ocupação Científica do Ultramar Português, Plano elaborado pela Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais e Parecer do Conselho do Império Colonial*. Lisboa, 1945.
- AZEVEDO, José Fraga de - O Instituto de Medicina Tropical. *Anais do Instituto de Medicina Tropical*, vol. 15, Supl. 1 (1958), p: 9-309.
- CARRISSO, Luiz - A Missão Académica a Angola, os seus objectivos e resultados. *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Ano VIII, n.º 81 (1932), p. 44-64.

- CATROGA, Fernando - Ritualizações da história. Torgal, L. R. ; Mendes, J. M. ; Catroga, F. (org.), *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX, da Historiografia à memória histórica*, vol. II, ed. Temas e Debates, 1998, p. 221-364.
- CHAVES, Luís - Museu Etnográfico do Império Português. *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Porto, 1934, p. 28-45.
- COSTA, Celestino - A investigação Científica Colonial. *Congresso do Mundo Português: publicações*. Vol. XIV, Tomo 1.º, I Secção. Lisboa : Com. Executiva dos Centenários, 1940, p. 83-98.
- DIAS, Nélia - *Le Musée Ethnographique du Trocadéro (1878-1908), Anthropologie et Muséologie en France*. Paris : éditions du C.N.R.S., 1991.
- PAÇO, Afonso - Da necessidade da criação do Museu de Etnografia. *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Porto, 1934, p. 23-27.
- PAULO, Heloísa - 'Vida e Arte do Povo Português' Uma visão da sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo. *Revista de História das Ideias*, vol. 16 (1994) p. 105-134.
- RAMOS, Rui - *A Segunda Fundação (1820-1926)*, vol. VI de Mattoso, José (dir.) *História de Portugal*. Lisboa : Círculo de Leitores, 1994.
- RAMOS DO Ó, Jorge - *Os anos de Ferro - o dispositivo cultural durante a 'Política do Espírito' 1933-1949*. Lisboa : Ed. Estampa, 1999.
- RIBEIRO, Orlando - *Problemas da Investigação Científica Colonial (Colóquio realizado na Junta de Investigações Coloniais em 30 de Dezembro de 1949)*. Lisboa : Ministério das Colónias, Junta de Investigações Coloniais, 1950, p. 1-23.
- RODRIGUES, João F. - Plano de um organismo e orientação da investigação científica nas Colónias. *Congresso do Mundo Português: publicações*. Vol. XIV, Tomo 1.º, I Secção. Lisboa : Com. Executiva dos Centenários, 1940, p. 63-80.
- SANTA RITA, José Gonçalo - A Investigação Portuguesa nos últimos 100 anos. *Congresso do Mundo Português: publicações*. Vol. XIV, Tomo 1.º, I Secção. Lisboa : Com. Executiva dos Centenários, 1940, p. 13-29.
- 156 SANTOS JÚNIOR, Joaquim R. - Museu Colonial (Fora do programa). *Congresso do Mundo Português : publicações*. Vol. XIV, Tomo 1.º, I Secção. Lisboa : Com. Executiva dos Centenários, 1940, p. 101-109.
- THOMAZ, Omar Ribeiro - *Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o terceiro Império Português*. São Paulo : Universidade de São Paulo, 1997. Tese de Doutoramento.

(Página deixada propositadamente em branco)

Série
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2005

